

MARIA SALETE MAGNONI

**UM DISSIDENTE NA REPÚBLICA DAS LETRAS:
AS IDÉIAS LIBERTÁRIAS EM LIMA BARRETO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Literatura Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. *Zenir Campos Reis*

São Paulo
1998

Agradecimentos

O término deste trabalho devo em grande parte ao auxílio e colaboração recebidos de diversas pessoas. Quero, portanto, tornar pública a minha gratidão, não sem antes esclarecer que a ajuda recebida contribuiu para os possíveis méritos que esta dissertação possa ter, já que as falhas e deficiências são de minha inteira responsabilidade.

Agradeço ao meu orientador, Zenir Campos Reis, não apenas a orientação segura, paciente e confiante, mas também a partilha de experiência de vida, o gosto por Lima Barreto e a descoberta dos encantos que a cidade do Rio de Janeiro possui. Esse encontro devo à professora Rita Chaves, que indicou-me o nome do professor Zenir.

Ao CNPq agradeço a concessão da bolsa que viabilizou em parte a execução da pesquisa.

As opiniões oferecidas pelos professores Valéria De Marco e Antônio Celso Ferreira no Exame de Qualificação foram de grande valia para o rumo do trabalho.

Aos meus pais Lourenço e Maria que sempre acreditaram ser o conhecimento a melhor herança a ser deixada, e a meus irmãos que contribuíram financeiramente

na época da graduação.

Aos professores Valentim Faccioli e Flávio Luizetto pelo empréstimo de bibliografia e pela gentileza com que fui atendida nas vezes em que os procurei.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, Casa de Rui Barbosa e Arquivo Nacional no Rio de Janeiro e da Biblioteca de Letras da FFLCH-USP, pela presteza com que sempre me atenderam.

A vida concedeu-me a sorte de ter bons e solidários amigos aos quais devo as mais diversas formas de apoio e incentivo:

A Divo, Raquel e Iracema Guisoni agradeço o suporte afetivo e material recebidos nestes doze anos de São Paulo.

José Carlos Santana, legítimo representante da calorosa simpatia nordestina, cuidou da organização e impressão do texto da Qualificação.

Há pessoas cuja bondade é indescritível, e James Roberto Silva é uma delas. Amigo para o que der e vier, agradeço-lhe pelo conforto e pelas cobranças justas e encorajadoras.

Os cursos de Pós-Graduação propiciaram-me o conhecimento de muitas pessoas interessantes. Entre elas, Lisandro Nogueira e Gabriel Albuquerque, hoje amigos valiosos. Obrigada pelo afeto, pelo estímulo, pela ajuda material e pela alegria que vocês sempre proporcionaram.

Nádia e Omar Bumirgh são pessoas de outra categoria. Discretos e tranquilos, fizeram-se presentes nas horas de aflição vividas nos últimos tempos, ajudando de toda forma que puderam. À Nádia devo ainda a revisão do texto final.

Rose Rocha e Cristina Mônaco deram uma força não só material como também afetiva.

A Thais Montenegro agradeço os livros emprestados, a sua tese sobre crônica e ainda os papos inteligentes e divertidos.

Por fim, agradeço especialmente a duas pessoas cuja presença foi de capital importância para que esta dissertação fosse concluída:

Gilberto Figueiredo Martins, amigo e vizinho de privilegiada e generosa inteligência. A ele devo o empréstimo e indicação de bibliografia, principalmente sobre crônica, as leituras e críticas sobre o texto e a preocupação em fazer chegar até mim todos os estudos que encontrava sobre Lima Barreto. Agradeço ainda a ajuda material e afetiva, a paciência, os doces nas horas de angústia e sobretudo a oportunidade de poder usufruir de maneira tão próxima de sua companhia.

Fernando Auil, meu companheiro, dádiva da vida, que inúmeras vezes abriu mão de trabalhar na sua tese de doutorado para me ajudar. Esta dissertação também é sua.

(...) Os homens sempre continuam a nascer livres e iguais, e a perder imediatamente essa liberdade e essa igualdade para serem escravizados em uma escala de valor utilitário, por meio da qual a liberdade e igualdade lhes serão medidas sobre a base de suas diferenças, fontes de aptidões mais ou menos suscetíveis de serem utilizadas pela sociedade mercantil e sabiamente repartidas para serem integradas nas estruturas existentes.

Maurice Joyeux (*)

(*) JOYEUX, Maurice. **Reflexões sobre a Anarquia**. São Paulo: Terra Livre/Archipelago, 1992, p. 61.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1.....	8
1.1 Contextualização Histórica e Fragmentos Biográficos.....	8
1.2 Formação Intelectual I: A Passagem pelo Positivismo.....	23
1.3 Formação Intelectual II: O Diálogo com Guyau, Taine e Brunetière.....	37
Capítulo 2.....	48
2.1 Considerações sobre o Anarquismo e suas Correntes.....	48
2.2 Leon Tolstói e suas Idéias Libertárias.....	57
2.3 Lima Barreto dialoga com Leon Tolstói e sua Concepção de Arte.....	66
2.4 O Comunismo Libertário: O Pensamento de Elisée Reclus e Peter Kropotkin.....	76
2.5 O Comunismo Libertário no Brasil.....	93
Capítulo 3.....	100
3.1 Breve História da Crônica.....	100
3.2 As Idéias Libertárias nas Crônicas de Lima Barreto.....	108
Conclusão.....	145
Bibliografia.....	147

Introdução

Graduada em História decidi fazer Pós-Graduação em Literatura Brasileira por me interessar pelas relações existentes entre História e Ficção, entre Literatura e Sociedade. A escolha do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto fundamentou-se em dois motivos: pelo valor literário de seus romances, contos e crônicas, e por estar a sua produção literária inserida num período muito instigante da história política do Brasil e pelo qual sempre tive muito interesse. De fato, para alguém que se dedica ao estudo da História, a obra de Lima Barreto tem muito a oferecer, pois, “escritor eminentemente memorialista, (...) ele anotou, registrou, fixou, comentou ou criticou todos os grandes acontecimentos da vida republicana”,¹ e, todos os grandes acontecimentos mundiais seus contemporâneos.

Ao iniciar então meus estudos em Lima Barreto, rapidamente chamou-me a atenção a presença tanto em seus romances, assim como nos contos, crônicas e artigos, de um componente libertário, que à primeira vista parece jogado aqui e

¹ BARBOSA, Francisco de Assis. *Prefácio*. In: BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Brasiliense, 1961, p.15.

acolá sem maiores implicações dentro do conjunto de sua produção literária. A partir dessa constatação, nasceu então a idéia de traçar um esboço de retrato intelectual de Lima Barreto, para então examinar mais detidamente a presença das idéias libertárias em sua formação intelectual e, conseqüentemente, como elas estão presentes na articulação de sua escrita. A opção por analisar um conjunto de crônicas está no fato de que, por serem escritos mais diretos, permitiram que se fizesse um recorte temático daquilo que julgo terem sido os seus alvos preferenciais de discussão e questionamento.

Posto a que veio meu trabalho, acho importante situá-lo em relação à fortuna crítica, aliás bastante numerosa, existente sobre Lima Barreto. Mas antes de iniciar qualquer outro comentário é preciso destacar uma referência obrigatória para quem quer se iniciar em Lima Barreto: trata-se da biografia escrita por Francisco de Assis Barbosa.² Feita em ordem cronológica, acompanha minuciosamente a trajetória de vida do escritor, sem dar realce a determinados aspectos em detrimentos de outros; possui incontestável rigor documental; é um precioso auxílio à pesquisa. E justiça seja feita também a um ensaio claramente inspirador: *Vida em tempos escuros: as*

² BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988.

rebeldias de Lima Barreto contra idiotas teses racistas,³ de Zenir Campos Reis, que aborda a formação intelectual de Lima Barreto.

Analisando a fortuna crítica de Lima Barreto é possível a identificação de duas vertentes. Uma que o estuda como escritor, estilista e artista da palavra, representada principalmente pelo trabalho de Osman Lins, **Lima Barreto e o Espaço Romanesco**, que trata da questão do espaço na narrativa barretiana, ressaltando suas várias funções no romance, especialmente em **Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá**. Também nessa linha se insere **O Profeta e o escrivão** de Carlos Erivany Fantinati, onde através de um estudo minucioso das **Recordações do escrivão Isaías caminha**, o crítico discute a concepção de literatura elaborada implícita e explicitamente no romance. Por fim, o livro **Lima Barreto: o crítico e a crise** de Antonio Arnoni Prado, análise abrangente, que envolve toda a produção de Lima Barreto com o objetivo de identificar o projeto literário do escritor.

A segunda vertente é a que privilegia na obra de Lima Barreto o depoimento histórico sobre os primórdios de nossa vida republicana, o retrato da vida cultural, social e política do Rio de Janeiro no processo de transição política; enfim, o que sua obra pode oferecer como retrato de uma época. O interesse pelo escritor do

³ REIS, Zenir Campos. *Vida em tempos escuros: Lima Barreto contra idiotas teses racistas*. Nossa América (Revista do Memorial da América Latina – SP), n° 3 Paulo, julho/agosto de 1990, p.32-38.

ponto de vista formal é menos relevante. A presente dissertação se enquadra nessa categoria. Nela é que estão alguns dos meus interlocutores, como Nicolau Sevcenko, que em seu **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**, além de traçar um painel preciso de nossa *Belle Époque*, faz um paralelo entre Lima Barreto e Euclides da Cunha, mostrando como esses dois escritores, apesar de terem pontos de divergência, tinham a consciência que cabia aos escritores e à literatura uma função social, concluindo que: “Suas obras exprimem projetos de construção e condução do Estado-Nação republicano obstados e rejeitados pelas oligarquias situacionistas, mas rigorosamente inferidos das condições históricas mais significativas do período”.⁴

Reside aí um ponto divergente apontado por meu trabalho. Parece-me que a Lima Barreto não interessava a consecução de um projeto alternativo para conduzir o Estado-Nação republicano; a alternativa proposta que é possível aferir de seus escritos é que ele desejava a abolição do Estado, pensando no Não-Estado como um projeto político.

Vem de outro historiador um trabalho que também muito me inspirou. Trata-se de uma dissertação de Mestrado realizada na Unicamp por Denilson Botelho,

⁴ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 209.

“A pátria que quisera ter era um mito” - Uma introdução ao pensamento político de Lima Barreto, onde o autor, a partir de um estudo bastante extenso das crônicas e artigos de Lima, elaborou um perfil político do escritor. Embora haja semelhanças entre o enfoque dado, existe uma série de diferenças que julgo prematuro apontar agora, pois sei, por um lado, que Denilson está dando continuidade ao seu projeto e, por outro, do caráter introdutório do estudo que fiz.

Um livro que creio quase desconhecido porque muito pouco citado, foi até agora o que mais se aproximou da idéia que norteia o presente trabalho. Anoar Aiex em **As idéias sócio-literárias de Lima Barreto**, fez um levantamento “das principais noções que, até certo ponto, formam o arcabouço ideológico de Lima Barreto”,⁵ apresentando desde uma caracterização do anarquismo, passando por resumos do pensamento de Taine, Guyau e Brunetière, até a análise de uma série de temas abordados por Lima Barreto.

Analisar e interpretar o texto literário à luz do contexto histórico em que foi produzido, é o que fez Paula Beiguelman em **Porque Lima Barreto**. Tomando uma pequena parte da ficção de Lima Barreto – **As aventuras do Doutor Bogóloff e Numa e a Ninfa**, analisa-os no tempo cronológico de sua produção. Caminhando

⁵ AIEX, Anoar. **As idéias sócio-literárias de Lima Barreto**. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1990, p. 7.

com o leitor ao encontro da palavra do escritor, Paula dá a conhecer as questões mais candentes que envolveram a sucessão presidencial de 1910: a Campanha Civilista com a candidatura de Rui Barbosa, o papel de Pinheiro Machado e o Hermismo.

Um trabalho pioneiro com as crônicas jornalísticas de Lima Barreto aliadas ao estudo da literatura de intimidade (**Diário do hospício**) foi feito por Beatriz Resende em **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. O tema da cidadania e sua representação literária na criação de Lima foram seus objetos de análise. A autora nos mostra como o processo de exclusão que a obra do escritor sofreu desde cedo se estendeu ao cidadão Lima Barreto.

Passo agora a uma breve apresentação dos capítulos que compõem essa dissertação: o primeiro capítulo traz uma contextualização histórica, aspectos da história de vida do escritor, parte de sua formação intelectual e o diálogo estabelecido com os pensadores lidos ainda no início da juventude.

O segundo capítulo abrange a discussão sobre o conceito de anarquismo e suas principais correntes. Traz também as idéias libertárias do escritor russo Leon Tolstói, sua concepção de Arte, o diálogo de Lima Barreto com essa concepção,

para finalmente abordar a história e as idéias da corrente de pensamento anarquista denominada Comunista Libertária, e ainda a presença dessa corrente entre os anarquistas brasileiros.

O terceiro capítulo contém algumas referências sumárias sobre a história da crônica e a incursão de Lima Barreto pelo gênero, para finalizar com uma análise de um conjunto das suas crônicas, verificando a presença das idéias libertárias nos questionamentos que o escritor fez daquilo que denomino seus alvos polêmicos.

Capítulo 1

1.1 Contextualização Histórica e Fragmentos Biográficos

*Rio de ladeiras.
Civilização encruzilhada
Cada ribanceira é uma nação*

Chico Buarque

Os versos acima, trecho de uma música do conhecido “artista brasileiro”, soam contemporâneos, mas no início do século que estamos por terminar, um carioca, mulato, filho de gente simples, que ousou dizer: “Eu quero ser escritor, porque quero e estou disposto a tomar na vida o lugar que colimei. Queimei meus navios, deixei tudo por estas coisas de letras” (FM, 294),¹ fez vir à tona através das letras as contradições e as inúmeras “nações” existentes na cidade que conhecia como ninguém e que, naquele momento de nossa história, por ser a capital política e administrativa do país e que, por isso mesmo, aspirava ao *status* de nação, foi o palco

¹ As obras de Lima Barreto citadas no corpo da dissertação aparecerão na forma utilizada acima. As referências completas estarão constando na bibliografia final.

privilegiado do projeto modernizador levado a cabo pelas novas elites² que com a República chegavam ao poder. Falo de Afonso Henriques de Lima Barreto, cuja produção literária situa-se num período de transição da história política do Brasil, ao qual se convencionou chamar República Velha. Nascido em 1881, Lima presenciou tanto a abolição da escravidão, como a instauração do regime republicano e sua consolidação.

Do primeiro episódio guardou recordações positivas expressas numa crônica de 1920:

Fazia sol e o dia estava claro. Jamais na minha vida, vi tanta alegria. Era geral, era total; e os dias que se seguiram, dias de folganças e satisfação, deram-me uma visão de vida inteiramente de festa e harmonia. (FM, 255)

Embora no mesmo texto o olhar adulto, consciente e distanciado no tempo, explique a ingenuidade do olhar infantil:

Eu tinha então sete anos e o cativo não me impressionava. Não lhe imaginava o horror, não conhecia a sua injustiça. Eu me recordo, nunca conheci uma pessoa escrava. Criado no Rio de Janeiro, na cidade, onde já os escravos rareavam, faltava-me o conhecimento direto da vexatória instituição, para lhe sentir bem os aspectos hediondos (FM, 255).

² Por essas novas elites entenda-se os grupos agrários sob a hegemonia dos cafeicultores paulistas.

Porém, as lembranças que lhe acodem acerca da proclamação da República são destituídas de qualquer simpatia e acrescidas do posicionamento crítico que o escritor terá durante toda a sua vida perante os sucessivos governos republicanos:

Quando em 1889, o senhor Marechal Deodoro proclamou a República eu era menino de oito anos. Embora fosse tenra a idade em que estava, dessa época e de algumas anteriores eu tinha algumas recordações. Das festas por ocasião da passagem da Lei de 13 de Maio ainda tenho vivas recordações; mas da tal história da proclamação da República só me lembro que as patrulhas andavam, nas ruas, armadas de carabina e meu pai foi, alguns dias depois, demitido do lugar que tinha.

E é só.

Se alguma coisa eu posso acrescentar a essas reminiscências é que a fisionomia da cidade era de estupor e de temor.

Nascendo como nasceu, com esse aspecto de terror, de violência, ela vai aos poucos acentuando as feições que trazia no berço”. (Ba, 52)

As ácidas palavras com as quais o homem-escritor Lima Barreto nos remete à idéia de monstruosidade não são meras recordações fantasiosas do menino Afonso. Numa frase que ficou célebre, Aristides Lobo, propagandista republicano, assim definiu em carta ao jornal paulista *Diário Popular*, com data de 18 de novembro de 1889, a sua decepção com a não participação popular no episódio: “O povo assistiu àquilo bestializado, sem saber o que significava, julgando tratar-se de uma parada”.³

³ BASBAUN, Leôncio. *História Sincera da República: de 1889 a 1930*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975-76. V.2., p. 18.

Mais do que um olhar atento de alguém que observava interessado as mudanças que estavam acontecendo ao seu redor e uma defesa do ideário republicano segundo o qual o povo deveria ser o protagonista dos acontecimentos, a fala de Lobo aponta para o tipo de República que viria a ser a nossa.⁴

O início da era Republicana trouxe consigo um amplo processo de desestabilização e reordenamento social⁵, e também uma série de crises políticas. O desfecho desta situação irá atingir, em primeiro lugar as elites imperiais, para depois também eliminar de cena os grupos mais envolvidos com os interesses da população como os idealistas da República. Processa-se desse modo uma filtragem dos elementos que não são benquistos pelo novo regime.

Com Rui Barbosa à frente do Ministério da Fazenda, o governo provisório colocou em prática uma política econômica que além de provocar uma febre especulativa fez eclodir “um espírito que, se não era novo, se mantivera entanto na sombra e em plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material. Isto na monarquia, nunca se tivera como um ideal legítimo e plenamente reconhecido. O novo regime o consagrará”.⁶ Como conseqüências, temos o aumento

⁴ Uma metáfora interessante acerca da passagem da Monarquia à República nos é dada por Machado de Assis no episódio da troca de tabuletas de uma confeitaria carioca, no romance **Esau e Jacó**.

⁵ Segundo José Murilo de Carvalho, “A proclamação da República trouxe grandes expectativas de maior participação no poder por parte não só de contra-elites mas também de camadas antes excluídas do jogo político”. Cf.: CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: companhia das Letras, 1989, p. 22.

⁶ JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense: 1965, p. 214.

da inflação, do custo de vida e a transferência de fortunas seculares para novas mãos ávidas de ganhos fáceis, gerando o aparecimento de homens que “irão dar o tom geral à ordem que se criava, marcando o novo sistema de governo com o timbre do arrivismo sôfrego e incontido”.⁷

Para esta burguesia nascente tornou-se prioritário acompanhar o progresso nos moldes europeus, colocando em prática, com o lema “*O Rio Civiliza-se*”, as suas idéias de cultura, sociedade e nação, transformando a “Cidade Maravilhosa” em vitrine *representativa* do Brasil “onde não aparecesse , a turvar a imagem, o Brasil pobre, o Brasil negro, o Brasil mulato”.⁸ Esta necessidade incondicional de atualização e aproximação do Brasil com os países europeus, particularmente a França, na chamada *Belle Époque* tropical, diferentemente do período pós independência no qual as elites buscavam identidade com a população nativa manifestando assim um desejo de brasilidade, traduziu –se numa negação do que era efetivamente brasileiro, ser civilizado significava romper com o atraso simbolizado pelo passado colonial e também execrar os aspectos raciais e culturais associados pela elite àquele passado.

⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 26.

⁸ RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Campinas: Ed. da Unicamp, 1993, p. 39.

Nicolau Sevcenko contextualiza este processo de ‘modernização’ da nação brasileira, adjetivado por ele de “compulsório”, ocorrido na Capital Federal: um Rio de Janeiro colonial é demolido em nome do progresso. A cidade é reformulada tendo Paris como modelo, a população pobre é expulsa da área central, muitas festas são proibidas, como toda forma de religiosidade popular.⁹ O próprio Carnaval é mascarado, agora de Pierrô e Colombina. A ‘bagunça’ é abolida com a importação de uma nova forma de Carnaval europeu, mais comedido. Duas cidades, a do centro e a da periferia, se formam, uma pretensamente ‘elegante’, noticiada nos jornais e promovida, a outra escondida, confinada em certas áreas e será como denominou Beatriz Resende a cidade real “a cidade dos trabalhadores e pobres em geral que se estende até os subúrbios, a cidade dos anarquistas, dos imigrantes, das feiras livres, dos mafuás (...), a cidade dos desempregados, dos capoeiras, dos uxoricidas”.¹⁰

Esta nova elite econômica pode assim promover a regeneração da cidade apresentando-a para o mundo como o cartão postal do país. A inauguração da avenida central e a promulgação da lei que instituiu a obrigatoriedade da vacina são o marco inicial dessa transformação exigida pelo progresso civilizatório. E, nesse

⁹ A respeito desse assunto há um interessante artigo de Lima Barreto intitulado “Feiras e Mafuás”, onde ele relata a atitude republicana diante dos divertimentos populares. O referido artigo encontra-se no volume homônimo de suas obras completas à página 21.

¹⁰ RESENDE, *Op.cit*, p. 111.

cenário conturbado, o jovem Lima Barreto é aluno da Escola Politécnica, onde nunca se sentiu à vontade:

Desde muito eu desejava abandonar o meu curso. Aquela atmosfera da escola superior não me agradava (...). Todos os meus colegas, filhos de graúdos de toda sorte, que me tratavam, com um compassivo desdém, formavam uma ambiência que me intimidava, que me abafava, se não me asfixiava. Fui perdendo o estímulo; mas a autoridade moral de meu pai, que me queria ver formado, me obrigava a ir tentando (...)

Os últimos anos passei-os pelos corredores da escola a discutir (...) ou a ler na Biblioteca Nacional ou Municipal; mas sobretudo na própria escola. Eu lia Kant, Spencer, Comte, até o velho Condillac li, e Le Bon (...). (Ba, 195)

Deu os primeiros passos para fazer aquilo de que mais gostava: escrever. Como responsável pela seção da Escola Politécnica em *A Lanterna*, jornalzinho de estudantes que se intitulava “órgão officioso da mocidade de nossas escolas superiores”, e já recorrendo ao artifício do pseudônimo, “traça o perfil de colegas e lentes com azedume. A pena é ferina. O sarcasmo já brilha nas suas crônicas. É a reação contra o meio que começa a processar de modo inevitável”.¹¹

A vida, porém, tratou de providenciar a seu modo a sua saída da Politécnica: no ano de 1902, manifestou-se em seu pai a moléstia que o manteria confinado dentro de

¹¹ BARBOSA, Francisco de Assis. **A Vida de Lima Barreto**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988, p. 79.

casa até o final da sua vida; mentalmente perturbado, o ex-tipógrafo e administrador da colônia de alienados da Ilha do Governador foi compulsoriamente aposentado. E o jovem Afonso, na condição de filho mais velho, viu-se na iminência de tomar para si a responsabilidade de sustento da família e de, ao mesmo tempo, dar outro rumo a sua própria vida:

Vivia eu nesse conflito moral desde os meus dezenove anos, quando, aos vinte e um meu pai adoeceu sem remédio até hoje. Estava livre, mas por que preço, meu Deus! Enfim... Não seria mais doutor em cousa alguma - o que me repugnava- (...). Ia me fazer por mim mesmo, em campo mais vasto e mais geral!

Bastos Tigre, que já, por aquela época, fundava jornalecos e revistecas, convidou-me para fazer uma destas -*O Diabo*- com Amorim Júnior, Malagutti e ele.

Esta pequena revista deu quatro ou cinco números, e fez o seu sucesso de estima. Comecei então a conhecer uma porção de artistas, de poetas, de filósofos, de cronistas, jornalistas, repórteres, etc. (Ba, 196)

A angústia de conseguir uma colocação que garantisse seu sustento e o de seus familiares levou-o a prestar concurso de amanuense para a Secretaria de Guerra; nomeado a 27 de outubro de 1903, ali permaneceu quinze anos, dividido e amargurado, por não poder viver daquilo que dava razão a sua existência -a literatura- e também por não poder dizer abertamente o que pensava. Tanto assim

que, ao ser aposentado em 1918, ele fez um desabafo explicando suas atitudes anteriores à aposentadoria:

Aposentado como estou, com relações muito ténues com o Estado, sinto-me completamente livre e feliz, podendo falar sem rebuços sobre tudo que julgar contrário aos interesses do país (...).

Esperava desde muito estes dias de completa liberdade, de independência quase total, para poder dizer da minha pobreza a franca verdade aos poderosos e ricos que assim se fizeram por toda a sorte de maneiras, honestas e desonestas. Hei de dizer-lhes aos poucos...

Durante os quinze para os dezesseis anos em que guardei as conveniências da minha situação burocrática, comprimi muito a custo a minha indignação e houve mesmo momentos em que ela, desta ou daquela forma, arrebentou.

Muitas atitudes minhas, incompreensíveis aos olhos desses fariseus por aí, vinham do angustioso recalque dos ímpetos de minha alma e da obrigação em que estava de dizer pela metade aquilo que eu podia dizer totalmente. (Ba, 134)

Mas se de algum modo se calou, a rotina monótona do emprego público não conseguiu destruir o sonho de se tornar um escritor reconhecido no Brasil e quiçá internacionalmente. É certo que essa tormenta entre o desejo e a realidade causou estragos na sua alma sensível e o consolo foi encontrado na bebida, que fazia esquecer mas que o levaria prematuramente à morte. E, no afã da realização do desejo, colabora em revistas de vida curta, como *O Diabo* e *A Quinzena Alegre*, levado por Bastos Tigre, ex-colega da Politécnica. Em fins de 1903, Carlos Viana,

também da Politécnica, irá confiar-lhe a secretaria da *Revista da Época*, mas Lima por ali ficará pouco tempo:

É que não se conformaria jamais em escrever louvores, mesmo sem a sua assinatura, aos mandarins da política. Por isso demitiu-se meses depois, enviando a Carlos Viana uma carta em que confessa ter rompido, cheio de vergonha, “numa crise de desespero”, um artigo encomendado pelo diretor: “Oito tiras” de papel, elogiando um senador do Paraná, figura influente na política.

Lima Barreto não tinha ordenado fixo na *Revista da Época*, recebia *pro labore*. A sua atitude podia desgostar o amigo. Por outro lado, ia pesar no “orçamento definitivo”, o que pouca importância teria, para ele, quando se tratava de escolher entre ganhar dinheiro ou ficar em paz com sua consciência .¹²

Essa postura o acompanhará a vida toda; em 1922, meses antes de morrer, escreve, orgulhoso: “Sou escritor e, se mérito outro não tenho, me gabo de ser independente” (Ma, 74).

Independente sim, do apadrinhamento, da concessão aos poderosos visando à obtenção de favores e reconhecimento, mas não de uma concepção de arte, expressa em sua literatura, que teria “o destino de revelar umas almas às outras, de restabelecer entre elas uma ligação necessária ao mútuo entendimento entre os

¹² BARBOSA, F. *Op.cit.*, p. 113.

homens” (IL,72). E que também serviria para “diminuir os motivos da desinteligência entre os homens que me cercam” (HS, 34).

No ano seguinte, Lima faz nova tentativa de ingressar no jornalismo profissional, escrevendo uma série de reportagens para o *Correio da Manhã*, acerca das escavações dos subterrâneos do morro do Castelo, recentemente publicadas em livro;¹³ não se sabe ao certo quem o levou para o órgão mais abusado da imprensa carioca do período. Mas o pouco tempo que por lá ficou foi o suficiente para que no seu romance de estréia, **Recordações do Escrivão Isaiás Caminha**, a sua redação fosse retratada de forma satirizada:

À frente, estava o doutor Ricardo Loberant, bacharel em Direito, de inteligência duvidosa e saber inconsciente, com seu estado-maior, formado de Aires d’Ávila, um monstro geológico com prematuros instintos de raposa; e o Leporace, um secretário mecânico, automático, ser sem alma, sem defeitos nem qualidades, que recebia os seus movimentos do exterior e os comunicava às outras peças da máquina; à parte, um tanto afastado, como aqueles traficantes que acompanham os exércitos, havia o Alberto Pranzini, o gerente, um italiano de olhar torvo a abranger um grande arco de círculo no horizonte, calculador de níqueis, que joeirava a despesa e trazia, para as gavetas do jornal, os tostões da população e um pouco dos lucros do comércio português no Rio de Janeiro, isto é, de todo o comércio da cidade, pois todo ele é português, tem o seu espírito, a sua alma, e as suas regras. Floc, porém, sobre todos tinha o grande prestígio

¹³ Essas reportagens não eram assinadas e somente Francisco de Assis Barbosa mencionara sua existência. Mas agora, felizmente, podemos ter acesso a elas graças ao trabalho de organização da professora Beatriz Resende, da Faculdade de Letras da UFRJ. Cf.: BARRETO, Lima. **O Subterrâneo do Morro do Castelo: Um Folhetim de Lima Barreto**. RESENDE, Beatriz (org.). Rio de Janeiro: Dantes, 1997.

de ter estado em Paris e ter sido segundo secretário de nossa legação em Quito. Por isso, ele mesmo se julgava mais depuradamente artista que o resto dos rapazes que faziam literatura pelo Brasil em fora (...). Fazia a crônica literária, as crônicas teatrais dos espetáculos de todas as celebridades, as informações sobre literatura e pintura, além do plantão semanal em que ajeitava frases lindamente literárias, dados da Psicologia chic, às notícias de assassinatos perpetrados por soldados ébrios na Rua de São Jorge. (IC, 168-169).

O troco à sua ousadia virá em forma de boicote: o poderoso Edmundo Bittencourt, diretor do *Correio*, declara total bloqueio ao escritor e será seguido por um longo período por toda a grande imprensa: “Era a Imprensa, a Onipotente Imprensa, o quarto poder fora da constituição!” (IC, 174).

Mas ele não se amedrontou e conforme aponta Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo:

Em seus romances Lima Barreto também apresenta o processo de transformação da Literatura em objeto de troca, com toda a sua complexa ambigüidade. Revela isso em todos os campos, dos jornais dos editores, enfim da comercialização do papel às convicções, às idéias e sentimentos dos escritores”.¹⁴

¹⁴ FIGUEIREDO, C. Lúcia Negreiros de. **Lima Barreto e o Fim do Sonho Republicano**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, p. .55.

O preço era alto e ele já o sabia: “Sofreiam nosso pensamento porque quem não aparece no jornal não aparecerá nem no livro, nem no palco, nem em parte alguma - morrerá. É uma ditadura” (GS, 90).

Após uma rápida passagem como redator da revista *Fon-Fon*, no primeiro semestre de 1907, percebeu “a inutilidade do seu esforço de procurar o caminho da imprensa burguesa, para sua iniciação na carreira de escritor. Submeter-se-ia a qualquer sacrifício, menos o de transigir com a mediocridade”.¹⁵

Em outubro do mesmo ano, aparece no cenário literário carioca uma revista com o nome de *Floreal*, projeto de um grupo bastante diversificado, com a presença de Fábio Luz, Domingos Ribeiro Filho e Curvelo de Mendonça, representantes da chamada *Literatura útil*, de caráter libertário; mas a alma do projeto era Lima Barreto, que no artigo de apresentação deixa bem claro qual era o objetivo da *magra brochurazinha* - como a chamou o crítico José Veríssimo, numa crítica simpática que deixou eufórica a rapaziada da *Floreal*, principalmente o próprio Lima, que publicara o primeiro capítulo do **Isaiás Caminha**, no número um da revista, e que, por isso, fora citado nominalmente. Vejamos um trecho da apresentação:

¹⁵ BARBOSA, F. *Op.cit.*, p. 132.

Não se trata de uma revista de escola, de uma publicação de “clã” ou maloca literária (...).

Não se destina pois a *Floreal* a trazer a público obras que revelem uma estética novíssima e apurada; ela não traz senão nomes dispostos a dizer abnegadamente as suas opiniões sobre tudo o que interessar a nossa sociedade, guardando as conveniências de quem quer ser respeitado. É uma revista individualista, em que cada um poderá, pelas suas páginas, com a responsabilidade de sua assinatura, manifestar as suas preferências, comunicar as suas intuições, dizer os seus julgamentos, quaisquer que sejam. (IL, 181-182)

Lima continua deixando bem claro que não haveria ali lugar para idéias estúpidas e preconceituosas; ciente da dificuldade que o grupo tinha para exteriorizar o que pensava, argumentava que apesar de terem lá suas divergências, não tinham outro caminho:

(...) Pois nenhum de nós teve a rara felicidade de nascer de pai livreiro, e pouca gente sabe, que não sendo assim, só há um meio de se chegar ao editor - é o jornal. Pouca gente sabe também que o nosso jornal atual é a cousa mais ininteligente que se possa imaginar (IL, 182).

Não estavam mesmo dispostos a se curvarem , a se humilharem perante os que ocupavam posições estratégicas nos jornais e revistas, porque se assim o fizessem não se diferenciariam dos demais:

Nós não queremos isso. Burros ou inteligentes, geniais ou medíocres, só nos convenceremos de que somos uma ou outra coisa, indo ao fim de nós mesmos, dizendo o que temos a dizer com a mais ampla liberdade de fazê-lo. Temos grandes dúvidas, insisto, mas não tantas que façamos residir toda a grandeza da literatura, todo o seu alcance e destino superiores, em rutilantes crônicas duvidosamente impressionistas ou no desenvolvimento em conto de anedotas da folhinha *Laemmert*. (IL, 183)

A *Floreal* não conseguiu passar da quarta edição. Mais um sonho se esvai. Lima sofre, se sente desencantado com a vida e duvida do seu próprio valor:

Estou com vinte e sete anos (...) sem dinheiro, sem família, carregado de dificuldades e responsabilidades.

Mas de tudo isso, o que mais me amola é sentir que não sou inteligente. Mulato, desorganizado, incompreensível e incompreendido, era a única coisa que me encheria de satisfação, ser inteligente, muito e muito! A humanidade vive da inteligência, pela inteligência, e eu, inteligente, entraria por força na humanidade, isto é, na grande humanidade de que quero fazer parte (DI, 135).

Nesse trecho do *Diário* aparece também a referência ao uso do álcool, como uma forma de escape da dura realidade cotidiana. Porém não se dobra, não arredará pé da concepção de Literatura que expusera na apresentação da *Floreal*; esta o acompanhará até o final e se fará presente em tudo o que escreveu, seja nos romances, ou nos contos, ou nas crônicas:

Ler os livros de Lima Barreto é de alguma forma participar do drama do intelectual sitiado. Mais talvez do que isso, é um exercício de consciência histórica que conta com a vantagem, como poucas vezes noutro escritor brasileiro, de um difícil testemunho: constatar como a vida, e nesta a opressão e o fracasso, se converte em literatura.¹⁶

1.2 Formação Intelectual I: A Passagem pelo Positivismo

Mas, como adquirira tais convicções? Qual era sua formação intelectual? Que autores lia ou havia lido, além daqueles da época da Politécnica? Como formara essa “refinada concepção de literatura militante?”¹⁷ A formação básica de Lima é comum a da intelectualidade mundial e brasileira do final do século XIX e início do XX. Ainda em plena adolescência, antes mesmo de estar na Politécnica, foi contagiado pelo Positivismo. A informação é por ele mesmo dada em artigo assinado, com data de 06/12/1920: “Nessa idade (...), não tinha a mínima preocupação literária; havia até abandonado o meu Júlio Verne e todo eu era seduzido para o Positivismo e cousas correlatas” (IL, 97).

¹⁶ PRADO, Antonio Arnoni. *Lima Barreto: O Crítico e a Crise*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 3.

¹⁷ REIS, Zenir Campos. *Vida em tempos escuros: Lima Barreto contra idiotas teses racistas*. *Nossa América (Revista do Memorial da América Latina – SP)*, n° 3. São Paulo, julho/agosto de 1990, pp. 32-38.

Outras referências, inclusive a de ter freqüentado o Templo Positivista de Teixeira Mendes, nos são dadas por dois de seus personagens, Isaías Caminha e Vicente Mascarenhas, de **O Cemitério dos Vivos**. Em ambos é visível o caráter autobiográfico.

O Jovem Isaías freqüentava a Igreja mais por curiosidade do que crença. Suas lembranças são eivadas de ironia:

Não era a primeira vez que ia ao apostolado, mas quando via o vice-diretor (...) na absida da capela, ao som de um tímpano rouco, arrepanhando a batina (...) dava-me vontade de rir às gargalhadas. Demais, ficava assombrado com a firmeza com que ele anunciava a felicidade contida no Positivismo e a simplicidade dos meios necessários para sua vitória: bastava tal medida, bastava essa outra - e todo aquele rígido sistema de regras, abrangendo todas as manifestações da vida coletiva e individual, passaria a governar, a modificar costumes, hábitos e tradições. (IC, 142)

Já a fala de Vicente Mascarenhas resgata no que lhe fora útil assistir as tais prédicas de Teixeira Mendes:

Freqüentei o apostolado cerca de um ano (...); até hoje, nunca pude acreditar que aquele conjunto de doutrinas, capazes de falar e seduzir inteligências, fosse capaz de arrebatrar corações com o fogo de uma fé religiosa.

Deu-me, entretanto, a freqüência daquela curiosa igreja, o gosto pelas leituras de autores antigos, dos mesmos que todos nós em geral, só conhecemos de nome ou por citações.

Lembro-me bem que lá adquiri uma brochura do **Discours de la Méthode**, de Descartes. (CV, 132)

Em se tratando do Positivismo, vale um paralelo com a formação intelectual de um seu contemporâneo, Euclides da Cunha, que conheceu as idéias de Comte através do seu mais entusiasmado divulgador, Benjamin Constant, seu professor no colégio Aquino e depois na Escola Militar da Praia Vermelha. Como Lima, Euclides também possuía a consciência de que cabia aos escritores e à literatura uma função social. Francisco de Assis Barbosa, autor da biografia de Lima Barreto, no prefácio que fez para o livro de Nicolau Sevcenko **Literatura como Missão**, ressalta que:

São atitudes muito semelhantes as de Euclides da Cunha e Lima Barreto, no combate ao que se considerou na época vícios e distorções do regime republicano. Lima Barreto atacou com violência a oligarquia mineiro-paulista, que promovia a “valorização do café” e as suntuosas obras públicas da área metropolitana do Centro-Sul, enquanto o trabalhador agrícola permanecia “quase sempre errante de fazenda em fazenda, sem garantias de espécie alguma (...)”.

(...) Era este o tom dos artigos de crítica política de Lima Barreto publicados na imprensa libertária, e até mesmo na grande imprensa (...) reunidos em livros (...) como **Bagatelas, Feiras e Mafuás e Os Bruzundangas**, livros esses que parecem juntar-se à mesma linha de protesto e denúncia do livro vingador de Euclides da Cunha, **Os Sertões** (1902), e mesmo depois nos artigos sobre a Amazônia e a triste situação do seringueiro, “Judas Asvero”, a vagar pela imensidão da floresta tropical.¹⁸

¹⁸ SEVCENKO, N. *Op.cit.*, p. 15.

Entretanto, a diferença entre um e outro provém de como assimilaram a doutrina positivista,¹⁹ criando assim antagonismos irreconciliáveis em torno de questões fundamentais como ciência, raça e civilização, pilares de sustentação da hegemonia europeia até a Primeira Guerra Mundial. Ao tempo em que Euclides permanece mais preso ao cientificismo positivista, Lima refuta o culto à ciência e a aponta, juntamente com a religião, como fontes para a criação e a permanência de superstições e preconceitos, criticando o seu uso para fins de dominação:

A nossa ciência não é nem mesmo uma aproximação; é uma representação do Universo peculiar a nós e que, talvez, não sirva para as formigas ou gafanhotos. Ela não é uma deusa que possa gerar inquisidores de escalpelo e microscópio, pois devemos sempre julgá-la com a cartesiana dúvida permanente. Não podemos oprimir em seu nome. (Ba, 64)

E deixa bem claro que para ele as teorias racistas não tinham qualquer base científica (a citação é longa, porém faz-se necessária):

¹⁹ Para melhores esclarecimentos, ver: **Euclides da Cunha. História.** Coleção "Grandes Cientistas Sociais". São Paulo: Ática, 1984. Organizadora: Walnice Nogueira Galvão. Coordenador: Florestan Fernandes e FACIOLI, Valentim. "Euclides da Cunha: Consórcio de Ciência e Arte (Canudos: O Sertão em Delírio)". In: BRAIT, Beth (org.). **O Sertão e os Sertões.** São Paulo: Arte Ciência, 1998, pp. 35-59.

Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e umas outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça.

Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não sei que coisa feia mais.

Tudo isto se diz em nome da ciência e a coberto da autoridade de sábios alemães.

(...) E assim a coisa vai se espalhando, graças à fraqueza da crítica das pessoas interessadas, e mais do que à fraqueza, à covardia intelectual de que estamos apossados em face dos grandes nomes da Europa. Urge ver o perigo dessas idéias, para nossa felicidade individual e para nossa dignidade superior de homens. Atualmente, ainda não saíram dos gabinetes e laboratórios, mas, amanhã, espalhar-se-ão, ficarão à mão dos políticos, cairão sobre as rudes cabeças da massa, e talvez tenhamos que sofrer matanças, afastamentos humilhantes, e os nossos liberalíssimos tempos verão uns novos judeus.

Os séculos que passaram não tiveram opinião diversa a nosso respeito - é verdade; mas desprovidas de qualquer base séria, as suas sentenças não ofereciam o mínimo perigo. Era o preconceito; hoje é o conceito.

Esmagadoras provas experimentais endossam-no. Se F. tem 0,02 m a mais no eixo maior da oval de sua cabeça, não é inferior em relação a B, que tem menos, porque ambos são da mesma raça; contudo, em se tratando de raças diferentes, está aí um critério de superioridade.

As mensurações mais idiotas são feitas e, pelo complacente critério do sistema métrico, os grandes sábios estabelecem superioridades e inferioridades.

Não contentes com isso, buscam outros dados, os psíquicos, nas narrações dos viajantes apressados, de *touristes* imbecis e de aventureiros da mais baixa honestidade. (DI, 110-111)

É interessante observar que, além de outros,²⁰ quem ofereceu a Lima Barreto argumentos para que pudesse contestar a pretensa superioridade racial foi um positivista, Célestin Bouglé, discípulo de Durkheim e autor de **A Democracia Diante da Ciência** (1904), obra que impressionou Lima a ponto de ter dirigido àquele autor uma carta, cuja data supõe-se ser de 1906. A seguir trechos da minuta da carta:

Senhor, escrevo-lhe esta carta, cheia de audácia, ao deixar a leitura de seu livro – **A democracia diante da ciência**. Ciente de que o senhor perdoará os meus erros de francês, esta carta tem por fim oferecer-lhe informações sobre as atividades dos mulatos em meu país.

Eu também sou mulato, moço, com vinte e cinco anos, e tendo estudado na Escola Politécnica do Rio, deixei de continuar meu curso (engenharia civil) para me dedicar à literatura e ao estudo de questões sociais (...).

Ao ler seu belo livro, observei que o senhor está a par das coisas da Índia e pouco sabe sobre os mulatos do Brasil. Nas letras brasileiras, já florescentes, os mulatos ocuparam lugar de destaque. O maior poeta nacional, Gonçalves Dias, era mulato, os grandes nomes atuais da literatura - Olavo Bilac, Machado de Assis, e Coelho Neto são mulatos. (...) Temos tido grandes jornalistas mulatos: José do Patrocínio (também romancista), Ferreira de Meneses e Ferreira de Araújo, sábios, engenheiros, médicos, advogados, eruditos, juristas, etc.

Se desejar informações mais desenvolvidas, poderei fornecer-lhe em outra carta. Peço-lhe desculpas de me exprimir mal na sua bela língua, coisa que impus a mim mesmo para apontar certos juízos falsos com que o mundo civilizado envolve os

²⁰ Fizeram parte desse debate autores e documentos brasileiros: é de 1884 o folheto abolicionista de Miguel Lemos *O positivismo e a escravidão moderna*; em 1889, Araripe Júnior menciona o estudo do publicista russo Jacov A. Novicov, *O futuro da raça branca*, de 1897, também anti-racista. Cf. REIS, Z. C. *Op. cit.*, p. 33.

homens de cor. (C1, 157-158)

Pretende-se chegar ao final deste trabalho com um esboço de retrato intelectual de Lima Barreto; portanto, ainda é longo o caminho, mas o exposto acima já confere validade à hipótese de que o escritor, ao ir tomando contato com as diversas doutrinas em voga na época, não as aceitava em sua totalidade, antes disso, adotava diante delas uma postura crítica e seletiva, “recolhendo os componentes que pudesse combinar num ponto de vista coerentemente libertário. Ao emancipar os espíritos do preconceito das raças, naturalista, o positivismo cumpria uma tarefa libertadora. Mas não deixava também de observar que a República nascera e se conservava sob o signo do positivismo, com sua apologia de governo forte, centralizado, ditatorial, fazendo da Ordem a pré-condição do Progresso(...). Nesse ponto, quando o positivismo se colocava a serviço da opressão, situa-se a linha de separação para Lima Barreto”.²¹

Buscou também o escritor, nos grandes autores, modelos e normas para o fazer literário. Usa de seus personagens para dizê-lo. No **Isaiás Caminha**, declara ter ao alcance das mãos os autores que mais amava: Dostoiévski, Voltaire, Tólstoi, Stendhal, Balzac, Flaubert, Renan, Eça de Queiroz, Taine, Bouglé, Ribot, “e outros

²¹ REIS, Z. C. *Op.cit.*, pp. 35-37.

autores de literatura propriamente, ou não. Confesso que os leio, que os estudo, que procuro nos grandes romancistas o segredo de fazer” (IC, 120). No **Gonzaga de Sá** acrescenta Barrés, France e Swift, e termina com uma bela confissão: “.Alguns deles me deram a sagrada sabedoria de me conhecer a mim mesmo, de poder assistir ao raro espetáculo das minhas emoções e dos meus pensamentos” (GS, 41).

Quando falo em realizar um retrato intelectual de Lima Barreto é porque já tenho feita a opção de privilegiar o estudo de sua formação e de ver como isso se reflete em sua produção literária. Não me interessam nesse momento as questões formais e estéticas, já inclusive bastante discutidas por outros estudiosos. Ressalto apenas que o seu estilo traz a marca de uma concepção de literatura, diferente dos autores então em moda, como Coelho Neto e Afrânio Peixoto; este, definindo a literatura como “o sorriso da sociedade”, nos dá a dimensão da natureza da literatura por eles produzida. Afinados com o mundanismo corrente na *Belle Époque* carioca, cultivavam uma “atitude que se define pelo cosmopolitismo intelectual, por uma sensação de superioridade (...), pelo amor ao paradoxo, ao espírito no sentido francês, ao êxito nos salões. (...). Era preciso acompanhar o progresso, ser ‘civilizado’, fazer romances para serem lidos pela ‘sociedade’ (...). Daí a encarar a literatura como um passatempo, como um requinte, (...). E quem julga ter a missão de distrair precisa ser

brilhante, ameno, sedutor; para consegui-lo, sacrifica, sem dar por isso, as qualidades mais autênticas às mais superficiais, cuida sobretudo da aparência”.²²

A postura de crítico ferrenho a essa idéia de literatura feita para o entretenimento e prazer dos ricos, cheia de pompas e desligada da realidade, manifesta desde o artigo de apresentação da revista *Floreal*, será uma constante na vida de Lima Barreto. Ora falando através de seus personagens como o Gonzaga de Sá:²³ “(...) A nossa emotividade literária só se interessa pelos populares do sertão, unicamente porque são pitorescos e talvez não se possa verificar a verdade de suas criações. No mais, é uma continuação do exame de português, uma retórica mais difícil a se desenvolver por este tema sempre o mesmo: Dona Dulce, moça de Botafogo em Petrópolis, que se casa com o doutor Frederico. O comendador seu pai não quer, porque o tal doutor Frederico, apesar de doutor, não tem emprego. Dulce vai à superiora do colégio das irmãs. Esta escreve à mulher do ministro, antiga aluna do colégio, que arranja um emprego para o rapaz. Está acabada a história. É preciso não esquecer que Frederico é moço pobre, isto é, o pai tem dinheiro, fazenda ou

²² PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da literatura brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988, p. 250.

²³ O romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* embora tenha sido publicado em 1919 começara a ser escrito em 1906 segundo apontamentos deixados pelo escritor em seu *Diário íntimo* e também em cartas que constam nos volumes de *Correspondências de suas obras completas*. A opção de publicar antes o *Isaías Caminha* é decorrente do fato do romancista achar o seu *Gonzaga de Sá* “um tanto cerebrino, muito calmo e solene, pouco acessível portanto”, e como seu desejo era o de estrear demarcando terreno, decidiu-se pelo *Isaías*, “um livro desigual, propositalmente mal feito, brutal por vezes, mas sincero sempre” (C1, 169).

engenho, mas não pode dar uma mesada grande. Está aí o grande drama do amor em nossas letras, e o tema de seu ciclo literário. Quando tu verás, na tua terra um Dostoiévski, uma George Eliot, um Tólstoi - gigantes destes, em que a força de visão, o ilimitado da criação, não cedem o passo à simpatia pelos humildes, pelos humilhados, pela dor daquelas gentes donde às vezes não vieram -quando?" (GS, 133-134), ora em artigos publicados na imprensa, onde citava nominalmente os escritores alvos de suas críticas. No artigo *Histrião ou literato*, publicado na *Revista Contemporânea* em 15/02/1918, não vacilou em afirmar que "O senhor Coelho Neto é o sujeito mais nefasto que tem aparecido no nosso meio intelectual. Sem visão da nossa vida, sem simpatia por ela, sem vigor de estudos, sem um critério filosófico ou social seguro, o senhor Neto transformou toda a arte de escrever em pura *chinoiserie* de estilo e fraseado. (...) Não é meu intuito entrar em querelas. O que me move escrever estas linhas é, como escritor, como literato que tem fé na sua atividade protestar contra a deturpação que o senhor Coelho Neto tem querido impor à consciência do Brasil a respeito do que seja literatura. O senhor Neto quer fazer constar ao público brasileiro que literatura é escrever bonito, fazer brindes de sobremesa, para satisfação dos ricos" (IL, 189-190).

Quem passou a vida acreditando e se batendo por uma literatura que idealmente teria o poder de promover a união entre os homens na busca do bem comum, não

poderia concluir de outra forma o áspero artigo: “Os literatos, os grandes, sempre souberam morrer de fome, mas não rebaixaram a sua arte para simples prazer dos ricos. Os que sabiam alguma cousa das letras e tal faziam, eram os histriões; e estes nunca se sentaram nas sociedades sábias....” (IL, 191).

É notório também no romancista a preocupação em extrair de suas leituras ensinamentos que pudesse instrumentalizar para a análise da sociedade brasileira na Primeira República. Ao ler *Le Bovarysme* de Jules Gaultier, cuja teoria psicológica tem como referencial *Madame Bovary* de Flaubert, formulou o conceito de que “O bovarismo é o poder partilhado no homem de se conceber outro que não é” (DI, 93). Fazendo a aplicação social do conceito elaborado, Lima identifica comportamentos bováricos tanto no indivíduo comum, como o descrito na crônica *Casos de Bovarismo*: “(...) Foi meu colega um rapaz razoavelmente inteligente que a simpatia de um governador guindou a uma alta posição num Estado dos nossos. Há meses, eu o vi aqui pelas ruas, a andar de sobrecasaca, passando por mim a estourar como um peru em roda, espreitando as sentinelas como quem espera brados de armas. Foi o bovarismo... Como? Concebendo-se outro, muito grande, extraordinário, o pobre moço deformou a realidade: o que ele deveu à pura e simples afeição de um governador que o esperava para genro, atribuiu ele a seu mérito” (Ba, 59), como também na nova elite dirigente do país, o que era extremamente perigoso e

prejudicial, pois a modernidade e o cosmopolitismo, tão almejados pela burguesia republicana, aliados a um ufanismo irresponsável toldavam a visão e a levavam a uma total distorção e afastamento da realidade. Lima condenou veementemente o processo de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro porque via, no desejo de transformá-la numa cidade “européia”, além de uma decisão política que impunha “o controle ao mundo da desordem, evitando, pela separação dos espaços, manifestações de massa e a repetição dos conflitos anteriormente ocorridos no centro da cidade, e pretendendo reorganizar socialmente a população”,²⁴ uma manifestação de bovarismo, e ainda com o agravante de ser, no entendimento do escritor, a imitação da imitação:²⁵

A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas.

A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos. (...)

²⁴ RESENDE, *Op.cit*, p.110.

²⁵ O processo de reurbanização da cidade de Buenos Aires ocorreu a partir de 1880, cuja direção coube ao intendente Torcuato de Alvear com a colaboração do arquiteto Juan Antonio Buschiazzo, sob inspiração do modelo adotado por Georges Haussmann para a remodelação de Paris. Cf. ROMERO, José Luis, *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1976. Jeffrey Needell, escrevendo sobre as reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro, esclarece que Rodrigues Alves, ao tornar a modernização bandeira de seu governo, sem dúvida levou em consideração “o espetacular êxito das reformas parisienses recém-concluídas em Buenos Aires”. Cf.: NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 55.

O Rio civiliza-se! (VU, 83).

Lima Barreto não viveu o suficiente para ver realizar-se o “destino manifesto” do novo continente sob a hegemonia norte-americana, mas certamente tinha a intuição que os nossos olhos, que ainda estavam começando a se abrir, iriam continuar e continuam deslumbrados numa atitude bovária, olhando para o grande país do norte e vendo-o como o modelo do qual gostaríamos de ser a cópia. Antes do findar da década de vinte do novecentos, já era claro para o escritor o caráter imperialista da política externa norte-americana, e o quanto aquele país era a síntese do capitalismo.

Em 1919, na crônica *O nosso “ianquismo”*, mais uma vez condena a nossa mania de imitar sem considerar as nossas particularidades, tomando o forâneo como superior alienados de nós mesmos e correndo o risco de perdermos a nossa própria identidade.

Todos nós devemos combater essa ingênua tolice dos nossos sociólogos *ad hoc*, e esportivos que nos aconselham a imitar a monstruosa República da América do Norte, até o ponto de levar-nos a sermos, como depois de Rio Branco somos, um disfarçado protetorado (...).

Nós só vemos dos Estados Unidos o verso, não vemos o reverso ou o avesso; e este é repugnante, vil e horroroso (...).

Por mera imitação daquela aglomeração humana, enchemos o Rio de Janeiro de descabelados sobrados insolentes, de cinco e seis andares, com uma base relativamente insignificante, verdadeiras torres, a esmagar os sobradinhos humildes do tempo do Império, com o seus dois andares acanhados e decentes. Uma cidade como a nossa, semeada de colinas pitorescas, arborizadas ou não, que formam o seu verdadeiro encanto, se seguirem tais construções, em breve ele perderá os seus horizontes originais e ficará como qualquer outra.

Condições particulares de sua topografia obrigaram a cidade de Nova York a apelar para esses estafermos de inúmeros pisos; e não se verificando elas na nossa, antes pelo contrário, não tínhamos necessidade de enfeiar o Rio de Janeiro, com construção que a natureza repele.

Não temos o bom senso de repelir os grosseiros e megatéricos ideais americanos e ficar nós mesmos. O mundo não é sempre o mesmo, embora a sua substância possa ser uma e única; e os homens, portanto, não o podem ser e devem variar com ele (...).

A fascinação do modelo estrangeiro, como ensina Gaultier, no seu curioso *Bovarismo*, entra sempre em algum grau na formação de qualquer sociedade, mas para ser útil e progressiva, não deve substituir inteiramente o modelo próprio e ancestral. (Ba, 185-186)

A crítica a essa modernidade trazida pela cópia não deve ser entendida, penso, como um simples apego ao passado. O lamento é de outra ordem. Lima Barreto amava a cidade do Rio de Janeiro, e é também em função desse afeto que faz a sua crítica. Não queria ver a cidade desfigurada. Lima não era contra a modernidade, mas sim “a favor de uma visão da modernidade que contemplasse as razões do homem comum”.²⁶

²⁶ RESENDE, *Op.cit.*, p. 50.

1.3 Formação Intelectual II: O Diálogo com Guyau, Taine e Brunetière

Na base de sua concepção de literatura militante e ideal estético estão Jean-Marie Guyau, Hippolyte-Adolf Taine, Ferdinand Brunetière, e ainda Leon Tolstói, que apenas cito nesse capítulo, já que será abordado juntamente com os teóricos anarquistas.

Em **El Arte desde el Punto de Vista Sociológico**, Guyau trata do papel social da arte sob três diferentes pontos de vista: origem, fim e lei interna. É em relação ao último que reside a inovação de Guyau. Para ele: “El arte es social no solamente porque tiene su origen y su fin en la sociedade real cuya acción sufre y sobre la cual reobra, sino por lo que ‘lleva en sí mismo’, porque ‘crea una sociedade ideal’, en que la vida alcanza su máximo de intensidad y de expansión”.²⁷ Assim, possibilita uma forma superior de sociabilidade e de simpatia universal:

El arte, es una extensión, por el sentimiento, de la sociedad a todos los seres de la naturaleza, y hasta a los seres concebidos como sobrepujando a la naturaleza, o, enfin, a los seres ficticios creados por la imaginación humana. La emoción artística es, pues, esencialmente social; tiene por resultado ensanchar la vida individual haciéndola

²⁷ FOUILLÉE, Alfred. “Introdução” a **El Arte desde el Punto de Vista Sociológico**, de Jean-Marie Guyau, pp.6-7.

confundirse con una vida más amplia y universal. *El fin más elevado del arte es producir una emoción estética de carácter social.*²⁸

Sabendo que as sensações e os sentimentos separam os homens ao invés de uní-los, que os gostos e as escolhas pessoais não se discutem, como é então que a emoção estética individual poderá tornar-se social?

Del fondo incoherente y discordante de las sensaciones y de los sentimientos individuales, el arte desliga un conjunto de sensaciones y de sentimientos que pueden resonar en todos a la vez o en una gran parte, que pueden, por tanto, dar lugar a una asociación de goces.

Y el carácter de estos goces es que ya no se excluyen mutuamente, a la manera de los placeres egoístas, sino pelo contrário, están en esencial “solidaridad”.²⁹

A arte, ao fazer com que se efetue a passagem da vida individual para a vida universal, passagem que se dá não apenas pelo comungar de idéias, vontades e ações, mas sim pela comunhão das sensações e dos sentimentos, estabelece a concórdia social e a solidariedade humana. Para Guyau aí está o prodígio da realização artística.

²⁸ GUYAU, Jean-Marie. *El Arte desde el Punto de Vista Sociológico*. Buenos Aires: Ediciones Suma, 1943, p. 51.

²⁹ FOUILÉE, A. *Op.cit.*, p. 7.

Hippolyte-Adolf Taine expõe na introdução da sua **Histoire de la Littérature Anglaise** uma concepção de obra literária não como um simples jogo de imaginação ou um capricho isolado de uma mente criativa, mas sim como uma cópia dos costumes circundantes e o sinal de um estado de espírito. E com os monumentos literários, pode-se recontrar a maneira pela qual os homens teriam sentido e pensado séculos afora: “Para ele a literatura é um instrumento para compreender uma época, uma nação e para fazer uma sondagem da natureza humana em geral”.³⁰

É também nessa introdução que Taine trata da famosa tríade - raça, meio e momento. Raça para ele são as disposições inatas e hereditárias que o homem traz consigo desde o nascimento; acrescentam-se a isso as diferenças de temperamento e de estrutura dos corpos, além da herança genética. Acreditava Taine que fatores externos - como o clima, por exemplo - marcam as raças e são transmitidos às gerações posteriores: “uma raça - ele escreve - existe, tendo recebido seu caráter do clima, do solo, dos alimentos e dos grandes acontecimentos que ela sofreu desde sua origem.”³¹

Taine usa também o termo raça com o sentido de “caráter nacional” de um povo. O meio é então a pressão externa acrescentada a esse caráter e engloba tanto os

³⁰ WEINSTEIN, citado por AIEX, Anoar. **As Idéias Sócio-Literárias de Lima Barreto**. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990, p. 43.

³¹ TAINE, H. **La Fontaine et ses Fables**, p. 344, citado por AIEX, Anoar, *op.cit.*, p. 44.

elementos oriundos do ambiente físico, assim como os componentes políticos e sociais. O meio aliado à teoria determinista possibilita a Taine explicar a literatura, a vida mental e a arte em geral de um ponto de vista científico. Em **Filosofía del Arte**, ele define a lei que rege a produção de uma obra de arte: “La obra de arte es determinada por un conjunto que resulta del estado general del espíritu y de las costumbres circunstantes”.³²

O momento é descrito por Taine como “velocidade adquirida” ou “impulso já adquirido”. Com essas definições destaca o aspecto dinâmico do momento, contrapondo-o à raça e ao meio, relativamente estáticos. O momento seria, então, a experiência de uma herança cultural sedimentada em certa época e da qual o artista é consciente.³³ A consciência desta cultura acumulada implica o fato de que a passagem de uma época para a outra faz sentir o reflexo do passado no presente e que este presente traz em si a forma do futuro.³⁴

Através deste método crítico, Taine explicitou o que ele compreendeu estar implícito em toda a arte, ou seja, o estado espiritual que a produziu. Ao falar em estado espiritual, Taine declara o princípio orientador de sua crítica, pois é este

³² TAINE, H. *Filosofia del Arte*. Trad. de C. Gonzalez Kraak. Buenos Aires: El Ateneo, 1946, p. 42.

³³ WELLEK, René. *História da Crítica Moderna: 1750-1950*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Herder/Edusp, 1972, p. 26.

³⁴ AIEX, A. *Op.cit*, p. 44.

estado espiritual o revelador das características próprias de cada povo, ao mesmo tempo que torna transparente seus traços fundamentais.³⁵

Na parte final de sua introdução da **Histoire de la Littérature Anglaise**, ele esclarece como tais idéias estão presentes nas obras literárias:

Um livro exibindo sentimentos visíveis é literário mesmo, pois a tarefa própria da literatura é de perceber os sentimentos.

Um livro percebendo os sentimentos importantes, tem um lugar elevado na literatura, pois é representando a maneira de ser de toda uma nação e de todo um século, que um escritor reúne em torno de si as simpatias de todo um século e de toda uma nação (...). É pois principalmente pelo estudo das literaturas que se pode fazer história dos costumes e caminhar até o conhecimento das leis psicológicas das quais os eventos dependem. Eu tento aqui escrever a história de uma literatura e de procurar a psicologia de um povo (...).³⁶

E para terminar a exposição sobre o pensamento de Taine, cito o que ele chamou em **Filosofía del Arte**, de resumo de suas idéias:

La obra de arte tiene por objeto manifestar algún carácter esencial o saliente, y por ende alguna idea importante en forma más clara y completa que la misma realidad. Para

³⁵ ALEX. A. *Op. cit.*, p. 44.

³⁶ TAINÉ, H. **Histoire da Littérature Anglaise**. Paris: Librairie Hachette et Cia., 1877, Tome premier, pp. 47-48. (Tradução livre da autora).

alcanzar este fin emplea un conjunto de partes relacionadas entre sí, pero cuyas relaciones modifica sistemáticamente.³⁷

Para Brunetière,³⁸ a relação existente entre arte e moral sempre foram fontes de preocupações e estudos. Contrário ao conceito e teoria da “arte pela arte” ou da arte em si mesma, como Guyau – de quem era leitor, buscou demonstrar a função social da arte na sua relação com a moral. Para ele, a “arte tem seu objeto e seu fim fora ao além de si mesma; e se este objeto não é exatamente moral, ele é social, o que aliás é quase a mesma coisa”.³⁹ Em outras palavras, “a arte tem uma função social; sua verdadeira moralidade consiste na consciência com a qual ela se desempenha de sua função”.⁴⁰

Atribui à literatura o papel de transmissora de valores comuns ao espírito humano, que possam interessar tanto ao exercício da vida, assim como orientar a conduta da humanidade. “Isto é feito através de uma ‘linguagem inteligível’, com a qual a literatura torna o particular mais claro mediante sua difusão pelo geral, dando assim, maior durabilidade à sua existência e transformando-o num valor universal”.⁴¹

³⁷ TAINE, H. *Filosofia del Arte*, p. 38.

³⁸ Devido à dificuldade de encontrar as obras originais de Ferdinand Brunetière, elaborei a exposição de suas idéias apoiada na leitura de Anuar AieX, cujo trabalho já foi aqui mencionado.

³⁹ AIEX, A. *Op. cit.*, p. 42.

⁴⁰ BRUNETIÈRE, F. Citado por AIEX, A. *Op. cit.*, p. 42.

⁴¹ AIEX, A. *Op. cit.*, p.43.

Sugere que as idéias podem educar a vontade, e que o homem, de posse do controle de sua vontade, pode então mudar sua opinião sobre as coisas que o cercam e sobre a sociedade como um todo. “Como, para Brunetière, é a ‘vontade’ que ‘governa o mundo’; a literatura, tendo o poder de educar a vontade humana, pode, por conseguinte, modificar o destino da própria sociedade”.⁴²

Em Lima Barreto o diálogo com os mestres da juventude será uma constante, desde o **Isaiás Caminha**, seu romance de estréia, que traz no prefácio uma citação de Taine: “a obra de arte tem por fim dizer aquilo que os simples fatos não dizem”, até a famosa conferência não pronunciada, *O Destino da Literatura*, escrita em 1921, onde o escritor insistirá na tese da arte como fenômeno social, no seu poder de desvendamento, e sobretudo na importância de uma literatura militante, “isto em geral dentro daquele preceito de Guyau que achava na obra de arte o destino de revelar umas almas às outras, de restabelecer entre elas uma ligação necessária ao mútuo entendimento dos homens. Eu chamo e tenho chamado de militante às obras de arte que têm semelhante escopo” (IL, 72).

Credita assim à literatura competência para promover a compreensão e a solidariedade entre os homens. Consciente da complexidade da sociedade brasileira,

⁴² Ibid. p. 43.

sugere à nossa literatura uma tomada de postura que implique uma produção literária centrada em nossa realidade, que se ocupe em nos dar a conhecer:

A velha terra lusa tem um grande passado. Nós não temos nenhum; só temos futuro. E é dele que a nossa literatura deve tratar de maneira literária. Nós precisamos nos ligar; precisamos nos compreender uns aos outros; precisamos dizer as qualidades que cada um de nós tem, para suportamos o fardo da vida e dos nossos destinos. Em vez de estarmos aí a cantar cavalheiros de fidalguia suspeita e damas de uma aristocracia de armazém por atacado, por que moram em Botafogo ou Laranjeiras, devemos mostrar nas nossas obras que um negro, um índio, um português ou um italiano se podem entender e se amar, no interesse comum de todos nós. (IL, 72-73)

Na conferência à que aludi acima, Lima Barreto faz uma espécie de “testamento literário”.⁴³ Alinha um raciocínio que contempla os principais autores que lhe deram a base teórica para que transformasse a literatura em arena de luta e também na sua própria razão de existir. Diz ele: “Mais do que qualquer outra atividade espiritual de nossa espécie, a Arte, especialmente a literatura, à que me dediquei e com que me casei; mais do que ela nenhum outro qualquer meio de comunicação entre os homens, em virtude mesmo do seu poder de contágio, teve, tem e terá um grande destino na nossa triste Humanidade” (IL,66).

⁴³ A expressão é de BARBOSA, F. *Op. cit.*, p. 266.

Discorrendo sobre a Arte, baseia-se em Taine para afirmar que a beleza não está na plasticidade de uma obra, na harmonia e proporção das partes: “Não é um caráter extrínseco de obra, mas intrínseco, perante o qual aquele pouco vale. É a substância da obra, não são as suas aparências” (IL, 58). Em Brunetière encontra a via de realização do seu ideal estético, ao concordar com que uma importante dimensão da literatura é a de orientar a conduta humana.

(...) A importância da obra literária que se quer bela sem desprezar os atributos externos de perfeição de forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocabular, de jogo e equilíbrio das partes em vista de um fim, de obter unidade na variedade; uma tal importância, dizia eu, deve residir na exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustioso do nosso destino em face do Infinito e do mistério que nos cerca, e aluda às questões de nossa conduta na vida.

É, em outras palavras, o parecer de Brunetière. (IL, 58-59)

A contribuição de Guyau foi decisiva para afirmar a sua crença no poder da arte de libertar o homem. Cita-o várias vezes na parte conclusiva de sua Conferência-Testamento.

Guyau, num livro curioso, tão profundo quanto claro - **A Arte sob o ponto de vista sociológico** - ensinou “que a beleza não é uma coisa exterior ao objeto; que ela

não pode ser admitida como uma excrescência parasítica na obra de arte; ela é, no fim de contas, a verdadeira floração da planta em que aparece”.

A arte, incluindo nela a literatura, continua Guyau “é a expressão da vida refletida e consciente, e evoca em nós, ao mesmo tempo, a consciência mais profunda da existência, os sentimentos mais elevados, os pensamentos mais sublimes. Ela ergue o homem de sua vida pessoal à vida universal, não só pela sua participação nas idéias e crenças gerais, mas também ainda pelos sentimentos profundamente humanos que exprime”. (IL, 65-66)

E Lima conclui: “Quer dizer: que o homem por intermédio da Arte não fica adstrito aos preceitos e preconceitos de seu tempo, de seu nascimento, de sua pátria, de sua raça; ele vai além disso, mais longe que pode, para alcançar a vida total do Universo e incorporar sua vida no mundo” (IL, 65- 66).

Escrever para reduzir a desinteligência entre os homens, era essa sua ambição. Literatura como antídoto contra a ignorância e o individualismo que obscurece as almas e os deixa sós sofrendo a imensa dor de serem humanos:

Fazendo assim tudo compreender; entrando no segredo das vidas e das cousas, a Literatura reforça o nosso natural sentimento de solidariedade com nossos semelhantes (...). Ela tende a obrigar a todos nós a nos tolerarmos e nos compreendermos; (...).

Atualmente, nesta hora de tristes apreensões para o mundo inteiro, não devemos deixar de pregar, seja como for, o ideal de fraternidade, e de justiça entre os homens e um sincero entendimento entre eles.

E o destino da Literatura é tornar sensível, assimilável, vulgar esse grande ideal de poucos a todos, para que ela cumpra ainda uma vez a sua missão quase divina. (IL, 67-68)

A interatividade com as idéias dos três pensadores que ora vimos possibilitou parcialmente a Lima Barreto a formulação de uma concepção de arte “que gira em torno do homem, da sociedade e dos seus destinos intimamente ligados”.⁴⁴

⁴⁴ FANTINATI, Carlos Erivany. **O Profeta e o Escrivão: Estudo sobre Lima Barreto**. Assis: Ilpha-Hucitec, 1978, p. 30.

Capítulo 2

2.1 Considerações sobre o Anarquismo e suas Correntes

A exceção da regra no campo das idéias corresponde ao anarquismo.

Antonio Nager

Esclareço ao leitor desavisado que ao vir tecendo esse esboço de retrato intelectual de Lima Barreto, fiz deliberadamente a opção de privilegiar as linhas de pensamento que mais peso tiveram em sua formação, e que lhe deram o substrato necessário para fazer da literatura uma permanente arma de combate. Essa atitude justifica, portanto, a ausência de referências a outros possíveis autores os quais ele cita ou que estão presentes na relação de sua biblioteca, a “coleção Limana”.

O objetivo deste trabalho é verificar dentre essas linhas qual lhe deu o fio condutor para que através do manejo da palavra atingisse o seu alvo preferencial, a sociedade burguesa com seus intrincados mecanismos de exploração e anulação dos indivíduos. Advirto desde já que não se trata de uma tentativa de simples

enquadramento ideológico do escritor, mas sim do desejo de examinar mais detidamente a presença das idéias libertárias, ou seja, do anarquismo, em sua formação e, conseqüentemente, como isso está presente na articulação de sua escrita.

Para que tal propósito se realize a contento, tornou-se necessário refletir sobre o anarquismo do ponto de vista conceitual e histórico, para depois verificar como as idéias libertárias se desenvolveram entre nós, destacando especialmente o *Comunismo Libertário*, corrente à qual pertenciam Peter Kropotkin, Elisée Reclus e Errico Malatesta, e que tinha ainda como simpatizantes Leon Tolstói no campo da literatura e Francisco Ferrer no da educação. Flávio Venâncio Luizeto em **Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900-1920**, afirma que:

No Brasil o interesse demonstrado pelos temas libertários foi despertado, particularmente, pela literatura originada dessa concepção do anarquismo, assim como foi através dela que o movimento conquistou um bom número de adeptos entre o público leitor brasileiro. Não apenas aos autores dessa literatura, certamente, mas a eles, de modo especial, pode-se atribuir uma ponderável parcela de responsabilidade na formação da geração anarquista que atuaria no país nos primeiros decênios do século XX.¹

¹ LUIZETTO, Flávio Venâncio. **Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900-1920**. São Paulo:1984, 353 p. Tese (Doutorado em História) – Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 19.

Ainda nos dias atuais a palavra *anarquia* ou o seu derivado *anarquismo* são sinônimos de desordem, caos ou baderna. Quanto aos homens que professam essas idéias, os *anarquistas*, são na melhor das hipóteses tachados de niilistas, homens que abandonaram todos os princípios, podendo até serem confundidos com incoseqüentes terroristas.²

Em face a isso é preciso distinguir entre a palavra e o conceito. *Anarchos* do original grego significa sem governante “e assim, a palavra *anarquia* ser usada tanto para expressar a condição negativa de ausência de governo, quanto a condição positiva de não haver governo por ser ele desnecessário à preservação da ordem”.³

Conceitualmente, do ponto de vista histórico, entende-se por anarquismo um conjunto de doutrinas e atitudes cujo ponto de concordância é a idéia de que o Estado não só é nefasto, mas absolutamente desnecessário e portanto dispensável. Por conseguinte, o anarquismo é a doutrina que responsabiliza o Estado pela origem da maioria de nossos males sociais e que aponta possibilidades viáveis de organização social baseadas na cooperação voluntária entre indivíduos livres. Anarquista, então, é o indivíduo que almeja a criação de uma sociedade sem Estado:

² Cf. WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários*. Trad. de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 1983, V. 1, p. 8.

³ WOODCOCK, G. *Op. cit.*, p. 8.

O conceito de sociedade sem Estado é essencial para a compreensão da atitude anarquista. Rejeitando o Estado, o anarquista autêntico não está rejeitando a idéia da existência da sociedade; ao contrário, sua visão da sociedade como uma entidade viva se intensifica quando ele considera a abolição do Estado. Na sua opinião, a estrutura piramidal imposta pelo Estado, com um poder que vem de cima para baixo, só poderá ser substituída se a sociedade tornar-se uma rede de relações voluntárias. A diferença entre uma sociedade estatal e uma sociedade anárquica é a mesma que existe entre uma estrutura e um organismo: enquanto uma é construída artificialmente, o outro cresce de acordo com leis naturais. Metaforicamente, se pode comparar a pirâmide do Estado com a esfera da sociedade que é mantida por um equilíbrio de forças. Duas formas de equilíbrio têm muita importância na filosofia dos anarquistas. Uma delas é o equilíbrio entre destruição e construção, que domina suas táticas. A outra é o equilíbrio entre liberdade e ordem, que faz parte de sua visão da sociedade ideal. Para o anarquista a ordem não é algo imposto de cima para baixo. É uma ordem natural que se expressa pela autodisciplina e cooperação voluntária.⁴

George Woodcock, num dos melhores trabalhos já feitos sobre a história do anarquismo e suas várias correntes, afirma que as raízes do pensamento anarquista remontam à antigüidade. Entre os filósofos gregos e os da China Antiga, existiam doutrinas libertárias que asseguravam ser melhor a vida do homem sem governo.

Como doutrina crítica à sociedade contemporânea “o anarquismo começou realmente a tomar corpo durante a Reforma. Significativamente, este também é o período em que a moderna Nação–Estado, da qual o anarquismo é a antítese absoluta,

⁴ WOODCOCK, G. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1981. p. 14.

começou a aparecer”.⁵

Mas é nos séculos XIX e XX que o anarquismo aparece como um movimento social ativo, e é preciso frisar o caráter de movimento, porque o anarquismo prescinde do partido justamente por entender que mesmo os que se intitulam revolucionários, como os marxistas por exemplo, são dogmáticos, o que contraria a concepção libertária da total liberdade de escolha e ação do indivíduo. Ademais, um sistema teórico ou organizacional rígido não permite a formação de diferentes pontos de vista, nem mudanças constantes:

A estranha fluidez do anarquismo se reflete na sua atitude em relação à organização. Os anarquistas não rejeitam a organização, mas nenhum procura dar-lhe uma continuidade artificial. O importante é a sobrevivência da própria atitude libertária. Na verdade, as idéias básicas do anarquismo, com sua ênfase na liberdade e na espontaneidade, excluem a possibilidade de uma organização rígida e especialmente de qualquer coisa que se assemelhe a um partido criado com o objetivo de tomar e manter o poder. (...) Os anarquistas substituem a idéia de organização partidária pela mística de um impulso individual e popular que se expressou, na prática, através de uma sucessão de grupos, todos desagregados e transitórios, e de confederações que consideravam seu dever não liderar o povo, mas orientá-lo e servir-lhe de exemplo.⁶

O anarquismo afirma enfaticamente a soberania do indivíduo, mas isso não

⁵ Ibid., p. 27.

⁶ WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários*. Trad. de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 1983, V. 1, p. 15.

significa que os anarquistas sejam individualistas no sentido de egoístas. Para que não parem dúvidas sobre essa questão, convém esclarecer por que o alemão Max Stirner, autor de **O Ego e o que a ele Pertence**, está inserido no amplo espectro da filosofia anarquista. Stirner afirma a singularidade do indivíduo. O egoísta seria o homem ideal cujas vontades e desejos só se realizam em conflito com os outros indivíduos ou com a coletividade, “um homem que não recua, lançando mão de todos os recursos na ‘guerra de cada um contra todos’. Um homem que julga todas as coisas de forma impiedosa, levando em conta apenas o seu próprio bem-estar e que, tendo proclamado sua ‘singularidade’, poderá formar um sindicato de egoístas, sem regras ou regulamentos, reunindo outros indivíduos que pensam como ele para resolver problemas de interesse comum”.⁷

Stirner nunca detalhou como se organizaria essa “União dos Egoístas”, pois qualquer atitude que ao final redundasse em algo estático estava fora de cogitação para ele. Sua proposta é de que os egoístas se reunissem espontaneamente em associações para auferir proveitos e que as abandonassem assim que tivessem atingido seus objetivos. A razão como uma faculdade essencial no homem é negada por Stirner. Em seu lugar estão os instintos e a vontade: “Ele nega a realidade de conceitos tão abstratos e gerais como Homem e Humanidade. O ser humano é a

⁷ WOODCOCK, G. *Op. cit.*, p. 82.

única coisa sobre a qual temos algum conhecimento; cada indivíduo é único. É essa singularidade que cada homem deve cultivar; o ego é a única lei e fora dele não existem compromissos com códigos, crenças ou idéias.(...) A única regra de conduta a ser seguida pelo indivíduo serão suas próprias necessidades e desejos”.⁸

Ao invocar de forma tão contundente a independência do indivíduo, Stirner combate o mesmo inimigo que é o alvo fundamental dos anarquistas em sua luta pela liberdade, o Estado:

Somos inimigos, o Estado e eu. Eu, o egoísta, não me preocupo com o bem-estar da “sociedade humana”. Não sacrifico nada por ela. Utilizo-a apenas: mas para que possa utilizá-la completamente, é preciso que eu a transforme em minha propriedade e minha criatura – ou seja, devo aniquilá-la e colocar em seu lugar a União dos Egoístas.

O Estado, seja ele tirano ou democrático, é a negação da vontade individual. Baseado no culto ao homem coletivo, os próprios sistemas que utiliza para criar e fazer cumprir as leis resultam numa estabilização, num congelamento de atos e opiniões que quem quer que deseje ser dono de si mesmo em sua singularidade não pode tolerar. É por isso que a luta entre o Estado e o egoísta tornou-se inevitável.

Para o Estado, é indispensável que ninguém tenha uma vontade própria. Se alguns a possuíssem, seria preciso excluí-los, prendê-los ou bani-los. Se todos a possuíssem, o Estado acabaria. É impossível imaginar um Estado sem senhores nem servos, já que ele deve desejar ser o senhor de tudo aquilo que abrange – e a isso chamamos ‘a vontade do Estado’... A vontade que existe em mim pode destruí-lo e por isso, ele a chama de egoísmo. Minha vontade e o Estado são duas forças em luta, entre as quais é impossível

⁸ WOODCOCK, G. *Op.cit.*, p. 87.

a paz eterna.⁹

Com esse libelo anti-Estado Stirner exprime um ponto de vista bastante particular, mas que permite figurá-lo entre os teóricos anarquistas, ou como no dizer de Woodcock: “É no papel que lhe cabe como solitário rapsodo da singularidade que Stirner reivindica um lugar na história do anarquismo”.¹⁰

Embora o apego à liberdade individual estimulasse abordagens e interpretações individualizadas, afinidades pessoais e circunstâncias históricas comuns “produziram mesmo entre os anarquistas, uma tendência moderada ao pensamento em grupo e assim é possível identificar um certo número de ‘escolas’ bastante definidas do pensamento anarquista”.¹¹

Pierre-Joseph Proudhon foi o primeiro homem a pleitear para si o título de anarquista. Com **O que é a Propriedade?**, livro publicado em 1840, tornou-se o pioneiro entre os filósofos libertários. A resposta a sua pergunta foi por ele mesmo dada: “Propriedade é roubo”. Sua teoria, conhecida como *mutualismo proudhoniano*, propunha que o domínio do capital e do Estado capitalista deveriam ser substituídos por uma livre associação de produtores diretos, possuidores dos meios de produção.

⁹ WOODCOCK, G. *Op.cit.*, p. 87.

¹⁰ WOODCOCK, G. *Op.cit.*, p. 91.

¹¹ WOODCOCK, G. *Op.cit.*, p. 17.

A sua proposta de reconstrução da sociedade é baseada em “federações de comunas e cooperativas de trabalhadores, ligadas por contratos de troca e crédito mútuo que assegurariam a cada indivíduo o produto de seu trabalho”.¹²

Outra variante do pensamento anarquista, o anarco-coletivismo, diferenciava-se do mutualismo por optar pela coletivização dos meios de produção. Capitais, indústrias, matérias-primas, instrumentos de trabalho, deveriam ser propriedade coletiva de associações operárias produtivas industriais e agrícolas, livremente organizadas e federadas entre si. Tendo como sua mais importante figura o polêmico russo Mikhail Bakunin, os anarco-coletivistas eram defensores da revolução popular espontânea, que destruiria o Estado e a exploração capitalista. Enfatizavam também o papel do sindicato como “organização natural das massas” e como “único instrumento de guerra verdadeiramente eficaz”. As federações sindicais deveriam coordenar as diversas associações produtivas impedindo a “gestão egoísta” que criasse diferenças sociais.¹³

Originário das organizações sindicais francesas, o anarco-sindicalismo via o sindicato não apenas como um órgão de luta que tinha a greve geral como tática principal, mas como o núcleo básico da sociedade futura. “Bakunin e outros haviam

¹² FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1977, p. 64.

¹³ *Ibid.* p. 65.

dato importância instrumental ao sindicato e à greve. Porém, a originalidade do anarco-sindicalismo consistia na adaptação às circunstâncias do mundo industrial de fins do século XX, considerando o sindicato e não a comuna a unidade social fundamental, e ressaltando a ação operária, oposta à conspiração ou à insurreição popular”.¹⁴

2.2 Leon Tolstói e suas Idéias Libertárias

Não há como se proceder um estudo acerca do anarquismo e suas correntes sem se deter em Leon Tolstói. A recente historiografia da literatura e da cultura brasileira, quando se refere ao surgimento de uma literatura de caráter social nos primeiros anos deste século, destaca a presença do pensamento de Tolstói entre os literatos brasileiros. Algumas referências importantes nesse sentido são dadas por Antonio Cândido em **Teresina Etc.**, por Brito Broca em **A vida Literária no Brasil – 1900**, e por Francisco de Assis Barbosa em **A vida de Lima Barreto**.

Tolstói, assim como Kropotkin e Bakunin, era membro da aristocracia russa proprietária de terras; paradoxalmente, formaram o trio mais ilustre dos teóricos

¹⁴ WOODCOCK, G. citado por FAUSTO, B. *Op.cit.*, p. 66.

anarquistas. Embora não tomasse para si tal alcunha, deixando o termo para ser usado por aqueles que desejavam transformar a sociedade utilizando o recurso da violência, e se definisse como cristão, sua rejeição ao Estado, à propriedade, à violência das leis e sua defesa do direito dos homens disporem sobre suas próprias vidas lhe garante um lugar de destaque entre o que há de melhor na tradição libertária.

A vida proporcionou-lhe algumas experiências decisivas na elaboração de sua doutrina filosófica. Os anos passados no Cáucaso como oficial do exército fizeram-no descobrir o valor das sociedades simples próximas à natureza. A participação no cerco de Sebastopol durante a guerra da Criméia (1855) abriu caminho para que se tornasse um pacifista. Na Paris de 1857 vivenciou uma execução pública na guilhotina, que lhe despertou um horror incomensurável, e a partir desse dia via na guilhotina a representação do Estado que irá futuramente tornar-se alvo de seu encarniçado combate. Escreveu ele ao amigo Botkin:

O Estado moderno(...), não é senão uma conspiração para explorar e, acima de tudo, para desmoralizar seus cidadãos... Posso entender as leis morais e religiosas, não obrigatórias para todos, mas que conduzem ao progresso e prometem um futuro mais harmonioso; reconheço as leis da arte, que sempre trazem felicidade. Mas as leis políticas parecem-me mentiras tão terríveis, que não consigo entender como uma delas possa ser melhor ou pior do qualquer das outras... Daqui em diante, jamais voltarei a

servir qualquer governo, em nenhum lugar.¹⁵

Existe uma certa tendência em separar o Tolstói da juventude daquele da maturidade, em separar o artista do anarquista, estabelecendo-se aí uma divisão um tanto arbitrária da qual compartilha por exemplo Stefan Zweig. Em **O Pensamento Vivo de Tolstói**, ele afirma que a partir do momento em que o escritor começa a viver uma crise de caráter existencial, indagando desesperadamente pelo significado da vida, e vai buscar na fé as respostas não encontradas na filosofia, é quando se depara também com as desigualdades sociais. Uma ida à Moscou do início dos anos oitenta do século passado o colocou em contato com “a miséria concentrada, proletarizada, das cidades industriais (...), produto de uma civilização industrial. Seguindo sua concepção bíblica, Tolstói procura remediar essa miséria por meio de esmolas e liberalidades, por uma organização de beneficência; mas logo reconhece a inutilidade de toda ação individual. Constata que ‘somente o ouro não será bastante para transformar a trágica existência dessa gente’. A mudança verdadeira só pode ser obtida pela metamorfose completa de todo o sistema social”.¹⁶

Já Woodcock discorda dessa visão, para ele falsa, “pois ela ignora os inúmeros

¹⁵ TOLSTÓI, L. citado por WOODCOCK, G. **Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários**. Trad. de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: LP&M, 1983, V. 1, p. 198.

¹⁶ ZWEIG, Stefan. **O Pensamento Vivo de Tolstói**. São Paulo: Martins/Edusp, 1976, p. 17.

fos que unem o Tolstói que existiu no início e aquele que surgiria mais tarde”¹⁷.

O autor parece estar certo em sua avaliação. Afinal, Tolstói era ainda bastante jovem quando viu na guilhotina um símbolo do Estado opressor e também o era quando leu Proudhon e influenciado por este declarou ser “o nacionalismo o único obstáculo ao progresso da liberdade e que todos os governos são bons e maus, na mesma medida. O melhor ideal é a anarquia.”¹⁸

No que concerne à produção artística, mesmo nos períodos de intenso ativismo, Tolstói nunca abandonou a literatura. Em estado de já avançada velhice, concluiu novelas e contos de valor significativo no conjunto de sua obra. Se há problemas em escritos de maior fôlego como o romance **Ressurreição** (1899), Woodcock, que empreendeu estudos da obra tolstoiana também sob este ponto de vista, afirma que são de natureza artística, devido ao intenso turbilhão emocional porque passava Tolstói, mas não por falta de interesse ou esgotamento da capacidade criativa.

(...) Tolstói jamais perdeu o interesse na literatura enquanto tal, e dez anos antes de sua morte ele ainda escrevia coisas que seriam motivo de glória para qualquer escritor de setenta anos. A conversão de Tolstói não destruiu, portanto, o artista que havia nele. Nem fez que se transformasse num anarquista cristão cujo objetivo era reformar o mundo, pois não havia nada de novo no fato de Tolstói afastar-se das atividades literárias dedicando-se a outras atividades igualmente absorventes. Durante

¹⁷ WOODCOCK, G. *Op.cit.*, p. 198.

¹⁸ TOLSTÓI, citado por WOODCOCK, G. *Op. cit.*, p. 197.

grande parte de sua vida adulta ele encarou com desconfiança qualquer sugestão de que a literatura pudesse ser um fim em si mesma. Discordava totalmente de Turguenev nesse assunto e já vinte anos antes de sua conversão, na década de 1850, ele afirmava que as principais atividades do homem deveriam estar fora da literatura.¹⁹

Seria insensato classificar os romances de Tolstói como anarquistas, excetuando **Ressurreição**,²⁰ escrito com o fim de propagar suas reflexões filosóficas e religiosas. Porém há neles um entrelaçamento de valores e idéias semelhantes às da tradição libertária, como a exaltação da vida próxima a natureza; o sonho, acalentado desde criança da fraternidade universal; e, ainda, “o contraste entre o igualitarismo grosseiro dos cossacos com a estrutura hierárquica do exército russo e o ataque deliberado ao culto da liderança presentes em **Guerra e Paz**, e em **Ana Karenina**, a denúncia das falhas morais de um sistema político centralizado e das falácias do patriotismo”.²¹

¹⁹ WOODCOCK, G. *Op.cit.*, p. 200.

²⁰ Escrito entre 1890-99, o romance **Ressurreição** é baseado numa história real em que um aristocrata russo ao ser jurado de um processo no qual uma pobre mulher é acusada de assassinato, descobre que a ré era uma jovem que ele havia seduzido anos atrás. Sentindo-se responsável pelo triste desfecho que a vida da moça tivera, decide se redimir casando-se com ela. No entanto, a mulher mesmo sendo inocente, foi condenada e acaba morrendo na prisão vítima de tifo. **Ressurreição** é um romance com forte presença dos princípios dos evangelhos e ao mesmo tempo um libelo contra a justiça praticada pelos tribunais russos.

²¹ WOODCOCK, G. *Op.cit.*, p. 203.

A doutrina social de Tolstói rejeita igualmente o Estado e a propriedade, porque ambos estão interligados, ou seja, aquele existe para proteger esta, e tal proteção é consolidada através das leis:

Se as leis existem, é necessário que haja uma força capaz de obrigar as pessoas a respeitá-las. E só há uma força capaz de fazer com que alguns seres se submetam à vontade dos outros e esta força é a violência. Não a violência simples, que alguns homens usam contra seus semelhantes em momento de paixão, mas uma violência organizada, usada por aqueles que têm o poder nas mãos para fazer com que os outros obedeçam à sua vontade.²²

Esse poder que faz uso da violência para ter sua vontade acatada nada mais é do que o Estado, que precisa ser abolido juntamente com a propriedade, para que os homens possam viver livres de qualquer dominação “e num estado de comunidade e paz mútua que é o verdadeiro Reino de Deus na terra”.²³

Aos que objetavam que sem a existência do Estado a sociedade se tornaria caótica, Tolstói refutou com argumentos que para Woodcock se parecem com os utilizados por Kropotkin em seus livros *A Ajuda Mútua* e *A Conquista do Pão*:

²² TOLSTÓI, L. *A violência das Leis*. In: WOODCOCK, G. *Os Grandes Escritos Anarquistas*. Trad. de Júlia Tettamanzy e Betina Becker, Porto Alegre: LP&M, 1981, p. 107.

²³ WOODCOCK, G. *Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários*. Trad. de Júlia Tettamanzy, Porto Alegre: LP&M, 1983, V. 1, p. 205.

Diz-se que sem Governos não teríamos todas aquelas instituições informativas, educativas e públicas imprescindíveis a todos nós.

Mas por que deveríamos supor tal coisa? Por que pensar que indivíduos não seriam capazes de organizar suas vidas tão bem quanto aqueles a serviço do Governo podem fazê-lo, não para si próprios mas para os outros?

O que vemos, ao contrário, é que atualmente as pessoas são capazes de organizar os mais variados aspectos de suas vidas incomparavelmente melhor do que poderiam fazê-lo aqueles que os governam. Sem a menor ajuda oficial, e muitas vezes apesar da interferência do governo, os indivíduos organizam toda a espécie de empreendimentos – uniões operárias, sociedades cooperativas, companhias de estrada-de-ferro, cartéis e sindicatos. Se é necessário arrecadar fundos para essas obras, por que deveríamos supor que indivíduos livres não podem arrecadar, voluntariamente e sem recorrer à violência, os meios necessários para levar adiante qualquer empreendimento que atualmente é sustentado por meio de impostos, desde que as obras em questão sejam realmente úteis? Por que devemos supor que é impossível existir tribunais sem violência? Sempre existiram – e continuarão a existir, sem que seja necessário recorrer à violência - julgamentos, feitos por quem merece a confiança dos disputantes. (...) E, da mesma forma, não há qualquer razão para supor que as pessoas não possam decidir de comum acordo qual o uso que deve ser dado à terra.²⁴

Transformar a sociedade através da razão, do exemplo e da persuasão, e principalmente recusar-se a obedecer; se se quer acabar com o Estado, então o melhor é não cooperar com ele de forma alguma. A resistência ao serviço militar obrigatório

²⁴ TOLSTÓI, L. *Dispondo de nossas próprias vidas*. In: WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Trad. de Júlia Tettamanzy e Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1981, pp. 282-283.

é questão crucial na sua teoria da desobediência, pois Tolstói o entendia como sendo “o último estágio da violência que o governo utiliza para manter íntegra a estrutura do poder e é o limite extremo a que pode chegar a submissão. Ele é a pedra angular do arco que mantém de pé o edifício e sua remoção derrubaria todo o sistema ...”.²⁵

Max Nettlau, em **La anarquía a través de los tiempos**, diz ter a impressão de que os anarquistas devem a Tolstói a insistência sobre “dos grandes verdades indispensables a las realizaciones libertarias grandes y pequeñas, presentes y futuras. Una de ellas es la comprensión de la fuerza de la *resistencia* pasiva, que es la *desobediencia* al abandono de la ‘servidumbre voluntaria’. Se ha comprendido mal a Tolstoi y privado del efecto que habría impedido tener su pensamiento, al ver en él una resignación, una sumisión al mal, que se soporta con paciencia llamada “cristiana” y com la obediencia que, se dice, se debe a toda autoridad. Tolstoi quería exactamente lo contrario, la *resistencia al mal*, y ha agregado a uno de los métodos de resistencia, la fuerza activa, outro método, *la resistencia por la desobediencia, la fuerza pasiva*. Por tanto no ha dicho: someteos al daño que se os causa; presentad la otra mejilla después de la bofetad recibida, sino: *no hagáis lo que se os ordena hacer*; no toquéis el fusil que se os presenta para enseñaros a matar a vuestros

²⁵ TOLSTÓI, L. *Resistência ao serviço militar*. In: WOODCOCK, G. *Op.cit*, pp. 190-191.

hermanos”.²⁶

Correspondendo aos objetivos do capítulo, essa exposição sobre a doutrina de Tolstói destaca o essencial de seu pensamento, ressaltando que o seu cristianismo era profundamente ligado à natureza, pois só a proximidade a ela é que garantiria uma vida verdadeira e também racional, na medida em que Tolstói afirmava ser a nossa diferença em relação aos outros animais a capacidade de utilizar a razão para construir aqui na terra um reino de justiça, de amor e de fraternidade. Portanto, “ela não transcende a teoria anarquista mas é um complemento dela”.²⁷

²⁶ NETTLAU, Max. *La anarquía a través de los tiempos*. Barcelona: Jucar, 1977, p. 198.

²⁷ WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários*. Trad. de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 1983. V. 1, p. 207.

2.3 Lima Barreto dialoga com Leon Tolstói e sua Concepção de Arte

Há, porém, um aspecto do pensamento de Tolstói que intencionalmente não foi abordado na exposição anterior. Trata-se de suas polêmicas idéias sobre a arte, reunidas no livro **O Que é a Arte?** O motivo da abordagem em separado é decorrente da dimensão ocupada por essas idéias na concepção de arte defendida por Lima Barreto. Escrito em 1897, **O Que é a Arte?** provocou um grande debate entre a intelectualidade e os artistas em geral, pois os conceitos ali apresentados estavam na contramão de outro muito caro aos artistas do final do século XIX, o da autonomia. Mas também por trazer à tona um outro questionamento em relação à arte que continua pertinente: o de “determinar sua função, sua relação com a sociedade”.²⁸

Questionando as várias definições existentes sobre o que seria a arte, Tolstói não apenas se contrapõe a todas elas como formula a sua própria definição, vendo como sua real função na sociedade ser um instrumento de comunicação e ligação entre os homens:

²⁸ FABRIS, Annateresa. *A teoria estética de Tolstói*. Introdução **O Que é a Arte?** de Leon Tolstói, p. 18.

Enganam-se os metafísicos que vêem na arte a revelação de uma idéia misteriosa da beleza ou de Deus. Tampouco é a arte, como querem os estetas fisiologistas, uma atividade lúdica na qual o homem despende seu excedente de energia. Não é a produção de objetos agradáveis; não é, acima de tudo, um prazer; é um meio de reunir os homens angariando-os pela unidade de sentimentos e, portanto, indispensáveis à vida da humanidade e ao seu progresso no caminho da felicidade.²⁹

Toda obra artística obtém o efeito de pôr aqueles que lhe experimentaram o fascínio em comunicação com aquele que foi seu autor e com todos aqueles que, antes ou depois, foram ou serão seus participantes. A arte age como a palavra que serve de ligação entre os homens, transmitindo-lhes o pensamento, lá onde por meio da arte, são comunicados pensamentos e emoções. A peculiaridade deste último meio de intercurso, distinguindo-o do intercurso por meio de palavras, consiste nisto: enquanto por palavras um homem transmite seus pensamentos a um outro, pela arte ele transmite seus sentimentos.³⁰

Analisando a recepção à arte na sociedade sua contemporânea, Tolstói afirma que não só a capacidade de se distinguir entre a boa e a má arte fora perdida, mas também a própria percepção do que era arte. Desenvolve a partir dessa constatação a noção do *contágio artístico* como forma de distinção entre a verdadeira e a falsa arte.

Existe, apesar de tudo, um sinal certo e infalível para distinguir arte verdadeira de sua contrafação; é aquilo que chamamos de contágio artístico. Se um homem, sem

²⁹ TOLSTÓI, Leon. *O Que é a Arte?* Trad. de Yolanda S. de Toledo e Yun Jung Im. São Paulo: Experimento, 1994. p. 51.

³⁰ *Ibid.* p. 50.

nenhum esforço de sua parte, perante a obra de outro homem, experimenta uma emoção que une aquele a outros, que, contemporaneamente, receberiam a mesma impressão, isto significa que a obra diante da qual se encontra é obra de arte. E uma obra pode ser tão bela quanto se queira poética, rica em efeitos e interessante, mas não será obra de arte se não despertar em nós aquela emoção muito particular, a alegria de nos sentirmos em comunhão com o autor e com outros homens em companhia dos quais lemos, contemplamos ou ouvimos a obra em questão.³¹

Quanto maior o poder de contágio, maior é o poder de comunicação; quanto mais forte for a comunicação, mais verdadeira é a arte. São três as condições básicas que determinam o grau de comunicação da arte: singularidade dos sentimentos expressos, clareza de expressão e sinceridade da emoção transmitida.

A singularidade dos sentimentos garante uma maior ação sobre quem os recebe; já a clareza de expressão dos sentimentos é o que possibilita a sensação de estarmos unidos ao artista. A satisfação de quem vivencia tal experiência é ainda maior se os sentimentos expressos são aqueles existentes já há algum tempo e que finalmente encontraram um canal de expressão. Mas a fundamental entre as três condições é a sinceridade:

Acima de tudo, porém, é o grau de sinceridade do artista que determina o grau de contágio artístico. Quando o espectador, ouvinte ou o leitor sentem que o próprio artista se comove com sua obra, que ele escreve, pinta ou toca para si próprio, assimila

³¹ Ibid. p. 119.

repentinamente os sentimentos do artista. E, ao contrário, quando o espectador, ouvinte ou leitor percebem que o autor não produz a obra para si próprio, nem experimenta pessoalmente o que deseja expressar, prontamente nasce neles um desejo de resistência. Em tal caso nem a novidade do sentimento nem a simplicidade da expressão conseguem transmitir-lhes a expressão desejada.³²

Portanto, para Tolstói, a sinceridade é condição essencial da arte, afirmando ainda ser a arte popular a principal portadora dessa condição, pois a arte feita pelas classes superiores raramente atinge essa qualidade por estar mediada pela profissionalização, pela possibilidade de lucro ou pelo amor-próprio do artista.

Enfim, são essas as pistas para se distinguir a verdadeira arte da contrafação e para medir a qualidade da arte enquanto arte:

A ausência de qualquer uma dessas condições exclui a obra da categoria da arte e a relega à da contrafação da arte. Se a obra não transmite a peculiaridade do sentimento do artista e é portanto não individual, se está expresso de forma não inteligível, ou se não procedeu da necessidade interior do autor pela expressão, não é uma obra de arte. Se todas essas condições estão presentes mesmo em mínimos graus, então a obra, mesmo que seja fraca, é ainda uma obra de arte.³³

A arte do futuro, na nova sociedade vislumbrada por Tolstói com base nos seus

³² Ibid. p. 120.

³³ Ibid. p. 121.

ideais, deixará de ser mercadoria e de expressar sentimentos acessíveis somente a um seleto grupo social, passando a desempenhar o seu verdadeiro papel, que é o de estabelecer, através dos sentimentos, a comunicação entre os homens em busca da fraternidade universal:

No futuro não será considerada arte senão aquela que expressar os sentimentos que impelirem os homens à união fraterna, ou mesmo sentimentos tão universais que podem ser experimentados pelas raças humanas. Apenas essa arte será assinalada entre todas, admitida, encorajada e difundida.³⁴

Diante de tal concepção de arte, o artista também terá redefinido o seu papel. Não será o ser “eleito”, elevado a tal condição e nem receberá pelo seu trabalho. Será artista independentemente da sua origem social, todo aquele que sentir necessidade e for capaz de realizar o ato da criação. O artista do futuro não produzirá distanciado da realidade cotidiana; isso seria prejudicial a sua capacidade de produção artística. O distanciamento das condições comuns a todos os homens “retira-lhe a ocasião e a possibilidade de aprender a tomar conhecimento dos sentimentos mais importantes e naturais do homem”.³⁵

³⁴ Ibid. p. 147.

³⁵ Ibid. p. 149.

A arte, por permitir a re-ligação dos homens, é também vista como expressão da consciência religiosa. Tolstói atribuiu-lhe, assim, um papel decisivo para a construção da sociedade do futuro:

A tarefa da arte é enorme. Através da influência da verdadeira arte, auxiliada pela ciência, guiada pela religião, aquela cooperação pacífica do homem que é agora mantida por meios externos – pelas nossas cortes judiciais, polícia, instituições de caridade, inspeções de fábricas, e assim por diante – deveria ser obtida pela atividade livre e alegre dos homens. A arte deveria fazer com que a violência fosse posta de lado.

E é somente a arte que pode alcançar isso.

Só a arte pode conseguir que sentimentos de amor e fraternidade, hoje acessíveis somente aos melhores de nossa sociedade, venham a ser sentimentos constantes, universais, instintivos em todos os homens. Estimulando, com o auxílio de criações imaginárias, sentimentos de fraternidade e amor podem-se habituar os homens a experimentá-los na realidade. Podem-se assentar trilhos na alma humana sobre os quais daí em diante passe a vida, sob a direção da ciência e da religião.

E, uma vez unidos os mais diversos homens em comunidade de sentimentos, suprimidas as distinções entre eles, a arte universal pode ser o preparo para uma união definitiva. Poderá demonstrar aos homens, não por meio do raciocínio mas por meio da própria vida, a alegria da união universal ultrapassando as barreiras impostas pela vida.³⁶

Certa feita Lima Barreto, numa carta em que agradecia e tecia comentários sobre o romance **Exaltação** da escritora Albertina Berta, aliás atitude cultivada durante

³⁶ Ibid. p. 160.

toda vida para com os novos, sempre emitindo suas sinceras e honestas opiniões, escreveu que o que havia de pessoal em seus pobres livros interessava a muita gente, após ter dito três linhas antes que nunca se sentava à sua modesta mesa para escrever sem que pensasse só nele, mas também nos outros (C1, 284).

Lendo o depoimento de Lima, não há como não pensar no artista idealizado por Tolstói, cuja criação não seria dirigida para a conquista de méritos individuais, mas sim acessível à maioria, transmitindo sentimentos que promovessem a união fraterna entre os homens.

Lima Barreto tornou-se escritor não por acaso, pois como já sabemos ele teve chances de seguir outro caminho profissional. A decisão de sê-lo, um ato de livre escolha, não foi ancorado apenas na vontade de revelar aos outros aquilo que ele via com muita clareza, a miséria da existência humana, mas sim por ter tomado a decisão de dizer de uma maneira determinada, indicando uma clara ruptura com toda a retórica e erudição ocas reinantes na literatura produzida pelos seus contemporâneos. Nesse sentido, então, Tolstói foi para Lima muito mais que um escritor universal e obrigatório; tendo-o como uma de suas bússolas, adotou o ideal artístico ofertado pelo “profeta” de *Yasnaya Polyana*³⁷ na elaboração de seu projeto literário. De todos os ensinamentos colhidos em Tolstói, a sinceridade como condição essencial da arte

³⁷ 1. Aldeia russa da província de Tula onde nasceu Tolstói. 2. Nome da revista editada por Tolstói.

foi lição jamais esquecida. Está presente desde o artigo de apresentação da revista *Floreal*, já citado no capítulo anterior, até os escritos da maturidade, como em *Amplius*³⁸ de 1916, onde respondendo a críticas sobre **Triste fim de Policarpo Quaresma**, reafirma seus ideais estéticos-literários:

Parece-me que o nosso dever de escritores *sinceros*³⁹ e honestos é deixar de lado todas as velhas regras, toda a disciplina exterior dos gêneros e aproveitar de cada um deles o que puder e procurar, conforme a inspiração própria, para tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade em uma maior, em que caibam todas, pela revelação das almas individuais e do que elas têm de comum e dependente entre si.

A literatura do nosso tempo vem sendo isso nas suas maiores manifestações e possa ela realizar, pela virtude da forma, não mais a tal beleza perfeita da falecida Grécia, que já foi realizada; não mais a exaltação do amor que nunca esteve a perecer; mas a comunhão dos homens de todas as raças e classes, fazendo com que todos se compreendam, na infinita dor de serem homens, e se entendam sob o açoite da vida, para maior glória e perfeição da humanidade. (HS, 33-34)

Vimos que para Tolstói, quanto mais capacidade de comunicação tiver mais verdadeira será a arte, e para que isso ocorra, um dos requisitos essenciais é a clareza

³⁸ O artigo *Amplius* encontra-se no volume denominado **Histórias e sonhos** de sua obra completa à página 29.

³⁹ Ainda sobre o tema disse o escritor: “A arte e a literatura são cousas sérias, pelas quais podemos enlouquecer – não há dúvida; mas em primeiro lugar, precisamos fazê-la com todo o ardor e sinceridade” (IL, 221).

com que são expressos os sentimentos do artista. Lima também tinha isso como um valor fundamental no seu processo criativo:

O meu correspondente acusa-me também de empregar processos do jornalismo nos meus romances, principalmente no primeiro.

Poderia responder-lhe que, em geral, os chamados processos do jornalismo vieram do romance; mas mesmo que, nos meus, se dê o contrário, não lhes vejo mal algum, desde que eles contribuam por menos que seja para comunicar o que observo; desde que possam concorrer para diminuir os motivos de desinteligência entre os homens que me cercam.

(...) Tento executar esse ideal em língua inteligível a todos, para que todos possam chegar facilmente à compreensão daquilo que cheguei através de tantas angústias. (HS, 34-35).

Para reafirmar a ascendência do pensamento tolstoiano em Lima Barreto, dando maior visibilidade e credibilidade ao dito, é bom lembrar que no capítulo anterior há citações em que o autor brasileiro faz referências nominais ao romancista russo. Acrescenta-se, aqui, a contida no artigo *Amplius*, no qual Tolstói aparece como um dos grandes mestres da literatura moderna, e também as da conferência *O Destino da Literatura*, sendo esta de especial relevância, por se constituir numa espécie de “testamento literário”, visto que escrita apenas um ano antes de sua morte. Nela, ao iniciar a discussão sobre a teoria da arte, o primeiro a ser lembrado é Tolstói com “sua sólida e acessível obra - *O Que é a Arte?*” (IL, 57). Nessa fonte, Lima

seguramente bebeu; afinal, nada mais tolstoiano do que as considerações finais da que seria a sua primeira conferência. Feita para ser proferida na cidade paulista de São José do Rio Preto, por ocasião de uma temporada em companhia de seu amigo, o escritor e médico Ranulfo Prata, na cidadezinha de Mirassol, vizinha a Rio Preto, acabou não acontecendo porque a natural timidez de Lima gerou tamanho nervosismo que resultou na busca do lenitivo de sempre, o álcool. Fiquemos então com sua bela explanação sobre o poder da arte:

A arte, tendo o poder de transmitir sentimentos e idéias, sob a forma de sentimentos, trabalha pela união da espécie; assim trabalhando, concorre portanto, para o seu acréscimo de inteligência e de felicidade.

(...) Ela explicou e explica a dor dos humildes aos poderosos e as angustiosas dúvidas destes, àqueles; ela faz compreender, uns aos outros, as almas dos homens dos mais desconhecidos nascimentos, das mais dispersas épocas, das mais divergentes raças; ela se apieda tanto do criminoso, do vagabundo, quanto de Napoleão prisioneiro ou de Maria Antonieta subindo à guilhotina; ela, não cansada de ligar as nossas almas, umas às outras, ainda nos liga à arvore, à flor, ao cão, ao rio , ao mar e à estrela inacessível; ela nos faz compreender o Universo, a Terra, Deus e o mistério que nos cerca, para o qual abre perspectivas infinitas de sonhos e altos desejos. (IL, 67)

2.4 O Comunismo Libertário: O Pensamento de Elisée Reclus e Peter Kropotkin

Daqui por diante nos ocuparemos da concepção de Anarquismo denominada *comunista libertária* ou ainda *anarco-comunista*, que, segundo Max Nettlau em *La anarquia a través de los tiempos*, angariou em fins do século passado grande prestígio nos meios libertários europeus:

Tanto assim foi que, a partir de uma modesta posição ocupada até o ano de 1880 – época na qual foram definidos seus fundamentos teóricos e as suas diretrizes táticas, por iniciativa de Reclus, Kropotkin, e outros companheiros da federação Jurassiana – ela chegaria a ser, alguns anos depois, a ideologia anarquista dominante em alguns países, entre eles a Suíça, a Itália, a Bélgica e a França.⁴⁰

Antes de continuar, esclareço que, na medida do possível, recorri às fontes bibliográficas originais sobre o *comunismo libertário*. Haja vista que boa parte da bibliografia sobre o tema é bastante difícil de ser encontrada, tenho como importante obra de apoio e referência a tese do professor Flávio Luizetto, sobre os episódios literário e educacional do movimento anarquista no Brasil, que traz no seu primeiro

⁴⁰ LUIZETTO, F. *Op.cit*, p. 18.

capítulo “uma sucinta exposição daquelas diretrizes de natureza teórica e tática que conferiram à corrente comunista libertária uma fisionomia e um estilo de atuação peculiares, capazes de a diferenciar das demais vertentes do anarquismo”.⁴¹

Historicamente, essa versão do anarquismo ficou ligada à figura do russo Peter Kropotkin, sendo seu livro **A ajuda mútua como fator de progresso entre os animais e os homens**, considerado a obra onde a teoria do anarco-comunismo se encontra mais claramente articulada. Porém, as origens do comunismo libertário são encontradas no movimento anarquista suíço do final do século XIX, “especialmente nas atividades desenvolvidas pelos revolucionários das montanhas do Jura”.⁴² Foi François Dumartheray, ligado a Bakunin, que em fevereiro de 1876 lançou um folheto com o título *Aux travailleurs manuels partisans de l'action politique*, no qual anunciava que em breve estaria editando um outro em que trataria do comunismo anarquista, batizando a nova versão do anarquismo que estava surgindo. Nettlau afirma que o texto prometido não foi publicado, mas que “ali se fala pela primeira vez em um texto impresso sobre o *comunismo anarquista*”.⁴³ Segundo Luizetto, os mais remotos eventos ligados ao nascimento da nova corrente datam do

⁴¹ Ibid., p. 20.

⁴² LUIZETTO, F. *Op.cit.*, p. 23. O Jura é uma cadeia montanhosa existente na fronteira da Suíça com a França. Ali, na década de 80 do século passado, existiu entre os artesãos relojoeiros suíços uma forte presença das idéias anarquistas, que impressionou tanto a Bakunin como a Kropotkin. Para maiores esclarecimentos ver: JOLL, James. **Anarquistas e anarquismo**. Trad de Manuel Dias Duarte. Lisboa: Dom Quixote, 1977, pp. 110-111.

⁴³ NETTLAU, Max. **La anarquía a través de los tiempos**. Barcelona: Jucar, 1977, p. 116.

ano de 1871, quando - devido às divergências existentes entre os marxistas e os anarquistas coletivistas do conselho da Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T), fundou-se a Federação Jurassiana, que organizava a oposição ao Conselho Geral da A.I.T. No congresso de 1880 da já referida Federação foi proposta por alguns de seus principais representantes a conversão ao comunismo libertário por entenderem “ser a combinação da anarquia com o comunismo, a mais desejável forma de organização para a sociedade ácrata, renunciando, dessa forma, ao coletivismo até então adotado, por força da influência exercida sobre eles por Bakunin”.⁴⁴

A decisão tomada pelo V congresso da A.I.T, realizado em Haia em 1872, de expulsar Bakunin e James Guillaume de suas fileiras e de transferir a sede do Conselho Geral para Nova York, mudou para sempre a história do movimento revolucionário. Após esses acontecimentos, a Federação Jurassiana tornou-se o centro das atividades do movimento anarquista europeu, tanto no campo do pensamento, como no da organização. O ano de 1876 foi bastante significativo para o pensamento anarquista. Em julho morre Bakunin. Kropotkin, que estava preso havia dois anos em São Petersburgo, empreende sua famosa fuga, retornando em agosto à Europa ocidental como exilado político, e restabelecendo contatos que

⁴⁴ LUIZETTO, F. *Op.cit.*, p. 24.

havia feito quatro anos antes com os membros da Federação Jurassiana. No entanto, as discussões sobre o comunismo libertário já vinham ocorrendo. O folheto de Dumatheray mencionado há pouco é de fevereiro de 1876, e foi nesse mesmo ano que James Guillame, figura de destaque entre os jurassianos, lançou *Idées sur l'organization sociale*, com reflexões a favor da concepção comunista libertária.⁴⁵ De acordo com Nettlau, é também em 1876 que Élisée Reclus, numa reunião em Lausane na Suíça, tornou pública pela primeira vez a sua concepção de anarquismo comunista. A decisão, tomada pelo congresso da Federação Jurassiana em 1880, de declarar-se “ousadamente comunista anarquista, conforme o relato de Kropotkin, um dos participantes do congresso que aderira à idéia”,⁴⁶ foi uma deliberação muito importante porque demarcou terreno em relação às outras correntes anarquistas que viam na palavra *comunista* um sinônimo de ausência da liberdade individual, pois nesse sistema sócio-econômico fatalmente haveria a submissão do indivíduo aos ditames da coletividade. No entanto, valorações como essas não esmoreciam as convicções dos defensores da combinação entre os princípios do comunismo e os da anarquia como o caminho ideal para a organização da futura sociedade ácrata. O italiano Errico Malatesta respondeu a tal objeção com a seguinte formulação: “Na

⁴⁵ NETTLAU, M. *Op.cit.*, p. 115.

⁴⁶ KROPOTKIN, P. citado por LUIZETTO, F. *Op.cit.*, p. 29.

medida que se realize o comunismo será possível realizar o individualismo; isto é, o máximo de solidariedade para usufruir o máximo de liberdade”.⁴⁷

Eram outras as circunstâncias históricas vivenciadas pela geração de anarquistas europeus ligados ao comunismo libertário. O cenário social, político e econômico era bastante diferenciado do existente à época de Proudhon e Bakunin. Assim, “ao longo das décadas finais do século passado e ainda no início do atual, encontramos os seus adeptos ocupados na atualização dos ideais anarquistas às transformações então ocorridas”.⁴⁸

Entre estas circunstâncias destacam-se, por um lado, a organização de sindicatos; de outro, a formação de partidos marxistas dos quais os anarquistas mantiveram distância. No entanto, a relação com os sindicatos e o movimento sindical era fator gerador de tensões entre eles, pois se eram ótimos espaços para a propaganda de suas idéias, a vinculação a uma determinada classe social poderia descaracterizar e comprometer, não somente o ideal de emancipação de todos os homens, assim como o futuro do próprio movimento.

Paralelos as tais mudanças, pairavam também sobre os anarquistas os espectros das derrotas e perseguições sofridas pelos jovens movimentos revolucionários

⁴⁷ MALATESTA, E. citado por LUIZETTO, F. *Op.cit.*, p. 21.

⁴⁸ LUIZETTO, F. *Op.cit.*, p. 35.

ocorridos na França (Comuna de Paris), Itália e Espanha no início da década de setenta, que “havia colocado um fim provisório nas esperanças de uma revolução geral –que desta vez seria uma revolução social– abrigadas antes de 1870 no novo mundo da Internacional”. Essa situação expôs aos anarquistas “algumas fissuras nas bases da construção na qual se achavam empenhados. Era a hora do refluxo”.⁴⁹ Se ainda tinham a esperança no levante das massas, essa esperança tornou-se menor, e daí a triste constatação de que “estava-se mais isolado do que se acreditava”.⁵⁰ Diante desse contexto desfavorável à ação revolucionária e do crescimento dos partidos socialistas, os anarquistas trataram de intensificar suas atividades no campo teórico.

Consonante com o interesse já manifesto neste capítulo, me ocupo daqui por diante em mostrar os fundamentos teóricos do comunismo libertário, começando pelo geógrafo francês Élisée Reclus, autor de **Evolução, revolução e ideal anarquista**, que no dizer de Luizetto é um livro hoje um tanto ignorado devido à repercussão obtida por Kropotkin e sua obra no cenário do pensamento anarquista daquele tempo, não obstante contenha o essencial daquilo que se pode denominar teoria do comunismo libertário. Essa obra de Reclus era, inclusive conhecida pelos

⁴⁹ Ibid. p. 37.

⁵⁰ NETTLAU, M. citado por LUIZETTO, F. *Op.cit.*, p. 37.

anarquistas no Brasil, tendo sido aqui publicada em 1904, traduzida por Neno Vasco (Gregório Nanzianzeno de Vasconcellos), na ocasião radicado no país.⁵¹

Reclus tece sua argumentação demonstrando que as palavras evolução e revolução não são díspares, mas sim complementares: “La ciencia no establece diferencia alguna entre las palabras, evolución y revolución, cuya semejanza es grande, a pesar de ser utilizadas en el lenguaje común, en un sentido totalmente diferente de su significación primitiva”.⁵² E continua Reclus: “Es dar pruebas de gran ignorancia establecer entre la evolución y la revolución un contraste de paz y de guerra, de calma y de acción violenta (...). Si es aceptada com entusiasmo la palabra evolución por los mismos que miran espantados a los revolucionarios, es sencillamente porque no se han capacitado de su valor, porque lo que la palabra en sí significa no pueden aceptarlo en modo alguno”.⁵³

Para Reclus, *evolução* e *revolução* pertencem a uma mesma ordem de acontecimentos que “se diferencian sólo por la amplitud del movimiento”,⁵⁴ “la evolución es el movimiento interminable de todo lo existente”,⁵⁵ ao passo “que esos pequeños hechos llamados revoluciones, astronómicas, geológicas o políticas (...)

⁵¹ LUIZETTO, F. *Op.cit.*, p. 42. Neno Vasco era português. Chegou ao Brasil em 1901, retornando a Portugal em 1910; formado em Direito, era bastante culto; fundou, juntamente com Edgar Leuenroth e Manuel Moscoso, o jornal anarquista *A Terra Livre*.

⁵² RECLUS, Eliseo. *Evolución y Revolución*. Trad. de A Gregori. Buenos Aires: Tor, s.d., p. 6.

⁵³ RECLUS, E. *Op.cit.*, pp. 6-7.

⁵⁴ *Ibid.* p. 6.

⁵⁵ *Ibid.* p. 5.

participan de ese movimiento infinito”.⁵⁶ Vistas dessa maneira “la evolución y la revolución son dos actos sucesivos de un mismo fenómeno, la evolución precede a la revolución y esta a nueva evolución, causa eterna de futuras revoluciones”.⁵⁷

Somos evolucionistas em tudo, afirma Reclus, e igualmente somos revolucionários “porque sabemos que la historia misma no es outra cosa que la serie de acontecimientos realizados, sucediendo a la serie de preparación. La gran revolución intelectual que libra los espíritus, trae por consecuencia lógica la emancipación, de hecho, en sus relaciones con los otros individuos”.⁵⁸ Porém, a idéia de progresso como imanente à revolução é relativa, pois nem toda revolução significa progresso, da mesma maneira que as evoluções nem sempre se encaminham para o rumo da justiça. Desse modo, “tanto puede hacerse un progreso como un regreso, y si las evoluciones tienden por lo general a un aumento de vida, hay casos, sin embargo, que la tendencia es hacia la muerte”.⁵⁹ E como medir se determinado movimento social representou progresso ou recuo? A resposta para Reclus está em “saber en qué proporción ha crecido el número de hombres libres y da la completa individualidad durante el curso de la historia”.⁶⁰

⁵⁶ Ibid. p. 6.

⁵⁷ RECLUS, E. *Op.cit.*, p. 11.

⁵⁸ Ibid. p. 10.

⁵⁹ Ibid. p. 13.

⁶⁰ Ibid. p. 27.

Se o aumento de consciência funciona como índice de progresso social, não basta, diz Reclus, gritar por revolução e juntar uma turba de descontentes que caminhem para onde os levarem ou que se lancem por sobre o primeiro alvo que lhes for apontado, porque “el instante de no utilizar en estas luchas sino energías conscientes, ha llegado ya; los evolucionistas, conocedores perfectos de lo que quieren efectuar en la futura revolución, no desperdiciarán el tiempo en la inútil tarea de sublevar a los disconformes y arrojarlos a una lucha sin finalidad, sin dirección”.⁶¹ Podem ainda os homens, em defesa de sua dignidade, liberdade ou de sua própria terra, “levantar barricadas, defendiendo su pueblo o su libertad; pero debe saber y no olvidar jamás que tan sólo por el efecto de las balas no se resolverá nunca la cuestión social más insignificante. En el cerebro y en los corazones se ha de hacer la transformación antes de poner en tensión los músculos y de cambiarse en fenómeno histórico”.⁶² Finalmente, “la ciencia social, que indica los motivos de la opresión y al mismo tempo los medios de emancipación, se va desprendiendo del caos de opiniones en litigio.

“El primer acontecimiento demostrado por esta ciencia es que no hay revolución que pueda realizarse sin una revolución anterior”.⁶³ Portanto, “la

⁶¹ Ibid. p. 23.

⁶² Ibid. p. 30.

⁶³ Ibid. p. 28.

principal condición para asegurar la victoria es la de instruirnos (...). Queremos saber. No deseamos aceptar que la ciencia sea un privilegio y que los hombres colocados en lo alto de un monte como Moisés, sobre un trono como el estoico Marco-Aurélio, sobre un Olimpo o un Parnaso de cartón, o simplemente sobre un sillón de la Academia, nos dicten leyes, atribuyéndose un conocimiento superior de las leyes eternas”.⁶⁴

No outono de 1882 a região central da França foi abalada por uma série de motins, inclusive com explosões de dinamite na localidade de Monceau-les-Mines. As autoridades francesas rapidamente ligaram os acontecimentos ao crescimento do anarquismo no sul do país. Coincidentemente, Peter Kropotkin, depois de permanecer morando em Londres por quase um ano e cansado do ambiente apático da capital inglesa, retornava à França. Embora estivesse afastado do movimento anarquista francês por estar vivendo na Inglaterra, para a polícia bastava o fato de ele ser ligado ao jornal libertário *Le Revolté* e sua reputação internacional como teórico revolucionário - com o agravante da coincidência da data de sua chegada - para decidir que era perigoso demais deixá-lo livre. Preso, Kropotkin e mais três outros líderes anarquistas foram condenados a cumprir uma pena de cinco anos,

⁶⁴ Ibid. pp. 36-37.

mesmo não havendo qualquer prova contra eles. Sua prisão provocou protestos por toda parte; de acordo com o relato de Woodcock:

Georges Clemenceau apresentou uma moção em favor da anistia diante da Câmara dos Deputados, conseguindo mais de cem votos. Jornais moderados da França, como o *Journal des économistes*, condenaram a sentença, a Academia de Ciências da França ofereceu-se para enviar a Kropotkin qualquer livro de que precisasse e Ernest Renan colocou sua biblioteca à disposição do prisioneiro. Quando Victor Hugo submeteu ao presidente francês uma petição de intelectuais e literatos ingleses, ela continha alguns dos nomes mais importantes da Inglaterra vitoriana.⁶⁵

Liberto após três anos de prisão devido às pressões populares, Kropotkin se radicou a partir de março de 1886 em Londres, onde ficaria mais de trinta anos, levando uma vida modesta e reclusa:

Passou a viver como um teórico erudito que combinava o estudo dos aspectos mais amplos e sociológicos do anarquismo com um retorno aos antigos interesses científicos. Viveu durante longos períodos no isolamento dos subúrbios distantes, cultivando jardins que despertavam a inveja dos vizinhos. Nos fins-de-semana, abria as portas de sua casa, recebendo uma série de visitantes que incluíam não apenas seus colegas geógrafos e os companheiros anarquistas, mas toda espécie de intelectuais, de Bernard Shaw a Tom Mann, de Frank Harris a Ford Madox Ford.⁶⁶

⁶⁵ WOODCOCK, G. *Op.cit.*, p. 185.

⁶⁶ WOODCOCK, G. *Op.cit.*, p. 185.

Deve parecer estranho, em especial para os que desconhecem Kropotkin e tomam contato com essas informações pela primeira vez, tanta solidariedade e respeito vindos de homens representantes das mais diversas matizes de pensamento em torno de um anarquista. A explicação parece estar no fato de que Kropotkin, além de ser um crente praticante da solidariedade humana, era honrado, bondoso, corajoso e “incomodamente dedicado à verdade”.⁶⁷ Desse modo:

Tornou-se uma figura respeitada e querida, cuja simplicidade e sinceridade chegaram a impressionar mesmo aqueles que combatiam suas idéias, e acabou por ser considerado uma espécie de santo anarquista, de uma integridade e bondade que se podiam opor à violência e ao terror com que o movimento anarquista andava popularmente associado. Como escreveu o crítico dinamarquês Georg Brandes: “Poucas vezes deve ter havido revolucionários tão humanos e tão meigos... Nunca foi um vingador, mas sempre um mártir. Nunca impunha sacrifícios aos outros; fazia-os ele mesmo”.⁶⁸

A esse respeito conquistado pelas qualidades de seu caráter, acresce-se o obtido pela originalidade de seu pensamento como cientista e filósofo social. Foi o responsável pela mudança de visão sobre a doutrina anarquista, na medida em que desenvolveu seu conceito de anarquismo “mais como uma filosofia moral do que

⁶⁷ Ibid. p. 195.

⁶⁸ JOLL, James. *Anarquistas e anarquismo*. Trad. de Manuel Dias Duarte. Lisboa: Dom Quixote, 1977, p. 176.

um simples programa de transformação social”.⁶⁹ Os europeus ocidentais viam-no como um símbolo de resistência ao czarismo russo. Seus escritos tinham grande aceitação entre o público leitor mais esclarecido; “sua autobiografia **Memórias de um revolucionário** e as discussões sobre a cooperação como um fator na evolução que incluiu em seu livro **Ajuda mútua**, foram rapidamente aceitos como clássicos em seus respectivos campos”.⁷⁰

Com **A Ajuda mútua como fator de progresso entre os homens e os animais**, Kropotkin deu uma contribuição decisiva para a elaboração das bases do anarco-comunismo. A origem do livro está, segundo o próprio autor, nas idéias expostas numa série de artigos publicados na prestigiada revista inglesa *Nineteenth Century*:

Minhas investigações sobre a ajuda mútua entre os animais e entre os homens foram impressas pela primeira vez na revista inglesa *Nineteenth century*. Os dois primeiros capítulos, sobre a sociabilidade entre os animais e sobre a força adquirida pelas espécies sociáveis na luta pela existência, eram uma resposta ao artigo do conhecido fisiólogo e darwinista Huxley, aparecido na *Nineteenth Century* em fevereiro de 1888 – “A luta pela existência: um programa” - onde pintava-se a vida dos animais como uma luta desesperada de um contra todos.⁷¹

⁶⁹ WOODCOCK, G. *Op.cit.*, p. 174.

⁷⁰ *Ibid.* p.186.

⁷¹ KROPTKIN, P. **El apoyo mutuo como factor de progresso entre los animales y los hombres**. Trad. de Luis Orsetti. Buenos Aires: Americalee, 1946, p. 9.

A série de artigos que compõe os estudos de Kropotkin sobre o assunto foi publicada na revista entre setembro de 1890 e junho de 1896. O livro resultante da reunião desses artigos avulsos foi publicado pela primeira vez em 1902.

Kropotkin relata que quando jovem, observando a vida animal em regiões da Ásia Oriental, por um lado percebeu “a extraordinária dureza da luta pela existência que deve sustentar a maioria das espécies contra a natureza inclemente”,⁷² e de outro:

mesmo naqueles poucos lugares isolados onde a vida animal aparecia em abundância, não encontrei, apesar de haver procurado com afincado por algum sinal, aquela luta cruel pelos meios de subsistência *entre os animais pertencentes a uma mesma espécie*, que a maioria dos darwinistas (ainda que nem sempre o próprio Darwin) consideravam o traço dominante e característico da luta pela vida, e como a principal força ativa do desenvolvimento gradual no mundo dos animais.⁷³

A partir daí, diz Kropotkin, “comecei a abrigar sérias dúvidas que mais tarde se confirmaram a respeito dessa terrível luta por alimento e pela vida *dentro dos limites de uma mesma espécie*, que constitui um verdadeiro credo para a maioria dos

⁷² Ibid. p. 13.

⁷³ Ibid. p. 13.

darwinistas”.⁷⁴ Continuando, Kropotkin afirma que ao invés “dessa terrível e suposta luta”, tão a gosto dos darwinistas, “em todas as cenas da vida animal que se desenrolaram sob meus olhos, via a ajuda e o apoio mútuo levados a tais proporções que, involuntariamente, me fizeram pensar na enorme importância que deve ter na economia da natureza para a manutenção da existência de cada espécie, sua conservação e seu desenvolvimento futuro”.⁷⁵

Suas investigações levaram-no a concluir que quando os animais tinham de enfrentar calamidades proporcionadas pela natureza “toda a parte da espécie a quem afetava esta calamidade saía da prova experimentada com uma perda de saúde e energia tão grande que *nenhuma evolução progressista das espécies podia basear-se em semelhantes períodos de luta aguda*”.⁷⁶

Baseado nas razões expostas, quando se interessou pelas “relações existentes entre a sociologia e o darwinismo”, Kropotkin não concordou com nenhum dos estudos que de algum modo concluíam ser uma “lei natural” a luta pela existência também entre os homens:

Não podia estar de acordo com este ponto de vista, posto que me havia convencido antes, de que reconhecer a desapiedada luta interior pela existência nos limites de cada espécie, e considerar tal guerra como uma condição de progresso,

⁷⁴ Ibid. p.14.

⁷⁵ Ibid. p.15.

⁷⁶ Ibid. p.15.

significaria aceitar algo que não só não havia sido demonstrado ainda, mas que de nenhum modo é confirmado pela observação direta.⁷⁷

Uma conferência do professor Kessler, zoólogo e decano da Universidade de São Petersburgo, sobre “A lei da ajuda mútua”, pronunciada num congresso de naturalistas russos em janeiro de 1880, delineou para Kropotkin o caminho que ora se insinuava. Kessler era da opinião de que “além da lei da *luta mútua*, existe na natureza também a lei da *ajuda mútua* que, para o êxito da luta pela vida e particularmente para a evolução progressiva das espécies, desempenha um papel muito mais importante que a lei da *luta mútua*”.⁷⁸ Desenvolvendo essa idéia e aplicando-a no estudo das sociedades humanas desde os povos primitivos até a sociedade moderna, Kropotkin chegou à conclusão de que o desenvolvimento progressivo ocorrido se deve ao fato de os homens terem aplicado amplamente os princípios do apoio mútuo em detrimento das lutas entre os indivíduos e que “os artifícios da mente não podem opor-se ao *sentimento da ajuda mútua*, pois este sentimento foi educado durante milhares de anos pela vida social humana e por centenas de milhares de anos de vida pré-humana nas sociedades animais”.⁷⁹ Assim, é que:

⁷⁷ Ibid. p. 16.

⁷⁸ Ibid. p. 16.

⁷⁹ Ibid. pp. 311-331.

Na prática da ajuda mútua, cujas pegadas podemos seguir até os mais antigos rudimentos da evolução, encontramos, de tal modo, a origem positiva e sem dúvida de nossas concepções morais, éticas, e podemos afirmar que o principal papel na evolução ética da humanidade foi desempenhado pela ajuda mútua e não pela luta mútua. Na ampla difusão dos princípios da ajuda mútua, ainda na época presente, vemos também a melhor garantia de uma evolução ainda mais elevada do gênero humano.⁸⁰

As idéias de Élisée Reclus e Peter Kropotkin, contidas nos dois livros que apresentamos, “comunicaram-se a todas as atividades empreendidas pelos militantes e simpatizantes identificados com o comunismo libertário”⁸¹ e, dessa maneira, “o título de ‘anarquista comunista’ designava não apenas aqueles que demonstravam uma certa preferência quanto à organização econômica da futura acracia, mas, também - e talvez sobretudo - aqueles que aceitavam e se identificavam com essa particular maneira de conceber o processo histórico exposto em seus livros”.⁸²

⁸⁰ Ibid. p. 336.

⁸¹ LUIZETTO, F. *Op.cit.*, p. 50.

⁸² Ibid. p. 55.

2.5 O Comunismo Libertário no Brasil

O capítulo brasileiro da história do anarquismo, “dada a participação de militantes estrangeiros de diversas origens e a importação de uma variada literatura libertária, (...) experimentou a influência das mais diferentes tendências representativas do pensamento anarquista”.⁸³ O grosso da literatura existente acerca dessa história está vinculada à relação das correntes libertárias com o movimento operário e sindical, o que é bastante compreensível, e em que pese às oscilações conjunturais e a presença de outras correntes ideológicas, o anarquismo teve, sem dúvida, uma forte presença no movimento operário na primeira República.

No entanto, o pensamento libertário encontrou receptividade também em outros grupos sociais. Nesse sentido, o já citado trabalho de Flávio Luizetto constitui-se uma importante contribuição de duplo significado, pois amplia e aprofunda as informações sobre duas atividades muito especiais para o movimento: a educação e a literatura produzida com fins à propaganda, e “o conhecimento acerca da participação, no ambiente brasileiro, de uma corrente do pensamento

⁸³ LUIZETTO, F. *Op.cit.*, p. 5.

libertário – a “anarquista comunista” – pouco lembrada pela literatura especializada, não obstante a considerável projeção alcançada, tanto no meio restrito da militância, quanto entre os chamados ‘homens de letras brasileiros’, a intelectualidade daquele tempo”.⁸⁴

Uma parcela do interesse pelo ideal anarquista entre os nossos homens de letras era decorrente da facilidade com que se podia conseguir as principais obras dos grandes teóricos das diversas correntes libertárias. Nos jornais e revistas publicadas pelo movimento, há seções destinadas à divulgação de textos diversos assim como indicações de leituras⁸⁵ e, conforme Luizetto, “os núcleos de militantes anarquistas se dispunham a fazer encomendas no exterior para os interessados”.⁸⁶

Bastante ilustrativo do fato que estou tratando é um trecho de uma carta escrita em 1919 por Lima Barreto a Jaime Adour da Câmara, onde faz sugestões de leituras “sobre coisas sociais”: “hei de te mandar as melhores publicações (...). Há brochurazitas muito boas e baratas em espanhol, português e francês, de Kropótkine, de Hamon, de Reclus, etc.” (C2, 171), e também um depoimento de

⁸⁴ Ibid. p. 10.

⁸⁵ Faço a afirmação baseada nas consultas que fiz a diversos jornais e revistas publicadas pelo movimento anarquista, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Cito como exemplo a revista *Na Barricada*, publicada em 1915 e dirigida pelo engenheiro e jornalista gaúcho Orlando Correia Lopes, cuja coleção encontra-se disponível na Biblioteca Nacional. Com a chamada “Livros que se devem ler” há na capa de todos os números uma série de indicações de obras de Kropotkin, Reclus e outros nomes ligados aos comunismo libertário. Lima Barreto era assinante tanto de *Na Barricada* como também de *A vida*, revista editada a partir de 1914 pelo mesmo Orlando Correia Lopes. Cf.: BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988, p.204.

⁸⁶ LUIZETTO, F. *Op.cit*, p. 143.

Edgar Leuenroth sobre a atuação anarquista no campo da educação e da cultura: “os anarquistas nunca se descuidaram da obra cultural do povo, procurando pelo menos, neutralizar a ação obscurantista dos reacionários, por meio de escolas, ateneus, centros de cultura social (...), além da difusão e publicação de folhetos, livros, revistas e jornais. Volumosa é a bibliografia anarquista no Brasil”.⁸⁷

A diversidade da bibliografia disponível resultava na diversidade de opiniões, segundo Elycio de Carvalho, autor de **As Modernas Correntes Estéticas na Literatura Brasileira**, ele mesmo um seguidor de Stirner até 1908, ano em que rompeu com os anarquistas. Entre os nossos intelectuais, havia os que tinham por ideal o comunismo libertário de Kropotkin, Malatesta e Reclus, os adeptos das teorias de Stirner, os que simpatizavam com as doutrinas de Tolstói, e ainda os que preferiam o socialismo revolucionário com tendências anarquistas.⁸⁸ Contudo é notória a preponderância do anarco-comunismo sobre as demais correntes. São vários os estudos sobre a historiografia da Literatura e da Cultura Brasileira do início do século que relatam as influências dos autores vinculados a essa concepção em nossa vida intelectual.

Brito Broca, em **A Vida Literária no Brasil – 1900**, citando um artigo de

⁸⁷ LEUENROTH, Edgar. *No campo da Educação e Cultura*. In: **Anarquismo - roteiro da libertação social**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, s.d., p. 126.

⁸⁸ LUIZETTO, F. *Op.cit.*, p. 143.

Curvelo de Mendonça no *Almanaque Garnier* de 1907, mostra que:

Ao lado dos discípulos de Tolstói, optando pela não violência, havia os adeptos de Kropotkin, pregando uma ação francamente revolucionária e militante. Neste último grupo poder-se-iam incluir o Prof. Vicente de Souza, José Oiticica, Mota Assunção, Joel de Oliveira, fundando pequenos periódicos no Rio; Guedes Coutinho, J. Máz y Pí, realizando o mesmo no Rio Grande do Sul. E até Alcindo Guanabara, que ao embarcar deportado para Fernando de Noronha, em 1897, envolvido na conspiração contra Prudente de Moraes, levava debaixo do braço “A Conquista do Pão”, de Kropotkin.⁸⁹

O poeta paulista Martins Fontes também está entre os seguidores do príncipe russo. O relato é de seu biógrafo Jacob Penteado: “Pedro Kropotkin foi um verdadeiro ídolo para o poeta, que chegou a escrever-lhe uma epopéia em três atos. Trazia-a de cor e repetia-a aos amigos”.⁹⁰ Existe mais uma série de títulos que trazem informações sobre o assunto, mas, zelosa pela paciência dos meus possíveis leitores, deixo apenas mais algumas referências.⁹¹

Não poderia entretanto deixar de citar aqui as valiosas informações que são dadas pela minuciosa pesquisa feita por Flávio Luizetto para compor seu trabalho

⁸⁹ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, p. 119.

⁹⁰ PENTEADO, Jacob. *Martins Fontes – uma alma livre*. São Paulo: Martins, s.d., p. 173.

⁹¹ Para maiores informações ver: Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, volumes 5 e 6; Antonio Cândido, *Teresina e Etc.*; Francisco Foot Hardman, *Nem pátria, nem patrão!*; Elysis de Carvalho, *As modernas correntes estéticas na Literatura Brasileira*.

sobre a presença do anarquismo no Brasil, enfocando as experiências literária e educacional, onde concluiu que a literatura anarquista existente era composta:

(...) Na sua maior parte, de publicações assinadas por autores anarquistas identificados com a versão comunista libertária (...). Os escritos de nomes expressivos dessa concepção, como Kropotkin, Reclus e Malatesta, figuravam entre os mais conhecidos por aqui, muito mais, efetivamente, do que os textos de Proudhon e de Bakunin. Essa tendência pode ser verificada consultando-se por exemplo, a coleção d' *O Amigo do Povo*, jornal publicado pelos anarquistas entre os anos de 1902 e 1904. Naquelas seções reservadas à divulgação das publicações à venda na redação do jornal, além dos três nomes citados, encontram-se anunciadas, com certa regularidade, as obras de outras figuras ligadas ao comunismo libertário, como Jean Grave, Saverio Merlino, Carlos Cafiero, Sébastian Faure. A mesma tendência não se repete no caso de outros autores, vinculados a outras concepções libertárias. A referida freqüência é observável, aliás, em outras publicações, tanto nas contemporâneas d' *O Amigo do Povo* como nas posteriores.⁹²

O pesquisador acrescenta ainda que mesmo sendo variadas as opções, quando uma pessoa se interessava pelo anarquismo, era grande a possibilidade de que terminasse por ler um livro de Kropotkin, Malatesta ou Reclus, e, por isso, “não apenas esses autores, mas eles em especial, foram os responsáveis pelo interesse que havia no ambiente brasileiro pelo assunto. Por força da influência dessa

⁹² LUIZETTO, F. *Op.cit.*, p. 144-145. A publicidade contida em *Na Barricada*, aqui já citada, é um exemplo dessas publicações posteriores.

literatura, a geração dos “nossos homens de letras” envolvida de alguma forma com o anarquismo, foi marcadamente comunista libertária”.⁹³ Dessa maneira:

A projeção que a versão comunista libertária adquiriu no ambiente europeu, tanto nos círculos dos militantes como nos meios intelectuais, alcançava, assim, o ambiente brasileiro. Aqui ela deixou impressas as suas marcas distintivas não só no domínio dos movimentos operário e sindicalista, mas também nas atividades culturais desenvolvidas por aqueles representantes dos nossos homens de letras que se simpatizaram ou se filiaram ao anarquismo.⁹⁴

Os romancistas Fábio Luz, Domingos Ribeiro Filho, Avelino Fóscolo e Curvello de Mendonça, autores apresentados e analisados por Luizetto no episódio literário do movimento anarquista brasileiro, criaram uma literatura cujo objetivo era deliberadamente o de “suscitar nos leitores certos sentimentos e provocar comportamentos ajustados às necessidades da construção da nova sociedade, ácrata, naturalmente, e comunista, preferentemente. À feição, enfim, daquela organização social que lhes era sugerida por meio dos textos dos autores comunistas libertários e de outros, que se contam entre os simpatizantes da concepção.”⁹⁵

⁹³ LUIZETTO, F. *Op.cit.*, p. 145.

⁹⁴ LUIZETTO, F. *Op.cit.*, p. 147.

⁹⁵ *Ibid.* p. 100.

Quanto a Lima Barreto, é possível afirmar que possuía um conhecimento bastante aprofundado das idéias defendidas por Reclus, Kropotkin e outros autores ligados ao comunismo libertário. Conhecimento esse que aparece tanto nas sugestões de leituras feitas aos mais jovens, como no caso de Jaime Adour da Câmara, como também naquilo que o professor Arnoni Prado chamou de seus “escritos circunstanciais”, a saber, as suas crônicas e artigos publicados na imprensa. Dentre eles, destaco a crônica *A missão dos utopistas* (Ba,250), onde o autor faz um resumo da tese central do livro *A ajuda mútua* de Kropotkin para se contrapor à idéia da guerra como parte do processo civilizatório. Para finalizar esclareço que o assunto será abordado em maior profundidade no próximo capítulo, onde será examinada a presença do ideário anarquista, particularmente do comunismo libertário, em Lima Barreto e seus escritos, através da análise de um conjunto de suas crônicas.

Capítulo 3

3.1 Breve História da Crônica

(...) A crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, - sobretudo porque quase sempre utiliza o humor.

Antonio Cândido

Dentre as definições de crônica, a mais comum é a de narração histórica por ordem cronológica. Incompleta, mas não errada, pois o gênero literário que para nós está ligado ao jornal, tem origem na Idade Média. Intelectuais a serviço de reis, tinham por tarefa registrar através da escrita “o que a memória dos tempos guardava, e organizar em narrativa o que os registros esparsos documentavam”.¹ E assim aparece a figura do cronista na literatura ocidental.

¹ RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: UFRJ, Campinas: UNICAMP, 1993, p.57.

Desse modo a crônica histórica medieval torna-se precursora da moderna historiografia, e tal gênero necessita de uma sociedade para a qual seja importante a experiência progressiva do tempo:

Um passado que se possa concatenar significativamente, a História enfim, e não apenas um tempo cíclico e repetitivo, implicado noutra forma de narrativa - o mito. Presa ao calendário dos feitos humanos e não às façanhas dos deuses (...), a crônica pode constituir o testemunho de uma vida, o documento de uma época ou um meio de se inscrever a História no texto.

Além disso, ao se distanciar do passado, pode se transformar em fonte da imaginação: gestas românticas e outras formas literárias nasceram dela, como o drama histórico elizabetano, de que Shakespeare deixou tão grandes exemplos”.²

Para Walter Benjamin, o cronista é o *narrador da história*, pois, diferentemente daquele que escreve a história, o historiador, que se preocupa em dar explicações lógicas e de comprovar de alguma maneira os acontecimentos que registra, aquele, ao fundamentar sua crônica histórica no plano divino da salvação, que é inescrutável, foi-lhe possível fugir, desde o início, da carga da comprovação e da explicação lógica. Esse lugar é ocupado pela interpretação, que não é restrita a seqüência exata dos

² ARRIGUCCI, Davi. *Fragmentos sobre a crônica*. In: *Boletim bibliográfico biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo: V. 46, nº 1-4, pp. 43-44, janeiro/dezembro de 1985.

acontecimentos, mas se reporta à sua situação de permeio à existência insondável do universo.³

Porém, ao narrar os acontecimentos tornava-se semelhante ao narrador popular, que através da memória resgata a experiência vivida nas narrativas que compunham a tradição oral. “Como este, o cronista era um hábil artesão da experiência, transformador da matéria-prima do vivido em narração, mestre na arte de contar histórias”.⁴

É com Fernão Lopes a partir do século XV que se introduz na literatura de língua portuguesa a discussão dos limites entre história e ficção. Primeiramente em 1418, foi nomeado guardador-mor da Torre do Tombo (o arquivo nacional português), e a partir de 1434, recebeu a incumbência de escrever a crônica de antigos reis. Embora tenha centralizado a narrativa em torno deles, soube descrever a sociedade portuguesa da época em sua totalidade analisando os grupos sociais que a compunham e ressaltando a participação popular em episódios importantes da história de Portugal, como por exemplo a Revolução de Avis:

Lendo Fernão Lopes, os heróis não nos aparecem como causas dos acontecimentos, mas como participantes, às vezes involuntários, dos acontecimentos.

³ BENJAMIN, Walter. *O narrador*. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. V. XLVIII.

⁴ ARRIGUCCI, D. *Op.cit.*, p. 44.

Em compensação Fernão Lopes dá grande relevo a outros aspectos que os cronistas medievais sistematicamente desconhecem. O grande ator e promotor da resistência, ao que se infere de suas crônicas, é o povo de Lisboa; o episódio central da guerra é o cerco desta cidade, salva pelo heroísmo e pertinácia da sua população.⁵

Em nossos dias, porém, ao se falar em crônica, pensa-se num gênero completamente diferente, pois “a crônica no século XIX, perdeu para o jornalismo seu caráter de relato histórico”.⁶ Filha do jornal diário, o modelo que chegará até nós é o francês, *feuilleton* -folhetim- geralmente artigos de rodapé destinados a publicações ligadas ao entretenimento: “Aquele espaço vale-tudo suscita todas as formas e modalidades de diversão escrita: nele se contam piadas, se fala de crimes e monstros, se propõem charadas, se oferecem receitas de cozinha ou de beleza; aberto às novidades, nele se criticam as últimas peças, os livros recém saídos, o esboço do Caderno B, em suma”.⁷ Contudo, o referido espaço alcançou o auge do seu sucesso quando nele inseriu-se a narrativa ficcional, ou seja: o romance-folhetim.

Entre nós, aparece na segunda metade do século XIX e como no modelo francês, num espaço de jornal dedicado ao varejo do dia-a-dia da cidade e também do país:

⁵ SARAIVA, Antônio José. *História da literatura portuguesa*. Lisboa: Europa - América, 1970, p. 32.

⁶ CHINELLATO, Thais Montenegro. *Crônica e Ideologia: contribuições para leituras possíveis*. São Paulo: 1996. 463 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 73.

⁷ MEYER, Marilyse. *Voláteis e versáteis, de variedades e folhetins se fez a chronica*. São Paulo: *Boletim bibliográfico biblioteca Mário de Andrade*, v. 46, nº 1-4, p. 19, janeiro/dezembro de 1985.

“No Brasil ela tem uma boa história, e até se poderia dizer que sob vários aspectos é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu”. E continua Antonio Cândido: “Antes de ser crônica propriamente dita foi ‘folhetim’, ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia -políticas, sociais, artísticas, literárias. Assim eram os da secção ‘Ao correr da pena’, título significativo a cuja sombra José de Alencar escrevia semanalmente para o Correio Mercantil, de 1854 a 1855”.⁸

Segundo Alexandre Eulálio, citado por Chinellato,⁹ “a mais importante obra de sondagem social e psicológica de nossa literatura -decisiva pela precisão analítica, pela finura sem concessões, autêntico corte longitudinal na máquina do pequeno mundo brasileiro- foi realizada exatamente pelo mais bem dotado dos folhetinistas ‘amenos’, Machado de Assis. A obra de ficção dele é o meticuloso mapa sísmico daquela mesma sociedade, que, como cronista, fixara nos seus estremecimentos mais ligeiros e mais aparentes ao mesmo tempo”.

Aos vinte anos de idade, em 1859, Machado começa seu longo trajeto de folhetinista, e durante quarenta anos, até o final do século, ele estará “onipresente,

⁸ CÂNDIDO, Antonio. *A Vida ao Réis-do-Chão*. In: **A Crônica: O Gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: UNICAMP, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 15.

⁹ CHINELLATO, T. *Op.cit.*, p. 76.

com poesias, contos, crônicas, romances, a ocupar aquele ‘respirador artificial’ do jornal, colocado em meio a tanta matéria política, pesada, mal distribuída”.¹⁰

Com habilidade única, Machado transitava entre assuntos aparentemente díspares. Através de suas crônicas podemos ter acesso à história literária e intelectual do Brasil em momentos de importantes mudanças, como por exemplo a abolição da escravidão e o ocaso lento do império. A série *Bons Dias* na *Gazeta de Notícias*, é o seu melhor exemplo. Entre 1892 e 1897, escreve sem assinatura em *A Semana*, realizando “a sua mais perfeita e final feição de cronista”.¹¹ Sai num momento em que a jovem República passa por graves convulsões. Será substituído por Bilac, e a não ser de vez em quando, o cronista lançará o seu olhar crítico sobre o cotidiano da ex-capital do Império e agora da República. Perdemos, com certeza.

São tempos de nossa *Belle Époque*, a questão da cultura até então quase que identificada com a questão literária, passa a ter um significado maior, passa a se preocupar com a modernização da cidade e seu processo de urbanização. A organização do espaço público também é tema de discussão, já que deverá abrigar uma cultura que se quer mais europeizada, mais erudita conforme o desejo dos que se responsabilizavam pelo seu destino.

¹⁰ BRAYNER, Sônia. *Machado de Assis: um cronista de quatro décadas*. In: *A crônica: O Gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: UNICAMP, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 407.

Aos intelectuais de letras coloca-se a questão da profissionalização e a necessidade de estarem incorporando ao seu discurso as doutrinas sociais vigentes no velho mundo. As relações de trabalho se modificam, a ordem capitalista se impõe.

Coelho Neto e Olavo Bilac, identificados com o novo projeto político e cultural, deixam suas marcas “no estilo jornalístico de então, que não hesita mesmo em transformar notícia em ficção floreando os vazios existentes”.¹² E neste momento em que coexistem o velho e o novo, o antiquado e o que se pretende moderno, a crônica que decretara sua permanência durante o século XIX, é retomada como gênero que, além de oferecer uma possibilidade de profissionalização, é também adequada ao moderno que tanto se busca, dado seu caráter imediato.

A Lima Barreto, um desafinado no coro dos contentes com a nova ordem que vai se estabelecendo, não escapará a importância da Crônica nessa nova imprensa:

Mesmo quem não é diretor de um jornal parisiense e não está habituado à imprensa européia, pode, do pé para as mãos indicar muitos (defeitos de nossos jornais). Seria tolice exigir que os jornais fossem revistas literárias, mas, isto de jornal sem folhetins, sem crônicas, sem artigos, sem comentários, sem curiosidades, não se compreende absolutamente. (VU, 53-56)

¹¹ Ibid. p. 408.

¹² RESENDE, Beatriz. *Um cronista da cidade das letras*. Revista Tempo Brasileiro, n° 85, pp. 91-92, 1986.

Astrojildo Pereira contemporâneo de Lima Barreto, militante anarquista que no início dos anos vinte tornou-se marxista e fundador do Partido Comunista do Brasil (PCB), no prefácio que fez para **Bagatelas** afirma que:

Lima Barreto não era (...) um articulista de tipo estritamente jornalístico, mas um escritor, seguro de si e de sua obra, que se servia das páginas de jornais e revistas para opinar, criticar, protestar e a par disso, freqüentemente, registrar as suas reminiscências, memórias e confissões pessoais. Sem ser um panfletário profissional, imprimia a muitos de seus artigos a feição áspera da crítica política e social, e fazia da sátira de costumes uma arma permanente de combate.

São as mesmas características que se encontram na sua obra de ficção e que nos seus artigos aparecem, naturalmente, de modo mais direto e desnudo. E eu acredito que não se pode aprofundar o conhecimento de sua obra de ficção sem se conhecer e compreender as reflexões e memórias que nos deixou sob a forma de artigos e crônicas de jornal.¹³

Essencialmente cronista da cidade do Rio de Janeiro, Lima Barreto se baterá também nesse espaço pela sua concepção de “literatura militante”. Suas crônicas estão reunidas nos volumes **Bagatelas, Vida Urbana, Marginália e Feiras e Mafuás** de suas obras completas. É analisando um conjunto delas, que pretendo mostrar a que discurso Lima se contrapunha, quais eram seus alvos polêmicos, e a partir disso

¹³ PEREIRA, Astrojildo. *Prefácio*. In: BARRETO, Lima. **Bagatelas**. São Paulo: Brasiliense, 1961, pp. 12-13.

contribuir para a compreensão das idéias que estão na base de sua “literatura militante”.

3.2 As Idéias Libertárias nas Crônicas de Lima Barreto

Lima Barreto, na advertência que escreveu justificando a publicação da coletânea de crônicas e artigos por ele organizada, a qual denominou **Bagatelas**, alerta para o fato de que esses artigos e crônicas haviam “aparecido em revistas e jornais modestos” (Ba, 37). Embora seja conhecida sua simpatia pela pequena imprensa e por aqueles que se lançavam na aventura, como ele o fizera quando jovem, de tornar públicas idéias e opiniões contrárias aos cânones estabelecidos, a nota carrega uma certa dose de exagero, pois Lima escreveu para jornais e revistas de notável importância política e literária.

Colaborou com a revista *Careta* cerca de quinze anos como redator fixo, recebendo salário. No *A.B.C.* permaneceu de 1916 até a sua morte. Esta colaboração, por ter um caráter menos profissional do que a da *Careta*, é mais interessante: “São artigos políticos e literários que constituem, na verdade, o que há de melhor no Lima Barreto polemista, a par dos que publicou em outros

periódicos da época – ‘revistas e jornais modestos’, nos quais podia escrever com inteira liberdade sobre fatos, homens e coisas do tempo”.¹⁴ Foi colaborador também, mesmo que esporadicamente, em *O País*, no *Rio Jornal*, em *A Notícia* e na *Gazeta de Notícias*.

No entanto, é verídico o fato de grande parte dessa colaboração ter ido para a pequena imprensa, porque Lima considerava os grandes jornais “como órgãos de frações da burguesia rica, da indústria, do comércio, da política ou da administração” (Ba, 159). Essa pequena imprensa - “alternativa” chamaríamos em dias atuais - era composta por revistas e jornais libertários ou ligados a associações de classe, como *A Voz do Trabalhador*, órgão oficial da Confederação Operária Brasileira. Era presença também em *O Debate* dirigido por Astrojildo Pereira, e ainda nas revistas *Brás Cubas* e *Contemporânea*. “Escrevia também nos jornais revolucionários do Rio, São Paulo e até mesmo Porto Alegre, como *Lanterna*, *O Cosmopolita*, *O Parafuso*, *A Patuléia* e *A Luta*, porém com menos assiduidade”.¹⁵

Lima não hesitava quando se tratava de defender a liberdade de expressão, particularmente da pequena imprensa. Protesta através da crônica *O Caso da A Folha*, publicada em *A Patuléia*, publicação anarquista paulista, contra a apreensão

¹⁴ BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988, p. 226.

¹⁵ BARBOSA, F. *Op.cit*, p. 212.

pela polícia do jornal *A Folha*, fundado e dirigido pelo escritor Medeiros e Albuquerque, onde cobra da imprensa a solidariedade que deveria existir entre todos órgãos de informação com vistas a assegurar a liberdade de imprensa, independentemente da orientação editorial que esses jornais ou revistas tivessem. Aponta que no caso de *A Folha*, embora tardia, a solidariedade veio, e questiona por que os jornais anarquistas *Spartacus* e a *Plebe*, que também tinham sido apreendidos, não receberam o mesmo tratamento: “Os grandes jornais de todo o país, não protestaram, ao que parece, porque se tratava de jornais de operários e apontados como anarquistas. Curioso motivo. Então só os doutores ou quase doutores, ou naturalizados doutores tem pensamento e podem exprimi-lo nos jornais? Então só os jornais de grande tiragem são imprensa?” (FM, 253-254).

Observador acurado, Lima Barreto foi capaz de construir uma visão própria e abrangente da sociedade brasileira do início do século. Mesmo tendo sido um escritor eminentemente urbano, não lhe passou despercebida, por exemplo, a miséria e a desigualdade social reinante entre os trabalhadores do campo. Aponta com clareza a saída para o problema ainda hoje persistente:

A solução do saneamento do interior do Brasil, no meu fraco entender, joga com muitos outros dados. Há a parte de engenharia: dessecamento de pântanos, regularização dos cursos d'água, etc.; há a parte social, no fazer desaparecer a

fazenda, o latifúndio, dividi-lo e dar a propriedade aos retalhos aos que efetivamente cultivam a terra; há a parte econômica, consistindo em baratear a vida, os preços do vestuário, etc., coisa que pede um combate decisivo ao nosso capitalismo industrial e mercantil que enriquece doidamente, empobrecendo quase todos; há a de instrução e muitos outros que agora não me ocorrem. (Ba, 163)

O desafio em compreender e tentar explicar as origens dos males que afetam o nosso povo, não o afasta da discussão das questões mundiais em voga :“quando o articulista trata de homens, coisas e fatos nacionais, são eles inelutavelmente examinados à luz dos acontecimentos que abalavam o mundo”.¹⁶ Essa articulação entre o local e o universal não era feita aleatoriamente. Atento aos acontecimentos internacionais e os seus possíveis desdobramentos na vida nacional, procurava analisá-los embasado em teorias socio-políticas. O fato é que Lima Barreto citava os teóricos lidos em favor das teses que defendia, tendo a preocupação de selecionar entre essas doutrinas pontos de vista e princípios que pudesse incorporar “à sua concepção de vida e de escrita”.¹⁷

Como já foi dito ao longo desse trabalho, o meu interesse é verificar o diálogo feito pelo escritor com essas leituras, e, particularmente, com as idéias libertárias na sua versão anarco-comunista, para atingir o que denomino seus alvos

¹⁶ PEREIRA, A. *Op.cit.*, p. 12.

¹⁷ REIS, Zenir Campos. *Vida em tempos escuros. As rebeldias de Lima Barreto contra idiotas teses racistas. Nossa América* (Revista do Memorial da América Latina – SP), n°3. São Paulo, jul/ago de 1990, p. 38.

polêmicos. Desse modo, optei por fazer um recorte temático no material que ora analiso, suas crônicas, enfocando o que julgo ter sido seus alvos preferenciais. O primeiro desses temas são as leis, que, no entendimento do escritor, são por gênese arbitrárias na medida que oprimem e, sobretudo, cerceiam a liberdade, não só coletiva como a individual. Em *Habeas-corpus Curioso*, crônica de 1920, relata o caso, do qual tomou conhecimento pela imprensa, de um rapaz paulista que raptou a moça com quem desejava se casar porque o pai de sua preferida não havia consentido o casamento, ato que mereceu do escritor o irônico comentário: “Concordo porque, a ter quem me governe, prefiro meus pais, a todos luminares do Catete, do Supremo Tribunal e do Congresso” (FM, 52). O pai continuou negando a permissão mesmo após a consumação natural do casamento, e sendo a moça menor de idade, o caso foi parar nas mãos da justiça, que se sobrepondo à autoridade paterna decidiu que a moça deveria ir para um asilo de freiras. O pai, não querendo ver a filha no asilo, consentiu na realização do matrimônio e então, para o espanto geral, a justiça que tinha julgado ser a oposição paterna o único empecilho para que o matrimônio se realizasse, decidiu por não dar a permissão. Juntos, pai, filha e o aspirante a marido e genro impetraram um *habeas-corpus*, que foi negado, indo o rapaz parar na cadeia. Diante de tamanha arbitrariedade diz o escritor:

Toda essa barulhada que não quero esmiuçar mais, vem mostrar que, além de inúteis, muitas dessas leis são contraditórias, umas destruindo as outras e concorrendo não para simplificar a nossa vida e as nossas relações sociais, mas para complicá-las, obscurecer o que é claro e, quase sempre, dar razão a quem não tem, mas que pode dispor de argumentadores e trapalhistas jurídicos de profissões que se fazem pagar caro (...).

Quando será que os homens se hão de convencer da inutilidade e da importância de leis que só servem para complicar a sua existência e esmagar os mais fracos? (FM, 54).

Quando Lima fala que as leis servem para esmagar os mais fracos, é porque tem consciência de que as leis reforçam a desigualdade. Vivendo em uma sociedade autoritária, sabe que quem escreve as leis e as aplica, é quem delas se beneficia.¹⁸

O choque entre a letra das leis e sua aplicação é outra questão levantada por Lima. Em *As Formigas e o Prefeito*, conta, num misto de sátira e ironia, que a prefeitura do Rio de Janeiro dera para se preocupar com o combate às saúvas, e o

¹⁸ Na sua obra de ficção também está presente a preocupação com uma legislação que permite o abuso do poder e da autoridade. Em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, há uma passagem em que Policarpo, quando viveu a experiência de se tornar agricultor, se recusou a participar de uma falcatura nas eleições municipais proposta pelo Dr. Campos, Presidente da Câmara dos Vereadores. Como castigo pela sua não colaboração, recebeu uma intimação da Prefeitura que o obrigava roçar e capinar toda a parte do seu sítio que dava para as vias públicas. Indignado, foi consultar a irmã, e esta lhe aconselhou que procurasse o Dr. Campos. Policarpo contou-lhe a conversa ocorrida dias antes, ao que irmã imediatamente fez-lhe ver de onde é que a ordem havia partido. Veio então a reflexão: “A luz se lhe fez no pensamento...Aquela rede de leis, de posturas, de códigos e de preceitos, nas mãos desses regulotes, de tais caciques, se transformava em potro, em polé, em instrumento de suplicios para torturar os inimigos, oprimir as populações, crestar-lhes a iniciativa e a independência, abatendo-as e desmoralizando-as” (TFPQ, p. 182).

prefeito ditara um regulamento em que mandava o proprietário, o arrendatário ou o locatário, a dar fim aos formigueiros existentes nas propriedades. Porém, como a lei não precisava exatamente quem é que deveria matar as formigas, o que iria acontecer seria um jogo de empurra, em que as formigas levariam a melhor e continuariam tranqüilas, na devastação das plantações em geral. Mesmo afirmando “Nada entendo de leis, nem quero entender. Sou radicalmente contra elas, pois me julgo de algum jeito maximalista”¹⁹ (VU, 142), fez ao prefeito duas propostas: que desse mais precisão ao artigo determinando quem é que deveria matar as saúvas que ocupassem os tais terrenos, ou então, que organizasse um regimento de homens encarregados de exterminar formigas, oferecendo os seus serviços a preços módicos a quem tivesse a responsabilidade legal sobre as áreas invadidas. Lima acrescenta que para ele seria prático, porque morando em uma casa com um porão

¹⁹ Nos primeiros tempos da Revolução Russa de 1917, e por falta de informações mais precisas, os militantes libertários brasileiros saudavam-na como uma revolução libertária, e chamavam os bolcheviques de maximalistas, porque pensavam ser os bolcheviques defensores de um programa radical de transformação da sociedade. Na brochura de 1919 intitulada *O que é Maximismo ou Bolchevismo*, Edgar Leuenroth e Hélio Negro (pseudônimo do comerciante Antonio Duarte Candeias) explicam a diferença entre os bolcheviques e o mencheviques: “*Bolche* significa máximo e *Menche* quer dizer mínimo, assim como *vique* corresponde à nossa terminação *ismo*. Portanto, tradução de *Bolchevique* é *Maximismo* e a de *Menchevique* é *Minimismo*”. (Bandeira, Moniz, Melo, Clovis, Andrade. A. T. *O Ano Vermelho. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p.145). Há também o depoimento do insuspeito Astrojildo Pereira. Comentando o tratamento dado a Revolução Russa pela imprensa burguesa brasileira, afirma que era grande o esforço da pequena e pobre imprensa operária em rebater as mentiras e as calúnias, mas “é certo que em muitas dessas publicações havia a suposição de que se tratava de uma revolução de tipo libertário, abrindo caminho ao anarquismo; mas isso resultava simplesmente da completa ignorância reinante em nosso meio, acerca do Partido de Lênin e Stálin” (Pereira, Astrojildo. *Formação do PCB*. Lisboa: Prelo, 1976, p. 46). E o próprio Lima Barreto na crônica *Sobre o maximalismo* (Ba, 157), esclarece que o seu artigo *No ajuste de contas* (Ba, 88) tachado de manifesto maximalista fora “inspirado nas vagas cousas sobre a Revolução Russa, de que tinha notícia”.

cheio de formigas não as exterminava “por dois motivos: 1^o) não as sei matar e não conheço quem saiba; 2^o) mesmo que soubesse matar saúva muito humanamente, em face da lei dúbia, estava disposto a empurrar a bucha para o proprietário que pode mais do que eu. Eis aí” (VU, 143). Pois bem, para nosso cronista outro efeito perverso das leis é o de emperrar a resolução dos problemas que afetam a vida das pessoas e facilitar a irresponsabilidade social.

As leis estão, para o escritor, diametralmente opostas ao conceito de liberdade. Como ser livre se aí estão as leis fiscalizando o cidadão comum, defendendo a propriedade, e legitimando a violência praticada em seu nome? Lima não alimentava ilusões. Na garimpagem da memória, buscou argumentos para dizer que não acreditava em liberdade enquanto existissem leis.

Em *Maio*, lembra que ele e seus colegas de escola, mesmo não sabendo o alcance da lei Áurea, foram contagiados pela existente alegria geral, e que, mesmo com a explicação da professora, o que lhe ficou foi a palavra “livre”. Julgavam então, que a partir daí podiam fazer tudo o que quisessem. Um colega após um castigo disse-lhe que iria dizer ao pai que não voltaria mais para a escola, indagando afinal: “não somos todos livres?” O recordar do episódio trouxe – lhe a seguinte reflexão: “mas como ainda estamos longe de ser livres! Como ainda nos enleamos nas teias dos preceitos, das regras e das leis!” (FM, 257). O tom da

“exclamação é de lamento e indignação, mas não fica apenas nisso. Seus alvos estão precisamente enunciados. Não bastava apenas libertar os escravos. Sem dúvida, um importante passo havia sido dado, e a luta tinha se deslocado para um patamar superior, tratava-se agora de libertar todos os homens”.²⁰

Quando Lima Barreto usa do espaço da escrita para denunciar a perniciosidade das leis, aproxima-se dos teóricos anarquistas dos quais sabemos ser leitor. Kropotkin, em *A inutilidade das leis*, artigo de 1886, numa análise atenta sobre as leis que existem para regular a humanidade, as divide em três categorias principais: proteger a propriedade, o governo e o indivíduo. Comentado a primeira dessas categorias, Kropotkin afirma que “as leis que regulam a propriedade não foram criadas para garantir, nem ao indivíduo, nem à sociedade o gozo do seu produto do trabalho. Pelo contrário, elas foram criadas para despojar o produtor de uma parte daquilo que ele produziu e para garantir a outras pessoas a posse daquela porção do produto que foi roubado, ou do produtor em particular ou da sociedade em geral”.²¹ O autor de *A ajuda mútua* observa que as considerações feitas acerca das leis sobre a propriedade também podem ser aplicadas às leis constitucionais, àquelas que são destinadas a manter os governos, “um arsenal de leis, decretos

²⁰ Cf. REIS, Z. *Op.cit.*, p. 33.

²¹ KROPOTKIN, P. *A inutilidade das leis*. In: WOODCOCK, G. *Os grandes escritos anarquistas*. Trad. de Júlia Tettamanzi e Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1981, p. 101.

disposições, decisões de conselhos e o que mais houver, criados com o fim de proteger as diversas formas de governo, seja ele representativo, delegado ou usurpado, sob cujo tãção a humanidade se contorce (...).

Sobre estas leis não pode haver duas opiniões diversas – não apenas os anarquistas como os radicais mais ou menos revolucionários concordam que a única coisa a fazer com as leis que tratam da organização dos governos seria arremessá-las ao fogo”.²² Quanto a leis destinadas à proteção individual e ao combate e prevenção do crime, Kropotkin diz terem sido criadas a partir de práticas úteis às comunidades e que foram posteriormente aproveitadas pelos governantes como uma maneira de justificar sua dominação. Essa categoria de lei para ele é tão injuriosa quanto as anteriores, porque a maioria dos delitos cometidos são decorrentes da miséria e da injustiça social, e que boa parcela desses crimes deixará de existir quando desaparecer a propriedade privada. Portanto, “os principais incentivadores do crime são a ociosidade, a lei – leis que regem a propriedade, o governo, as punições e os delitos – e a autoridade que toma a seu cargo a criação e aplicação dessas leis. Chega de leis! Chega de juizes! Liberdade,

²² Ibid. p. 103.

igualdade e solidariedade humana são as únicas barreiras efetivas que podemos opor aos instintos anti-sociais de alguns seres que vivem entre nós”.²³

Outras barreiras existentes entre os homens eram, para Lima Barreto, as fronteiras nacionais e a paixão patriótica. Em *Meia página de Renan* de 1919, escreveu:

A paixão patriótica, como todas as paixões, cega, mais do que nenhuma outra, porém, ela é sáfara e estéril(...). Ela nos faz julgar mal os semelhantes, homens como nós, sofrendo como nós a sua triste condição humana, sem que, julgando-os mal, nós procuremos melhorar, mas matá-los. (Ba, 258-9)

Entendendo os conflitos bélicos como uma das conseqüências diretas dessa paixão, ao final da Primeira Guerra Mundial o escritor aponta ironicamente a vitória dos vencidos, ou seja, “a vitória do espírito guerreiro, dito alemão, entre os que se aliaram em nome da paz.”²⁴

Confessa que no começo da contenda dera sua adesão à Liga dos Aliados, mas depois se afastara, ao perceber que “semelhante instituição” tinha-se transformado em balcão de negócios de gêneros de primeira necessidade, e “não sendo patriota,

²³ Ibid. p. 106.

²⁴ REIS, Zenir Campos. *Vida em tempos escuros. As rebeldias de Lima Barreto contra idiotas teses racistas. Nossa América (Revista do Memorial da América Latina – SP)* n° 3. São Paulo, jul/ago de 1990, p. 35.

querendo mesmo o enfraquecimento do sentimento de pátria, sentimento exclusivista e mesmo agressivo, para permitir o fortalecimento de um maior que abrangesse com a Terra, toda a espécie humana, desejei muito a derrota da Alemanha, que, sempre retardada politicamente, era ainda a região do globo, onde a superstição patriótica se havia quintessenciado com um aparelho guerreiro levado à máxima perfeição” (Ba,152). Via com pesar que homens e países após o terrível espetáculo da guerra, ao invés de buscarem novas idéias “sobre a política, sobre a pátria, sobre as relações internacionais” (Ba, 286), estavam como que contaminados pela idéia mística da exaltação patriótica e militar. E disso, para seu desgosto, não ficava de fora o Brasil:

(...) Passo a falar de nós mesmos que estamos tomando ares de querer ser uma Alemanha despovoada e cantarolante.

Por toda a parte surgem medidas e cantigas patrióticas; por toda a parte são aventadas leis draconianas dignas do digesto alemão.

Nós chamamos os estrangeiros e não queremos que eles se queixem dos erros dos nossos governantes e da opressão da nossa jovem plutocracia; nós procuramos por todos os modos restringir a liberdade de pensamento e houve até um projeto no Senado que transformava, dava ao Estado político ares de Majestade. Toda a crítica a ele, era um crime vago, assim como quem diz um crime de lesa- majestade.

Não preciso dizer mais. Um tal estado de espírito enche-me de tristeza e de sombrias apreensões para o futuro.

Como acabará tudo isto? Onde iremos parar com essa nossa megalomania militar e patriótica? Que sairá desse delírio de grandezas dos nossos dirigentes, exaltando a

simplicidade das massas nesse fervor pela pátria política, coisa obsoleta na Europa e sem motivo de ser aqui entre nós?

Eu não digo nada, pois sou doido; mas parece-me, que os cadáveres dos milhares de alemães que morreram na guerra não foram sepultados. Estão se decompondo ao ar livre e infeccionando a Terra toda, com os ideais que tinham, quando vivos, de violência, de brutalidade, de carnagem, em nome da Pátria, pelos quais morreram... (Ba, 288)

A preocupação do escritor justificava-se plenamente, já que entre nós naquele momento, o nacionalismo na sua vertente militarista “emergia como uma força mobilizadora de grande porte, não só no meio restrito das elites políticas e intelectuais, como entre a população urbana em geral”.²⁵

Conseqüência direta da sanha patrioteira é a repressão às lideranças operárias a partir da greve geral de 1917. Na crônica *São Paulo e os Estrangeiros*, publicada em *O Debate*, Lima fez veemente condenação à expulsão determinada por Altino Arantes, governador do Estado de São Paulo, dos trabalhadores anarquistas²⁶ que lideraram a greve na Cidade de São Paulo, lembrando que, quando necessitados de mão-de-obra para as suas lavouras de café, os “plutocratas paulistas” trataram de

²⁵ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice/Ed. dos Tribunais, Rio de Janeiro: Iuperj, 1988, p. 109.

²⁶ A expulsão contrariava a constituição visto que a legislação brasileira desde 1841 assegurava igualdade civil a nacionais e estrangeiros e a partir de 1907 estatuiu que estrangeiros com profissão definida, mulher ou filhos brasileiros não podiam ser expulsos. Entre os trabalhadores expulsos estavam por exemplo Antonio Napilinski, sapateiro, casado, com filhos brasileiros e residente no Brasil há mais de vinte anos, Antonio Candeias Duarte, naturalizado e tendo seis filhos brasileiros. Cf.: BANDEIRA, M. *Op.cit.*, p. 69.

atrair para cá, sob falsas promessas milhares de estrangeiros, que, ao reivindicarem seus direitos de trabalhadores, tornaram-se indesejáveis:

Os estrangeiros, agora, já não serviam e eles queriam livrar-se do incômodo que os forasteiros lhes davam, criticando-lhes os atos, a sua cupidez, o esquecimento dos seus deveres de governantes, para só protegerem os ricos, os monopolistas, que também eram estrangeiros, mas não no ponto de vista do governo estadual, que só julga assim aqueles que não partilham a opinião de que ele é o mais sábio do mundo e afirmam que, em vez de estar fazendo a felicidade geral, está concorrendo para enriquecer os seus filhos, seus genros, seus primos, seus netos e afilhados e os plutocratas ávidos.

Trataram logo de se armar de leis que fizessem abafar os seus gemidos; e uma delas é a célebre de expulsão que não se coaduna com o espírito de nossa constituição; que é incoseqüente com a propaganda feita por nós para atrair estrangeiros que podem e devem fiscalizar as nossas coisas, pois nós os chamamos e eles suam por aí. (Ba, 55)

A greve de 1918, agora no Rio de Janeiro, dará seqüência à moda das prisões e deportações. O discurso oficial e policial justificava a repressão com o argumento da necessidade de manutenção da ordem e classificava como anti-patriótica²⁷ e obra de agitador estrangeiro e anarquista qualquer denúncia ou reivindicação vinda dos trabalhadores. Para piorar, as autoridades e a polícia associavam o anarquismo ao

²⁷ “Para os anarquistas, o que ocorria era que o governo desejava fabricar uma ‘*engenhosa rolha*’ para calar a boca dos operários que viviam em situação desesperadora devido à enorme alta dos gêneros alimentícios provocada pela eclosão da guerra. Esta rolha chamava-se patriotismo e buscava atrair a antipatia do público para a causa operária, desorientando os próprios trabalhadores ao cultivar entre eles a desunião”. Cf.: GOMES, A. *Op.cit.*, p. 112.

terrorismo, acusação da qual o movimento anarquista tentava a todo custo rebater. Mesmo doente e internado no Hospital Central do Exército, Lima escreve a crônica *Da Minha Cella* em solidariedade aos grevistas, onde ataca o chefe da polícia Aurelino Leal e ironiza os jornalistas e os seus artigos contra os trabalhadores. As anotações das leituras de jornais que estão no **Diário Íntimo** dão uma idéia do teor da crônica:

O artigo do Amaral tem o mesmo plano que o do Miguel Melo; o do Antônio Tôrres o mesmo que daquele último; o do filho de Leão Veloso o mesmo que o do Tôrres.

Parece que o plano foi ditado pelo chefe de polícia, devendo tocar nos seguintes pontos:

- a) acoimar de estrangeiros os anarquistas, e exploradores dos operários brasileiros;
- b) debochar os seus propósitos e inventar mesmo alguns bem repugnantes e infames;
- c) exaltar a doçura e o patriotismo do operário brasileiro;
- d) julgar que eles tem razão nas suas reivindicações; que a dinamite não deve ser empregada, etc.; que devem esperar, pois a câmara vai votar o Código do Trabalho, etc., etc.

Seria melhor mandar o Celso Vieira redigir uma circular, em papel da Chefatura da polícia, e, mediante pagamento razoável, publicá-la em todos os jornais. (DI, 202)

Episódios como o tratamento dado aos líderes grevistas deixavam bem a nu o que já estava bastante claro no seu pensamento. A polêmica entre nacional *versus*

estrangeiro na verdade ocultava uma outra: capitalista *versus* trabalhador.²⁸ Na *Carta Aberta* que escreveu a Rodrigues Alves “ou quem suas vezes fizer, na presidência da República”, aponta qual é o mal que assola o país: “cochicham por aí que as nossas finanças vão mal; que a nossa situação internacional é melindrosa; (...). Ouço falar baixinho de tudo isto; mas não vejo ninguém referir-se ao mal profundo que nos corrói. Corrói-nos, Excelentíssimo Senhor Conselheiro, um pendor mal disfarçado para o despotismo da burguesia enriquecida com a guerra, por todos os meios lícitos e ilícitos, honestos e imorais, de mãos dadas com as autoridades públicas e os representantes do povo” (Ba, 108), e com a conivência da imprensa. O escritor não usa a expressão, mas o que diz não dá lugar a dúvidas:

Para os homens de jornal, as nossas idéias de Estado, de direito e propriedade são intangíveis; promanam diretamente de Deus e são inabaláveis. Por deficiência de leitura, de meditação, de reflexão, Excelentíssimo Senhor Conselheiro, em geral, os jornalistas não percebem que no correr das idades, nesta ou naquela parte da Terra, devido a estes ou àqueles fatores, tais idéias se têm revestido de diversos aspectos e formas várias e nada nos garante que as que temos nós atualmente, não possam ser modificadas, desde que seu uso ou abuso venha a mostrar, como está acontecendo, que, longe de serem úteis, são nocivas e prejudiciais à humanidade. (Ba, 112-113)

²⁸ REIS, Z. *Op.cit.*, p. 36.

Argumentando ainda, com Fénelon, de que “os ricos são apenas os depositários das posses que pertencem ao gênero humano”²⁹ conclui sua carta com um ardente apelo a favor da liberdade de pensamento: “pedia eu a vossa Excelência que voltasse as vistas para as centenas de pessoas que o senhor Aurelino anda arrebanhando para os seus cárceres, sob o pretexto de serem anarquistas e conspiradores, acusações que ele não baseia em documento algum, pretendendo, entretanto, atirá-los para Fernando de Noronha ou outro qualquer desterro. Não preciso lembrar a Vossa Excelência que ser anarquista, ter opiniões anarquistas, não é crime algum” (Ba, 114).

Mais um efeito nefasto da propagação do ideal patriótico era, para Lima Barreto, o provocado pelas disputas por limites territoriais entre Estados e Municípios,³⁰ as quais chamava de “patriotismo regional”. Na sua visão, amesquinhavam um sentimento maior, que era o de ser brasileiro:

As questões de limite entre os Estados tomam um aspecto, ao mesmo tempo irritante e jocoso, de contendias entre países de verdade.

De quando em quando em um deles há uns assomos belicosos, partem

²⁹ Ibid. p. 37. Em *No ajuste de contas* (11-05-1918) afirma: “A propriedade é social e o indivíduo só pode e deve conservar, para ele, de terras e outros bens tão-somente aquilo que precisar para manter a sua vida e de sua família, devendo todos trabalhar da forma que lhes for mais agradável e o menos possível, em benefício comum” (Ba, 90).

³⁰ No artigo *Limite entre Estados e Municípios* (VU, 211-212), Lima relata casos de disputas territoriais entre municípios fluminenses em que as lutas mais do que de todos os municípes era de famílias e partidos, concluindo ironicamente: “A continuarem as coisas assim, em breve, haverá questões de limites entre distritos ou circunscrições, bairros e ruas. O Brasil está bem unificado”.

expedições, e as damas da capital, como se tratasse de senhoras de Berlim ou Paris, correm ao palácio do governador e oferecem os seus serviços nas ambulâncias para fazer *pendant* aos entusiásticos batalhões patrióticos, que se formam.

Penso que essa gente deixou de ser absolutamente brasileira, para ser paranaense ou espírito- santense e esqueceu que Paraná, Santa Catarina, Ceará ou Mato Grosso são divisões político-administrativas do Brasil e não Pátrias, tanto mais que a Constituição permite que elas se subdividam, de acordo com as regras que se estabelece. (CRJ, 76)

Delineia-se aqui uma aparente contradição: como ser contra as noções de Pátria e patriotismo e, ao mesmo tempo, defender o sentimento de brasilidade? É que para quem deseja ver o fim de todas as Pátrias, a ser dominado por uma outra, é melhor que tudo fique como está:

Eu que me julgo muito pouco patriota, não desejo absolutamente ver o Brasil humilhado e estrangulado por outra pátria. Quero que não haja nenhuma, mas desde que se trate da humilhação, rebaixamento do Brasil por qualquer outro país, eu sou brasileiro. (Ba, 255)

Cabe aqui observar que a literatura anarquista ataca o patriotismo e o militarismo, ao mesmo tempo que procura defender “a idéia de que os anarquistas possuíam uma noção distinta de pátria. Ou seja, de que os anarquistas também eram patriotas, mas de forma diferente.

A idéia de pátria para os anarquistas retomaria o mesmo tipo de crítica realizada ao conceito de sociedade. A pátria não devia ser algo que prendesse os homens entre fronteiras para então contrapô-los entre si. A pátria, como a sociedade, era uma comunidade ligada por valores éticos universais. Dentro deste espírito João Arzua – editor de *Guerra Social* (1900) – afirma que a pátria, para os anarquistas, deve ser grande: pátria é ‘*quando todos os homens são irmãos*’ ”³¹

José Oiticica³² num texto de 1918 “desenvolve com mais clareza a posição que os anarquistas procuravam assumir. Ele rejeita a idéia de pátria que o governo queria propagar, mas afirma que os anarquistas também amavam o Brasil, sua terra, sua natureza e seu povo. Não eram, contudo, militaristas ou nativistas xenófobos, opondo-se a tudo que fosse estrangeiro. A pátria, bem como a sociedade anarquista, seria apenas uma forma de inserção singular num mundo que era universal. A questão era entender que uma coisa não excluía necessariamente a outra. E por isso ele enfatiza: ‘*Sinto-me grande em ser brasileiro, porém maior em ser homem*’ ”.³³

³¹ GOMES, A. *Op.cit.*, p. 110.

³² José Rodrigues Leite e Oiticica, incansável militante anarquista foi crítico literário, filósofo, poeta e professor de Português do tradicional colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Fundou e dirigiu juntamente com Astrojildo Pereira os jornais anarquistas *Spartacus* e *A Voz do Povo*. Cf.: NEVES, Roberto das. “Introdução” a *Ação Direta (Meio século de Pregação Libertária)* de José Oiticica, pp. 7-39.

³³ *Ibid.* p. 111.

Há sintonia entre a opinião de Lima Barreto e as veiculadas pela imprensa anarquista brasileira acerca da discussão sobre o conceito de Pátria. Orlando Correia Lopes no artigo “*Em nome da pátria*”,³⁴ na edição de 01/05/1915 de *Na Barricada*, perguntava “*O que é pátria, afinal?*”. Segundo Angela de Castro Gomes, neste e noutros textos “a pátria era o pretexto usado para se fazer guerras, conquistas, impostos e negócios escusos que geravam exploração. Ela era utilizada para separar os homens, gerando morte e miséria . Em nome da pátria, não se promovia o bem-estar dos que trabalhavam. No Brasil, aliás, era antipatriótico defender o trabalho e o trabalhador. Era crime, e a pátria, até então só havia dado “*cadeia e chumbo ao operário*”. Assim, o artigo conclui: se a pátria é comunidade de interesse, cabe perguntar: entre quem?”³⁵

A mesma linha de raciocínio aparece em uma carta (30-10-1916), de Lima Barreto a Georgino Avelino comentando a conferência – *A necessidade das Pátrias* – que aquele jornalista havia pronunciado em setembro. Nela assim definiu o escritor a sua idéia de pátria:

³⁴ Orlando Correia Lopes coloca a noção de pátria como uma “idéia fluida, vaga e indefinida”. Lima Barreto em seu romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma* narra a trajetória de Policarpo Quaresma um nacionalista exaltado que viu todos os seus ideais patrióticos caírem por terra. Acusado de traidor e preso na Ilha das Cobras assim sentencia: “A pátria que quisera ter era um mito, era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir havia.(...). E bem pensando, mesmo na sua pureza, o que vinha a ser a Pátria? Não teria levado toda sua vida norteado por uma ilusão, por uma idéia a menos, sem base, sem apoio, por um Deus ou uma Deusa cujo império se esvaía? (...). Certamente era uma noção sem consistência racional e precisava ser revista” (TFPQ, pp. 285-286).

³⁵ GOMES, A. *Op.cit.*, p. 110.

As nossas atuais pátrias não têm outra base senão na política que, desde a Renascença, tem determinado e regulado toda a nossa atividade.

Desde que percamos essa ilusão do governo, elas não terão mais razão de ser. Nós, às vezes, nos fazemos de forte porque temos um mais forte que nos desafia, que nos insulta.

É o que está acontecendo comigo nessa questão de pátria. Enquanto estiver de pé a estúpida regressão alemã para os ideais mortos de domínio universal e a falsidade americana com o seu desejo de açambarcamento brutal da América, não estarei na liça para combater os patriotas. A pátria me repugna, Avelino, porque a pátria é um sindicato, dos políticos e dos sindicatos universais, com seus esculcas em todo mundo, para saquear, oprimir, tirar couro e cabelo, dos que acreditam nos homens, no trabalho, na religião e na honestidade.

Essa gente explora esse sentimento sobrevivente como os padres sinceros exploram a beatice das mulheres ou a hipocrisia dos homens. (C1, 281)

Outro desdobramento cruel do nacionalismo destacado por Lima Barreto é o militarismo consubstanciado no serviço militar obrigatório.³⁶ O escritor não podia aceitar que em nome da defesa da pátria, milhares de homens fossem levados aos campos de batalha a dar tiros uns contra os outros, colocando suas próprias vidas em

³⁶ Lima Barreto quando estudante da Escola Politécnica chegou a ser diretor da Federação dos Estudantes e se afastou da entidade por discordar da representação dirigida ao Congresso Nacional favorável ao serviço militar obrigatório. Cf.: Barbosa, F. *Op.cit*, p. 77. E há também um artigo que escreveu para o *Correio da noite* (19-12-1914), condenando o militarismo alemão onde diz: “a orgia militar, a que a Alemanha desde muito se vinha entregando, tirava o sono ao mundo, era o seu constante pesadelo. Obrigou todos os países a estabelecerem esse crime contra a liberdade, contra a independência, essa violência aos temperamentos individuais que é o serviço militar obrigatório” (Ma, 46).

risco, sem terem a mínima noção do porquê estavam ali. A vida deu-lhe bastante cedo a consciência desse absurdo. Em *Homem ou boi de canga?* conta que em 1893, aos doze anos de idade, quando do episódio da Revolta da Armada, soube pela boca de seu pai que um dos combatentes indagara o motivo da contenda entre Floriano Peixoto e Custódio de Mello. O acontecimento marcou-o profundamente:

Esse pequeno fato, que podia passar completamente despercebido, feriu-me imensamente naquela fraca idade que eu tinha então. Nunca pude imaginar que um homem arriscasse sua vida sem saber porque, nem para que. Pareceu-me isto estúpido e indigno mesmo da condição de homem. Um ato desses, de jogar a própria existência devia ser perfeitamente refletido e consciente. Ficou – me o fato; e, anos depois, muitos anos mesmo, quando fui ler o formidável – *Guerra e Paz* de Tolstói, encontrei uma cena, não idêntica, mas do mesmo fundo. Não me recordo bem como é; mas dela se desprende que o soldado nada sabe dos motivos por que combate.

E assim é feita a guerra.

As massas de combatentes, homens simples e sem luzes, em geral, não sabem nitidamente porque dão tiros uns contra os outros.

Às vezes, os seus chefes e diretores conseguem instilar no espírito deles vagos motivos patrióticos... (Ba, 275)

As lembranças vieram à tona durante a Primeira Guerra ressaltando, “de um modo cortante, o feitio de inconsciência com que a massa dos combatentes é levada para os campos de batalha, é este o trecho das burocráticas memórias do teimoso Ludendorff, que o *Correio da Manhã* publicou em 18 do corrente .

“Ei-lo:

“ ‘Atravessando as montanhas, eu abordei uma sentinela. Respondeu-me, em que não sei língua estranha, umas coisas que não compreendi. Os oficiais austro-húngaros que me acompanhavam também não compreenderam’ ” (Ba, 275).

Chocado o escritor fez o seguinte comentário:

É eloqüente o patriotismo desse pobre- diabo de sentinela, que não compreende seus oficiais e os seus oficiais não o compreendem! Perdido entre as montanhas, sofrendo frio e outras privações, com risco de morte, ele tudo isso sofre, a tudo se arrisca, certamente sem saber porque, e nem ao menos entende a língua de seus chefes!

É incrível!

As causas da luta lhe devem ser perfeitamente estranhas, pois nem no mínimo pode compreender as exortações dos interessados nela; ele não tem nenhum interesse próximo ou remoto na contenda; mas ele vai morrer!...

É estranho, meu Deus! Não parece ser um homem; parece um boi de canga...
(Ba, 275)

Com esse posicionamento, Lima Barreto compartilhava de um sentimento muito caro ao movimento libertário,³⁷ que historicamente sempre posicionou-se

³⁷ Mesmo Leon Tolstói, que sabemos nunca ter se filiado a nenhuma das correntes do anarquismo, se opunha radicalmente ao serviço militar obrigatório. A sua opinião era que “os governos garantem que o exército serve, basicamente, para proteger o país do ataque de inimigos externos, mas isso não é verdade. Ele é necessário, antes de qualquer coisa, contra os próprios cidadãos, e todos os homens que prestam serviço militar tornam-se involuntariamente, cúmplices em atos de violência que o governo inflige aos seus próprios súditos...”

O serviço militar obrigatório é o último estágio da violência que o governo utiliza para manter íntegra a estrutura do poder e é o limite extremo a que pode chegar a submissão. Ele é a pedra angular do arco que mantém de pé o

contra o militarismo, as guerras e o envio compulsório de cidadãos trabalhadores aos campos de batalha para servirem de “carne para canhão”.³⁸

Não passou despercebido também ao escritor que o pano de fundo da guerra era na verdade as disputas de caráter econômico existentes entre as potências imperialistas:

A queda da Alemanha representava para mim um golpe dado no “patriotismo” que tendo sido um sentimento fecundo em outras épocas, hoje não era mais do que um instrumento nas mãos dos burgueses para dominar as massas e explorar toda a terra em seu proveito, matando a rodo com outras mãos, saqueando, acumulando riquezas como nunca tirano asiático pode ter. (Ba, 152)

É essa a idéia que está na base das críticas que fez à entrada do Brasil na guerra. Para ele, a quebra da neutralidade, além de significar nossa submissão ao Estados Unidos, foi “uma mistificação de parte a parte. Vimos, agora, depois que veio à tona o ‘negócio dos navios’, como e porque nós entramos na guerra; como estávamos ameaçados de morrer aos milhares no norte da França, unicamente para que alguns especuladores ganhassem, em suma, um, dois ou mais milheiros de

edifício e sua remoção derrubaria todo o sistema...” Cf. TOLSTOI, L. *Resistência ao Serviço Militar*. In: WOODCOCK, G. *Os grandes escritos anarquistas*. Trad. de Júlia Tettamanzi e Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1981, pp. 190-191.

³⁸ LEUENROTH, Edgar. *Os congressos anarquistas no Brasil*. In: *Anarquismo - roteiro da libertação social*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, s.d., p. 130.

contos. Eis aí a guerra, na sua essência” (Ba, 275).

Em *A Guerra Faliu*, comentando a proposta do presidente norte-americano de criação da Liga das Nações e a Conferência de Paris que deu origem ao Tratado de Versalhes, analisa a posição de cada país envolvido e chega a conclusão de que:

É um congresso de burgueses, alguns puros e outros mesclados, tendo as inteligências inteiriçadas em idéias obsoletas e feitas mais rígidas com a virtual vitória da Alemanha; eles, os seus membros, querem organizar a Terra, cada um no seu ponto de vista particular, de acordo com as ambições de suas respectivas burguesias.

Às vezes, os de uma nação concordam com os de uma segunda, mas já estão em antagonismo com uma terceira e não é encontrada fórmula de conciliação. Trata-se de outro ponto e a mesma cousa vem a se dar (...).

Esta conferência não está fazendo o Futuro; o que ela está fazendo, é remexer o monturo do passado... (FM, 143)

E o escritor brasileiro, sinceramente preocupado com o futuro da humanidade acrescenta: “nunca foram os embaixadores agaloados e jornalistas e publicistas subvencionados que organizaram o porvir. Foram os ideólogos desprendidos e corajosos no dizer e falar com o auxílio das massas que não discutem: sofrem, tem fé e agem...” (FM, 144). Diante de tal quadro, nada de panacéias. A alternativa proposta por Lima é radical:

A guerra não resolveu nada, ela faliu como processo para solucionar questões entre Estados. A resolução destas questões só poderá ser obtida pela eliminação destes pequenos Estados ... (FM, 144)

Infere-se da leitura da crônica que o uso do termo “pequenos” por Lima não está relacionado à dimensão territorial, mas ao Estado enquanto instituição guiada por mesquinhos interesses de grupos, cuja finalidade não é proporcionar o bem-estar e a felicidade dos povos.

Defendendo o fim do Estado, Lima Barreto está numa postura contrária àqueles que acreditavam nas guerras como um processo de evolução civilizadora e um estímulo para a atividade humana na terra:

O fim da civilização não é a guerra, é a paz, é a concórdia entre os homens de diferentes raças e de diferentes partes do planeta; é o aproveitamento das aptidões de cada raça ou de cada povo para o fim último do bem-estar de todos os homens. Ao contrário não teria sentido algum. (Ba, 259)

Partilhando das idéias de Kropotkin, assinala que a guerra “retarda a evolução humana para o seu destino final, que é o mútuo e perfeito entendimento de todos os homens” (Ba, 250), e que não é lutando entre si que os homens alcançariam um mundo justo e solidário:

A vitória do homem na terra sobre as grandes feras não foi devido à sua força muscular, ao seu isolamento, à sua capacidade de lutar corpo a corpo com elas. Foi devido a sua inteligência e a inteligência provém da capacidade do homem para a sociabilidade com os seus semelhantes. Ela aumentará tanto mais, em extensão, quanto mais perfeita for essa sociabilidade. A carabina é, no final de contas, inteligência. (Ba, 252)

Crítico severo das práticas políticas da República Velha, Lima Barreto desqualificava a política³⁹ tal como era compreendida e praticada no Brasil. Em *Palavras dum simples* esclarece sua posição:

Nunca me meti em política, isto é, o que se chama política no Brasil. Para mim a política, conforme Bossuet, tem por fim tornar a vida cômoda e os povos felizes. Desde menino, pobre e oprimido, que vejo a “política” do Brasil ser justamente o contrário. Ela tende para tornar a vida incômoda e os povos infelizes. Todas as medidas de que os políticos lançam mão são nesse intuito (...). Eu sou completamente avesso a negócios de política, porque não acredito nela e muito menos nos políticos. (Ma, 58)

O tom aparentemente apolítico tem um desdobramento anunciado na idéia

³⁹ Em *A Política Republicana* escreve de forma incisiva: “Não gosto e nem trato de política. Não há assunto que mais me repugne do que aquilo que se chama habitualmente política. Eu a encaro, como todo o povo a vê, isto é, um ajuntamento de piratas mais ou menos diplomados que exploram a desgraça e a miséria dos humildes” (Ma, 74).

que o fim da política seria o de proporcionar a felicidade para a humanidade, ou seja, Lima tem uma outra dimensão do que é política e do fazer político. Compartilha com os anarquistas as opiniões acerca da República. Segundo ele, a proclamação foi “a queda do partido liberal e a subida do conservador, sobretudo da parte mais retrógrada dele, os escravocatas de quatro costados” (CRJ, 109). No artigo *15 de novembro – há dez anos*, publicado no jornal anarquista *O Protesto*, editado no Rio de Janeiro, Benjamim Mota afirmou: “nada lucrou o povo com a mudança de forma de governo: o que é preciso é abolir os governos, quaisquer que eles sejam; o que é preciso é destruir o passado e reconstruir sobre as cinzas da sociedade atual, a nova sociedade de paz e amor, de solidariedade e justiça, de trabalho e harmonia, que é a *Anarquia*”.⁴⁰ Partilhava com eles também do conceito de política: “a proposta anarquista recusava a definição de política como disputa eleitoral e como prática partidária e parlamentar, afastando-se radicalmente do modelo liberal (...). Este fato, amplamente apontado pela literatura, não será entendido aqui como uma negligência da dimensão da política, mas como uma alternativa distinta de lidar com ela. Os anarquistas defendiam outra estratégia de luta para a conquista de uma nova identidade para os trabalhadores na sociedade.

⁴⁰ LUIZETTO, Flávio. *O recurso da ficção. A participação da literatura na propaganda anarquista no Brasil – 1900/ 1920*. FFLCH: USP, mimeo, 1989, p. 38.

Nela a idéia de política era redefinida, e é a partir dessa redefinição que as questões dos interesses econômicos dos trabalhadores e de sua participação podem ser entendidas”.⁴¹

Tendo outra dimensão de política e do fazer político, o cronista desqualifica também as eleições e o processo eleitoral, atento às fraudes eleitorais, à prática do voto do cabresto e a todas as artimanhas patrocinadas pelas elites dirigentes da República Velha. Afirma que “o nosso regimen é feito de ficções, e a eleição é uma delas” (CRJ, 87).

Na sucessão presidencial de 1919, o jornal anarquista *A Plebe*, editado em São Paulo, no editorial do número publicado em 15/3/1919, recomendava aos trabalhadores que não votassem em Rui, pois era tão burguês quanto Epitácio. Esta foi a postura adotada por Lima Barreto. No artigo *Lima Barreto e a Política*, escrito para o *Jornal do Comércio* em 20/02/1965, Austregésilo de Athayde, então presidente da Academia Brasileira de Letras, que ainda muito jovem conhecera Lima Barreto e fora seu amigo, narra um episódio em que foi por ele criticado por ter publicado um artigo defendendo a candidatura de Rui Barbosa. O escritor assim teria dito: “Vê-se bem que o senhor não conhece nada dessas coisas e não conhece o Rui. Deixa-se embalar pelas belas palavras e lábias, sem jamais ir ao fundo das

⁴¹ GOMES, A. *Op.cit.*, p. 87.

coisas. O Epitácio é ainda pior, porque tem a truculência dos nortistas, embora com um verniz de jurista que não esconde o cerne de cangaceiro da Paraíba”. Instado a responder qual seria a saída já que os candidatos eram apenas dois e o dever cívico teria de ser cumprido respondeu: “Dever cívico! Dever cívico coisa nenhuma! Está se armando apenas uma fraude, de que os dois lados cuidam com o maior empenho. Os partidários do Conselheiro são tão falsos e mentirosos quanto os de Epitácio, e a única posição digna do homem decente é abster-se, deixando a cainçalha brigar pelo osso”.

Na crônica *Coisas eleitorais*, escrita em abril de 1919, Lima é taxativo. Para ele, as eleições são “um modo como qualquer outro de obterem um senhor, porque os homens não podem passar sem um” (Ba, 280). E com descrença afirma: “O melhor é não experimentar uma mudança” (Ba, 283). É que para quem partilha das opiniões anarquistas, a simples mudança de governo⁴² não toca no essencial, que é a abolição do governo.

A Igreja também foi alvo de críticas mordazes por parte de Lima Barreto. Admitindo que na sua longa existência a Instituição tenha “presidido, favorecido e patrocinado muita reforma útil e favorável a fraternidade entre os homens, desde a

⁴² É também de *Palavras dum Simples* a seguinte observação: “Tenho para mim que se deve experimentar uma ‘tábua rasa’ no regimen social e político que nos governa; mas mudar só de nomes de governantes nada adianta para a felicidade de todos nós” (Ma, 59).

renascença para cá, porém, ela se mostra completamente impotente para continuar para fazer tal cousa” (Ba, 239); e tal impotência para ele é “devido à aliança que nota existir entre esta instituição religiosa e as classes dominantes, pondo-se àquela a serviço do poder econômico ”.⁴³

Em *A Circular do Reverendo Vigário Geral* explica claramente seu ponto de vista:

A política da Igreja tem consistido nesses últimos tempos, em sustentar a classe poderosa no momento, com unhas e dentes, desculpar o seus erros e crimes, para poder viver; e quando ela, a classe poderosa, é derrubada e abatida, aliar-se à vitoriosa que lhe sucede. (...) O seu método consiste em cultivar, desculpar, ou mesmo defender os preconceitos, as vaidades, os erros, e crimes das classes dominantes de um país, para dominar o resto dos seus habitantes, obter privilégios, isenções e dominar, enfim, esse país.

(...) Nós sabemos, pelo nosso caso particular de nação que, nunca, da Igreja partiu um gesto decisivo condenando a escravidão negra entre nós.

(...) Para qualquer erro, abuso de poder, opressão ou vexame impostos pela nossa burguesia rica, urbana ou rural, administrativa ou comercial à população miserável do país, ela não tem uma palavra de reprovação ou censura; ao contrário: procura atenuar ou explicar com manha e jeito. Um hora socorre-se da Constituição contra os rivais; em outra, fã-la esquecer, para obter favores.

⁴³ BOTELHO, Denilson. “A pátria que quisera ter era um mito”-Uma introdução ao pensamento político de Lima Barreto. Campinas: 1996, 195 p. Dissertação(Mestrado em História), IFCH/Unicamp, p. 135.

(...) A igreja procura não melindrar as classes dirigentes, para obter destas apoio material de seu poder, baseado na coação administrativa e na força militar que subjagam a nação. (Ba, 238-240)

Concluindo seu pensamento diz:

A Igreja pode ter sido divina, mas hoje ela não o é.

Não direi que lhe faltem grandes sinceridades de crença em religiosos de todos os feitios e classes; mas o seu geral espírito de hoje é muito humano, muito atualmente humano, e, para dominar, para se manter, ela, mesmo em contradição com seus fundamentos está disposta a apoiar os fatores da miséria, do sofrimento, das dores, dos crimes entre os homens que podem quase totalmente ser removidos, desde que o seja a sua desigualdade social e econômica. (Ba, 241)

Certamente decorre dessa análise a medida proposta na sua crônica *No ajuste de contas*, a saber, o confisco dos bens de ordens religiosas em benefício do povo, haja vista que “nenhuma propriedade é mais social do que esta. Ela fora obtida com donativos de gerações sobre gerações, partidos de pessoas de todas as condições, sexo e idade; não tinha como as outras a individuação da herança, com a passagem de pai a filho, não havendo nela, como nesta, o vínculo imaginário de sangue, de ancestral para o seu imediato descendente, dos avós, etc.; e portanto, desde que, por isso ou aquilo, a nação dela precisasse, todo o direito tinha de se apossar dela” (Ba, 241-242).

Suas críticas à Igreja extrapolam o plano material para entrarem no terreno da moral e dos valores apregoados que resultam em uma “educação defeituosa” legitimadora do conformismo social na medida em que prega “a mais total obediência aos doges, ou aos reis, aos caciques ou que outros nomes tenham os tiranos e parasitas” (FM, 249), e que impedem a adoção de medidas necessárias, a seu ver, como a instituição do divórcio:

Na família, obstam, com todos os seus refinados argumentos, hipócritas, a instituição do divórcio; cultivam entre os cônjuges que se odeiam a mútua falsidade de gestos e palavras, para não consentir no estabelecimento do divórcio completo; reforçam a estúpida concepção de honra conjugal, uma brutal idéia do medievo, que leva os nossos pobres homens de hoje a praticar selvagens assassinatos, que eles não seriam capazes de fazer se não fora essa cultura paleolítica de idéias, sentimentos e noções de que se incumbem os padres em geral. (FM, 249)

No campo anarquista, a luta anticlerical era tão importante como a luta contra o Estado “e se conjugava tanto com a defesa que faziam do livre pensamento dos homens, quanto sua crença no progresso social orientado pela ciência e pela experiência”.⁴⁴ Embora essa não fosse uma luta que mobilizasse apenas os anarquistas; os republicanos principalmente na sua versão jacobina pleiteavam uma

⁴⁴ GOMES, A.. *Op.cit.*, p. 107.

sociedade laica e anticlerical,⁴⁵ mas o diferencial era dado pelo fato “que os republicanos defendiam uma nova racionalidade laica, tendo como móvel o combate a uma velha ordem patrimonial e regalista, mas sem negar um espaço de legitimidade para a organização religiosa.(...) Seu anticlericalismo inseria-se em uma proposta maior de construção de um novo Estado nacional”⁴⁶

Já para os anarquistas o combate à religião era também uma “das formas de crítica à autoridade política opressiva e uniformizadora. As leis de Deus e as leis do Estado tinham um mesmo substrato, sendo freqüentemente apontadas como os dois grande inimigos do anarquismo”.⁴⁷ José Oiticica escrevendo sobre a religião observa que os mandamentos e os dogmas da igreja “encaminham os homens ao **respeito à propriedade e à obediência aos superiores**, considerados representantes de Deus na Terra”.⁴⁸

Acusando a Igreja de protetora do capitalismo, Oiticica aponta as exceções abertas em torno de mandamentos diretos como “**não matarás**. Se porém, os trabalhadores se revoltam contra os patrões, os cidadãos contra o governo, ou se uma nação declara guerra a outra, por mais injusta que seja, a polícia pode matar e os exércitos se estraçalharem sem pecado. A Igreja em muitos casos, abençoa, nos

⁴⁵ Cf.: QUEIROZ, Suely. R. R de. **OS Radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁴⁶ GOMES, A.. *Op.cit.*, p. 108.

⁴⁷ *Ibid.* p. 108.

⁴⁸ OITICICA, J. *A Religião*. In: LEUENROTH.E. *Op.cit.*, p. 202.

templos, as espadas dos oficiais, os exércitos em marcha para as batalhas, e ela própria já teve exércitos para defender suas terras e bens. Demais a Igreja é essencialmente capitalista; e seu papa, seus cardeais, seus arcebispos, bispos, cônegos, monsenhores, vigários, padres, sacristães vivem parasitariamente, sem trabalho útil, das contribuições dos fiéis”.⁴⁹

O confronto de opiniões que acabo de apresentar me deixa numa situação confortável para apontar mais uma vez a matriz libertária na crítica de Lima Barreto a mais um de seus alvos polêmicos. Entre os temas eleitos como alvos de combate de Lima Barreto não posso deixar de abordar, ainda que de forma bastante breve, os esportes; mais especificamente, o futebol.

Sua ojeriza ao dito esporte era tamanha, que o levou a tomar parte na fundação de uma Liga contra o Futebol.⁵⁰ Preocupavam-no as conseqüências da louvação feita pela imprensa dos esportes, incentivando a violência e a competição; e o grande exemplo era o futebol, que estava em franca ascensão como diversão coletiva. A canonização por parte da imprensa dos campeões

⁴⁹ OITICICA, J. *Op.cit.*, p. 202.

⁵⁰ Segundo Francisco de Assis Barbosa, a primeira notícia sobre a Liga apareceu nos jornais a 13-03-1919. Entre seus fundadores, além do próprio Lima, estavam Mário Valverde, médico e comissário da higiene municipal e Antonio Noronha dos Santos, querido amigo de Lima. Em entrevista ao *Rio Jornal*, Lima Barreto afirmou que um dos objetivos do movimento era combater “uma aristocracia que se baseia na habilidade dos pés”. A campanha movida pelo escritor chegou a despertar o interesse de jovens estudantes como Carlos Sússekind de Mendonça que publicou um livro, *O Esporte está deseducando a Mocidade Brasileira*, cujo subtítulo era: “Carta aberta a Lima Barreto”. Cf.: BARBOSA, F. *Op.cit.*, p. 230.

esportivos, segundo ele, levava “ao espírito dos moços dos *sports* uma arrogância, um sentimento desarrazoado dos seus merecimentos próprios, um desprezo pelas altas manifestações da inteligência, quando não uma característica tendência sempre pronta para resolver tudo pela violência, a ‘muque’ ” (Ba, 119).

Fundamentando sua crítica nas idéias do filósofo inglês Herbert Spencer, escreveu em 1920: “Spencer, em 1902, no seu ultimo livro – **Fatos e Comentários** – no artigo ‘Retorno à Barbaria’, previa esse papel retrógrado que o atletismo havia de representar no mundo.

Condenando-os, sobretudo o *foot-ball*, o grande filósofo dizia muito bem que todo o espetáculo violento há de sugerir imagens violentas que determinarão sentimentos violentos, dessecando a simpatia humana, enfraquecendo a solidariedade entre os homens” (IL, 120-121). Indo mais longe que Spencer, Lima sugeriu que “o culto exagerado da educação física, através do esporte, teria contribuído em parte para o flagelo da guerra de 1914-18”.⁵¹

Não é meu objetivo nesse trabalho discutir se as suposições de Lima Barreto acerca da relação esportes e Primeira Guerra estão corretas ou não, mas “Otto Maria Carpeaux lembra que ‘um dos primeiros gritos do fascismo’ foi a

⁵¹ BARBOSA, F. *Op.cit.*, p.229. No artigo *Estudos*, Lima Barreto acusa o filósofo Nietzsche e o esporte de causadores em parte da Primeira Guerra Mundial. Sobre Nietzsche afirma enfaticamente: “é bem o filósofo do nosso tempo da burguesia rapinante, sem escrúpulos: do nosso tempo de brutalidade, de dureza de coração, do ‘make

publicação, na Alemanha de Weimar, do livro de Wolfgang Graeser, **O sentido corporal**, defesa da ‘revolução da vida quotidiana pelos esportes e da revolução da política parlamentar pela violência sem discussão’ ”.⁵²

Ao longo deste terceiro e último capítulo procurei completar o esboço de retrato intelectual de Lima Barreto que vim fazendo desde o início do trabalho. Retrato este que sei parcial, porém revelador de um de seus grandes desejos e pelo qual muito lutou dentro do espaço da escrita: “Uma aproximação fraternal entre os povos do mundo, um mútuo, sincero e leal entendimento entre todos eles” (Ma, 27).

money’ seja como for, dos banqueiros e industriais que não trepidam em reduzir à miséria milhares de pessoas, a engendrar guerras, para ganhar alguns milhões a mais” (IL, pp. 119-120).

⁵² CARPEAUX, O .M. **Origens e fins**. Rio de Janeiro: Casa do estudante do Brasil, 1943, p. 214. Citado em REIS, Z. *Op.cit.*, p. 35.

Conclusão

Desde o início deste trabalho explicitarei a minha intenção em realizar um esboço de retrato intelectual de Lima Barreto, situando uma parte dos pensadores por ele lidos e dando especial atenção aos teóricos do pensamento libertário, particularmente os ligados ao Anarco-Comunismo. Ao longo da dissertação verificou-se o aparecimento das idéias colhidas dessas leituras em sua produção literária, tanto como citação quanto ressonância.

Na análise que empreendi de um conjunto de crônicas enfoquei uma série de temas alvos de suas críticas, onde aparece uma vinculação mais clara com os ideais libertários, mas que indica uma necessidade de continuação desse projeto, haja visto que há outros temas dignos de análise e que aqui não foram contemplados. Penso que será interessante um estudo mais amplo e profundo do seu universo intelectual abordando inclusive sua obra ficcional que aqui aparece apenas em registros esparsos.

Ouso, porém, afirmar que era uma apurada concepção de literatura militante essa preconizada por Lima Barreto. Mesmo tendo em vista objetivos comuns, era distinta da “literatura útil” feita por literatos claramente vinculados ao ideário e ao movimento anarquista, e situou-se também na contramão da concepção que definia a literatura como sendo “o sorriso da sociedade”. Deriva daí a idéia, exposta no título da dissertação, em considerá-lo um dissidente no cenário literário brasileiro do início do século.

Bibliografia

Bibliografia específica

Obras do autor:

BARRETO, A. H. de Lima. **Obras completas de Lima Barreto**. Organizadas sob a direção de Francisco Assis Barbosa, com a colaboração de Antonio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Brasiliense, 1956. 17 volumes.

Obras de Lima Barreto citadas no corpo da dissertação:

Bagatelas	(Ba)
Cemitério dos vivos	(CV)
Coisas do reino de jambon	(CRJ)
Correspondência V. 1	(C1)
Correspondência V. 2	(C2)
Diário íntimo	(DI)
Feiras e mafuás	(FM)
Histórias e sonhos	(HS)
Impressões de leitura	(IL)
Marginália	(Ma)
Recordações do escrivão Isaiás Caminha	(IC)
Triste fim de Policarpo Quaresma	(TFPQ)
Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá	(GS)
Vida urbana	(VU)

Da crítica sobre o autor:

AIEX, Anoar. **As idéias sócio-literárias de Lima Barreto**. São Paulo: Vértice/Ed. dos Tribunais, 1990.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988.

BEIGUELMAN, Paula. **Por que Lima Barreto**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOTELHO, Denilson. **A pátria que quisera ter era um mito: uma introdução ao pensamento político de Lima Barreto**. Campinas, 1996. 195 p. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CÂNDIDO, Antonio. *Os olhos, a barca e o espelho*. In: **A Educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O significado de Lima Barreto na literatura brasileira*. In: **Realismo e anti-realismo na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

CURY, Maria Zilda. **Um mulato no reino de jambom (as classes sociais na obra de Lima Barreto)**. São Paulo: Cortez, 1981.

FANTINATI, C. E. **O profeta e o escrivão. Estudo sobre Lima Barreto**. São Paulo: Ilpha/Hucitec, 1978.

FIGUEIREDO, C. L. **Negreiros de Lima Barreto e o fim do sonho republicano**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco**. São Paulo: Ática, 1976.

PRADO, A. A. **Lima Barreto: o crítico e a crise.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

REIS, Z. Campos. *Vida em tempos escuros As rebeldias de Lima Barreto contra idiotas teses racistas.* **Nossa América (Revista do Memorial da América Latina – SP).** n° 3. São Paulo, jul/ago de 1990, (pp. 32-38).

RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos.** Rio de Janeiro: UFRJ, Campinas: UNICAMP, 1993.

----- . *Um cronista da cidade das Letras.* **Revista Tempo Brasileiro,** n° 85, pp. 89-100, 1986.

----- . *Lima Barreto e a República.* **Revista da USP,** pp. 89-94, set/nov, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

Bibliografia Geral

ARRIGUCCI JR, Davi. *Fragmentos sobre a crônica.* **Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade,** v. 46, n° 1/4, pp. 43-53, 1985.

BANDEIRA, Moniz, MELO, Clovis, ANDRADE. A. T. **O ano vermelho. A Revolução Russa e os seus reflexos no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

BASBAUN, Leôncio. **História sincera da República: de 1889 a 1930.** São Paulo: Alfa Ômega, 1975-76. v. 2.

BENJAMIN, Walter. *O Narrador.* In: **Os pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1975. V. XLVIII.

BOSI, Alfredo. **O pré-modernismo.** São Paulo: Cultrix, 1973.

----- . **Dialética da colonização** .São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BRAYNER, Sônia. *Machado de Assis: um cronista de quatro décadas*. In: **A crônica: o gênero, sua fixação e transformações no Brasil**. Cândido, Antonio et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

CÂNDIDO, Antonio et al. **A crônica: o gênero, sua fixação e transformações no Brasil**. Campinas: UNICAMP, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 1992.

----- . **Teresina Etc.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CARONE, Edgar. **A República Velha; instituições e classes sociais**. São Paulo: Difel, 1978.

----- . **A República Velha, evolução política**. São Paulo: Difel, 1971.

CARVALHO, Elysio de. **As modernas correntes estéticas na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Garnier, 1907.

CARVALHO, J. Murilo de. **Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia. das letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHINELLATO, T. Montenegro. **Crônica e ideologia: contribuições para leituras possíveis**. São Paulo, 1996. 463 p. Tese (Doutorado em lingüística) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

COSTA, E. Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935**. Trad. de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1986.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice/Ed. Dos Tribunais, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

GUYAU, Jean Marie. **El arte desde punto de vista sociológico**. Buenos Aires: Suma, 1943.

HARDMAN, F. Foot. **Nem pátria, nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

JOLL, James. **Anarquistas e anarquismo**. Trad. de Manuel Dias Duarte. Lisboa: Dom Quixote, 1977.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

KROPOTKIN, P. **El apoyo mutuo como fator de progreso entre los animais y los hombres**. Trad. de Luis Orsetti. Buenos Aires: Americalee, 1946.

LEUENROTH, Edgar. **Anarquismo – roteiro da libertação social**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

LUIZETTO, Flávio V. **Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900- 1920**. São Paulo: 1984, 353 p. Tese (Doutorado em História) – Fac. De Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

----- **O recurso da ficção. A participação da literatura na propaganda anarquista no Brasil – 1900 a1920**. FFLCH – USP, mimeo, 1989.

MEYER, Marilyse. *Voláteis e versáteis, de variedades e folhetins se fez a chronica*. **Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade**, v. 46, n° 4, pp. 17-41, 1985.

NEEDELL, Jeffrey. D. **Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. Trad. de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NETTLAU, Max. **La anarquía a través de los tiempos**. Barcelona: Jucar, 1977.

PENTEADO, Jacob. **Martins Fontes – uma alma livre**. São Paulo: Martins, s.d., p.173.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da literatura brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988.

QUEIROZ, Suely. R. R. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890 – 1930)**. São Paulo, Paz e Terra, 1985.

RECLUS, Elisée. **Evolución y Revolución**. Trad. de A. Gregori. Buenos Aires: Tor, s.d.

SARAIVA, A, José. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Europa-América, 1970.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

TAINÉ, Hipolito. **Filosofia del arte**. Trad. de C. Gonzalez Kraak. Buenos Aires: El Ateneo, 1946.

WOODCOCK, George. **Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários.** Trad. de Júlia Tettam anzy. Porto Alegre: L&PM, 1983, 2.v.

----- Os grandes escritos anarquistas. Trad. de Júlia Tettam anzy e Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1981.

ZWEIG, Stefan. **O pensamento vivo de Tolstói.** São Paulo: Martins, EDUSP, 1976.